

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA
AMAZÔNIA (PPGCSPA)

CLAUDIA TELES

**QUILOMBO FILIPA NO “NOVO TEMPO” DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO
DESENVOLVIMENTISTA NO MARANHÃO**

São Luís

2017

CLAUDIA TELES

**QUILOMBO FILIPA NO “NOVO TEMPO” DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO
DESENVOLVIMENTISTA NO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCPA/ Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Área de concentração: Estado, comunidade tradicional e territorialidade da Amazonia.

Linha de pesquisa: Estado, governo, políticas de desenvolvimento e territorialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Rosa Elizabeth Acevedo Marín

Co-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Maria Portela Nunes

São Luís

2017

Teles, Claudia

Quilombo Filipa no “novo tempo” dos projetos de intervenção desenvolvimentista no Maranhão/ Claudia Teles. – São Luís, 2017.

160 f.

Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia. Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marín

1. Quilombo. 2. Filipa. 3. Linguagem de projetos. 4. Intervenção
5. Estado. 6. desenvolvimento. I. Título.

CDU 316.35:711.1(812.1)

CLAUDIA TELES

**QUILOMBO FILIPA NO “NOVO TEMPO” DOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO
DESENVOLVIMENTISTA NO MARANHÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão PPGCSPA – UEMA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marín (Orientadora)
Universidade Federal do Pará –UFPA

Prof^ª. Dra. Vivian Aranha Saboia (Membro Externo).
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Junior (Membro Interno).
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Prof^ª. Dra. Patrícia Maria Portela Nunes (Co-Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Dedico este trabalho,

Aos agentes sociais do Quilombo Filipa, que ocuparam-se com muita dedicação a narrar sua vida, sua história, suas práticas e saberes que aqui não daria conta de ser descritos.

A minha família, de modo especial minha Mãe.

AGRADECIMENTOS

Em toda a tessitura deste trabalho de pesquisa, aprendi que o conhecimento é construído a partir de situações inesperadas, das mais simples às mais complexas e que somente o “outro” com seus distintos comportamentos podem proporcionar esta sensibilidade. Aqui fica a gratidão a todos(as) que fizeram parte deste momento tão desafiador e ao mesmo tempo transformador.

Em especial a minha Mãe Maria do Carmo Teles Cabral, mulher que pacientemente tem acompanhado minhas trilhas, uma amiga admirável, historiadora, educadora e que empreendeu todos os seus esforços para acompanhar e permanecer fiel junto aos seus filhos.

Com muita saudade, fica meus eternos agradecimentos a minha saudosa irmã Maria do Socorro Teles, que tão jovem deixou esta realidade, enquanto nesta terra permaneceu como visitante, suas palavras eram sempre firme em me apoiar, as quais serviram de estímulo neste trabalho.

Sem palavras para minha amada irmã Maria Regina Teles Figueiredo, seu apoio incondicional não tem limites, apenas te digo muito obrigada e ao seu companheiro João Batista um grande irmão.

Aos meus irmãos Sidney Teles, Maria das Dores Teles, Adney Teles, Laurinda Teles e Simão Teles de Carvalho, meus amores, obrigada pela fiel amizade e companheirismo.

Ao meu padrasto, este não tenho palavras, foi o meu guia na pesquisa de campo em Filipa e Brasilina, não tinha hora, nem dia, sempre disponível a percorrer as longas distâncias geográficas despendidas neste trabalho.

Aos meus sobrinhos(as), com amor, que sempre proporcionam momentos de alegria para minha vida.

À Coordenação, aos professores(as) e aos colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social Política da Amazonia, os quais com muito profissionalismo e presteza sempre estiveram disponíveis a ajudar e colaborar nesta e todas etapas do curso.

A Prof^ª. Dr^ª. Rosa Elizabeth Acevedo Marín, pela orientação, paciência, agradeço pela delicadeza que fez com que eu acreditasse que seria possível a minha escrita acontecer, sem dúvida sua acuidade teórica mostrou-me as diversas possibilidades de pensar o “outro”.

A Prof^a. Dr^a. Patrícia Maria Portela Nunes, muito singela e de um grande potencial na literatura da Antropologia, suas contribuições são extensas as quais permitiram uma maior aproximação com o conhecimento antropológico.

Aos amigos e amigas, que prefiro não citar nome, mas que fazem parte da minha vida como um grande presente deste mundo; amigo(a) se faz em tempo de paz, mas em todos os momentos se planta o seu amor.

A minha amada turma, a terceira do Mestrado, Ana Valéria, Linalva, Valéria, Cliciane, Silvilene, Jhuly, Tacilvan, Lais, Elson e Denilton, muito obrigada pela vivência e troca de conhecimento de forma coletiva, sempre respeitando nossas diferenças.

Sem dúvida, a Dona Nielza pela disponibilidade, fonte de conhecimento do quilombo Filipa, um livro, muito simples; a varanda de sua casa já é preparada para as longas conversas, pois com cantoria, prosas, versos, danças, lutas e um longo sorriso perpassa o tempo e não deixa seu povo ser esquecido, mas aviva em todo tempo sua identidade e ancestralidade.

Sem a presença da força maior que é Deus, o verdadeiro Amigo, nenhum alcance teria sentido, pois podemos caminhar mil léguas, mas se este caminho não tiver amor de nada servirá, Ele que é o Caminho, a Verdade e a Vida.

RESUMO

Este trabalho propõe-se investigar a situação social do quilombo Filipa em “novos tempos” de projetos de intervenção desenvolvimentistas, a proposta em linhas gerais discute o processo de intervenção do Estado e outras instituições a partir da instrumentalização de *projetos econômicos*. A abordagem vai sendo construída levando em consideração um grupo étnico que por ser correlatamente uma unidade econômica autônoma permite o estudo a partir da abordagem antropológica. Retomo nesta perspectiva duas concepções discutidas na antropologia econômica por Karl Polanyi, a partir das definições de duas abordagens, ou seja, economia substantiva e formalista da economia. Trato ainda da relação social construída entre o quilombo Filipa e outras situações sociais. Além disso este estudo se fundamenta na própria reflexão das narrativas dos agentes sociais. Como instrumentos de pesquisa utilizei observação direta, entrevista semi-estruturada, história oral. Realizei ainda a leitura na Constituição de 1988, dispositivo legal que criou condições para que as comunidades quilombolas adentrassem no campo do direito formal e social a partir do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias/ADCT, fato que tem colocado em discussão as políticas e programas sociais que foram estendidas para esses grupos classificados como “pobres” e de “baixa renda”. A pesquisa buscou responder três questões: o que é novo nas políticas econômicas, sociais e étnicas dirigidas às comunidades quilombolas? Em que condições elas tornam-se alvo de tais políticas? Quais os efeitos gerados por essas intervenções na organização econômica e política do quilombo Filipa? O estudo proposto por meio desta pesquisa dissertativa revela que as propostas implementadas no quilombo Filipa não correspondem aos interesses reais do grupo, causando um processo silencioso de desmobilização política, por ter os projetos caráter individual, sem considerar as práticas sociais, a consciência da necessidade do grupo e sua observância de interesses e benefícios coletivos.

Palavras-chave: Quilombo Filipa. “Linguagem de projetos”. Intervenção. Estado e desenvolvimento.

ABSTRACT

This work proposes to investigate the social situation of quilombo Filipa in “new times” of developmental interventions projects. The proposal, in general lines, discusses the intervention process of the State and other institutions using economic projects. The approach considers an ethnic group, which, being an autonomous economic unit, allows the study based on anthropological characteristics. In this perspective, are considered two concepts discussed in economic anthropology by Karl Polanyi, based on the definitions of two approaches, the substantive and the formalist perspectives; also on the social relationship between Filipa quilombo and other social situations. The basis of this study results of the narratives of the own social agents. As research instruments, direct observation, semi-structured interview, and oral history are used. I also used the Constitution of 1988, a legal provision that created conditions for quilombola communities to enter into the field of formal and social law from Article 68 of the Acts of Transitional Constitutional Provisions/ATCP. This fact put in discussion the policies and programs that have been extended to these groups, classified as “poor” or “low income”. The research intends to answer three questions: what is new in the economic, social and ethnic policies directed to the quilombola communities? Under what conditions do they become the target of such policies? What are the effects of these interventions on the quilombo Filipa’s economic and political organization? The study proposed, in this research, reveals that the proposals implemented in quilombo Filipa do not correspond to the real interests of the group, causing a silent process of political demobilization, because they are of an individual character, and do not consider social practices, group awareness and its observance of collective interests and benefits.

Keywords: Quilombo Filipa. “Project of Language”. Intervention. State and Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Reforma da casa de farinha	42
Figura 2 –	Banner Projeto Ká-Amubá	44
Figura 3 –	Representantes do Estado e do IMVF	46
Figura 4 -	Tambor de Crioula Filipa no evento de inauguração da Casa de Farinha	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Demonstrativo de Instituições Coordenadoras e Agência Financiadoras de Projetos Econômicos	63
Tabela 2 -	Programas Sociais e Agências Financiadoras	97

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ACONERUQ	Associação das Comunidades Quilombolas do Maranhão
ATAI	Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Itapecuru
ATAM	Associação do Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
CCN	Centro de Cultura Negra
CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
CONTAG	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadora Rural
CNPCT	Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
DOU	Diário Oficial da União
EMATER	Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCP	Fundação Cultural Palmares
IMVF	Instituto Marques do Valle Flor
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INEC	Instituto Nordeste Cidadania
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEMO	Memorando
MA	Maranhão
NEPE	Núcleo de Programas Especiais
ONG	Organização Não Governamental
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PVN	Projeto Vida de Negro
PROCERA	Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRODIM	Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão
SAGRIMA	Secretária da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESC	Serviço Social do Comércio
SEAGRO	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

UNIQUITA

União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do
Município de Itapecuru-Mirim

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Construção do Objeto de Pesquisa	20
1.2	Diário de campo e um exercício de construção do objeto de Pesquisa	28
1.3	Filipa: registro de situações sociais e diário de campo	36
1.4	Anotações da segunda visita à Filipa	38
1.5	Diário de campo: diálogo com representantes da Associação	40
1.6	A inauguração da casa de farinha	43
1.7	Análise de uma situação social	49
2	PENSANDO A FILIPA EM “Tempos e linguagem de projetos econômicos”	54
2.1	Quilombo, Desenvolvimento e Intervenção governamental	55
2.1.1	Refletindo o Quilombo Filipa na abordagem da “Economia das Trocas Simbólicas	65
2.2	Filipa: “ Quem disse que é modelo? ”	77
2.3	O Estado e a linguagem de projetos econômicos	82
2.4	Um quilombo nas redes de intervenção do Estado	90
3	A LINGUAGEM DO QUILOMBO FILIPA COM O ESTADO: “Agora como território aí ela se torna maior”	101
3.1	Artigo 68 e Decreto 4887/2003: a reivindicação formal como um quilombo	102
3.2	As narrativas de dona Nielza: “hoje só resta o interesse por todo lado”	111
3.3	“Eles” e “Nós”: para além das instituições interventoras	119
3.3.1	“Olha a gente ali já tem muitos anos de ligação, muita amizade, na luta”	121
4	“NÓS SE SEPAROU PELA ESTRADA”: uma trilha entre Santa Rosa dos Pretos e Filipa	128
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	142
	APÊNDICES	146

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho dissertativo a discussão percorreu muitos caminhos, um processo de construção com idas e vindas na sistematização das idéias e interpretações. Em todos os momentos percebi um grande desafio, dialogar com a Antropologia e a Economia, o que é uma façanha em um trabalho de pesquisa, pois como iniciante no dialogo antropológico, muitas categorias foram surgindo e com isso dobra o cuidado em saber como apropriar os significados para expor as idéias.

A tentativa desta construção é empreender uma investigação que apresenta como objetivo realizar o estudo das formas de intervenção governamental e descrever como a comunidade Filipa se mobiliza frente aos chamados *projetos econômicos*, buscando analisar como e de que modo as intervenções de exercício do Estado se mobilizam no quilombo Filipa no sentido de implementar políticas desenvolvimentistas operando categorias como comunidades "pobres", de "baixa renda".

Neste percurso estarei refletindo categorias econômicas, discutindo junto à antropologia em que busco perceber um sistema de relações sociais que indicam a predominância de uma autonomia produtiva que não é resultante dos modelos desenvolvimentista da concepção capitalista, mas que apresenta diferenças étnicas com formas de expressão que emergem das situações sociais construídas, inclusive sobrepondo-se às contradições desencadeadas pela intervenção produtivista.

Então, este não é trabalho individual, mas posso dizer com veemência que se trata de um processo que aconteceu de forma coletiva, visto que procurei fazer uso de todas as entrevistas que tive oportunidade de obter junto aos agentes sociais descrevendo as informações e contribuições que viessem favorecer e somar na minha escrita.

Neste sentido, é utilizada uma abordagem qualitativa, fazendo uso das entrevistas semi-estruturadas e abertas; procurei me desvencilhar de análises e concepções positivistas que supõem os dados concretos (positivos) como a verdadeira ciência. No tocante aos informantes, criei uma rede de relações que foram revelando um entrelaçamento das informações coletadas; nas entrevistas refiro-me a agente social dona Nielza, apontada como principal fonte de conhecimento e informações sobre o quilombo Filipa, por ser bisneta de Maria Filipa. Além disso, dona Nielza, desde muito jovem exerce um notável engajamento nas lutas do grupo.

O contato com os agentes sociais do quilombo Filipa aconteceu de modo informal com apoio em pessoas que já conheciam a comunidade. Entretanto após o ingresso no Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da UEMA, subsidiada pelas discussões teóricas

e metodológicas que foram sendo construída no decorrer do curso passamos a manter relações com os quilombolas de Filipa, produzindo estreitamento nas relações sociais de pesquisa.

A partir deste momento o interesse pela situação social presente no quilombo Filipa foi sendo uma construção a partir da compreensão das redes de relações com pessoas do quilombo Santa Rosa dos Pretos e quilombo Brasilina.

As situações foram surgindo o que fez com que a pesquisa viesse a dialogar com outros campos do conhecimento. Algumas questões passaram a ser discutida pelos próprios agentes, como a questão do reconhecimento e titulação do território (perspectiva do Direito), a autonomia no modo de organizar sua economia (perspectiva da Economia), de relações sociais e econômicas com outros agentes sociais (perspectiva da Sociologia e da Antropologia). O que significa reconhecer e estabelecer diálogos e discussão entre várias disciplinas para produzir as possibilidades e limites de compreensão.

Neste sentido, os chamados remanescentes das comunidades de quilombo são assim reconhecidos formalmente a partir da Constituição Federal de 1988 por meio do artigo 68. Essa formalização jurídica é resultado de lutas constituídas pelos movimentos sociais, fruto da resistência dos grupos étnicos. Neste mesmo ano foi criado o “Projeto Vida de Negro” no Estado do Maranhão que teve como colaborador e intermediário o movimento negro que fez acompanhamento nas visitas em comunidades. Almeida (2011) aponta o traçado desse Projeto destacando as observações etnográficas reveladoras do que estava sendo esboçado como quilombo:

Um novo esquema interpretativo, revelador de situações sociais designa das pelo conceito *latu sensu* de quilombo começa a ser esboçado, a partir dos trabalhos de pesquisa do Projeto Vida de Negro que, não obstante as dificuldades, aos poucos vai buscando um conhecimento sistemático e uma ampliação das observações etnográficas sobre as denominadas terras de preto. Eis o desafio ora colocado à pesquisa antropológica. (ALMEIDA, 2011, p. 46)

Destaca-se o Projeto Vida de Negro pelo papel significativo na dinamização das ações do movimento negro, procedendo ao processo de identificação de comunidades, tendo como objetivo o levantamento das formas de uso e posse da terra. Atuando ainda juridicamente no processo de legalização das terras das comunidades afetadas pela questão fundiária.

Com base nesta expectativa de direitos, no Maranhão a Fundação Cultural Palmares¹, tem realizado o acompanhamento e o reconhecimento dos grupos étnicos que se auto

¹ Assinala-se que no Maranhão existem 1.121 comunidades quilombolas e destas foram 483 certificadas pela Fundação Cultural Palmares, informação atualizada até a portaria 104/2015 publicada no DOU em 29/05/2016

definem a partir das relações específicas com a terra, com o território, a “ancestralidade” e práticas culturais próprias. Esta entidade instituída pelo governo Federal opera como interventora em políticas de certificação.

Enquanto detentor do poder de certificar e titular o território, reconhecendo os direitos reivindicados o Estado parece atrelar os presentes a uma visão passadista de “resgate histórico” ao fazê-lo e tudo em vista a morosidade nos processos RTID em atentos ao INCRA, os aparatos de Estado parece criar uma relação de dependência.

Neste plano de reconhecimento o quilombo Filipa recebeu a certificação em novembro de 2004, como Remanescente de Comunidades de Quilombo². Nesse mesmo ano foi elaborado o RTID, que tecnicamente mostra um conjunto de peças e apresenta relatos a propósito da autodefinição dos agentes sociais relatório este que ainda não está concluído pelo INCRA. Almeida, discorre que,

Além disto, observa-se que os agentes sociais que se autorepresentam ou são definidos, direta ou indiretamente, através da noção de quilombo, evidenciam que ela adquire sentido ao expressar o reconhecimento de suas formas intrínsecas de apossamento e uso dos recursos naturais e de sua territorialidade, descrevendo uma nova interlocução com os aparatos de poder. Os elementos de contraste envolvidos nesta relação explicitam o advento de uma identidade coletiva. (ALMEIDA, 2011, p. 47)

Esta situação social vai se constituindo como uma identidade coletiva que rompe com a concepção conservadora e dominada que sustenta ser o “quilombo” um resquício, que está ligado ao passado, idéia baseada no pensamento etnocêntrico, colonialista. Dessa forma, a pesquisa estará trazendo para a superfície elementos que submersos ao “mando” ofuscam a autonomia de um quilombo, concepção que tenta naturalizar a idéia de “atraso” e associá-lo a essas unidades sociais que apresentam suas práticas próprias de organização legitimadas por sua identidade étnica.

Importa destacar que a categoria “Estado” será densamente relacionada e interrelacionada com as situações diversas apontadas na pesquisa tanto dentro quanto fora do quilombo Filipa. Dessa forma, cabe esclarecer que estaremos fazendo uso da concepção de Bourdieu exposta no livro “Sobre o Estado” em que o autor vai mostrando que o Estado é “uma espécie de princípios da ordem pública” sendo a “produção e canonização das classificações sociais” mostrando que “é preciso começar analisando essas coisas em suas formas simbólicas

retirada de: <http://www.ma.gov.br/fundacao-palmares-certifica-57-comunidades-rurais-quilombolas-no-maranhao/>. Acesso em 20/10/2016.

² Certidão de autoreconhecimento registrada no livro de cadastro Geral nº 002, registro nº 100, f.05, nos termos do Decreto nº 4887/2003 e a portaria Interna da FCP nº 06 de 01 de março de 2004-FCP.

e inconsciente fundamentais para compreender o verdadeiro funcionamento do Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 44).

Analiso certo esquema cronológico definido pela forma como o Estado se manifesta na vida social do quilombo Filipa, assim é considerada o período de 2004 e 2017, pois mostra a dinâmica das relações sociais e mudanças sociais que foram sendo construídas entre agentes interventores e a comunidade Filipa. Na tessitura da construção iremos apontar a linguagem da Filipa com o Estado como sendo anterior ao período citado. Essa ruptura epistemológica é uma construção estratégica na abordagem argumentativa do nosso texto.

O argumento vai se constituindo em uma tessitura. Primeiro, temos que entre 2004 a 2017 Filipa foi escolhida para implantar nada menos que oito projetos: cultivo e beneficiamento de mandioca, denominados de projeto de "Agroindústria de Beneficiamento de Farinha da Filipa"; de plantio de banana, abacaxi e cana-de-açúcar; de construção de 11 tanques e uma barragem para a implantação da piscicultura; de criatório de porcos, de galinha caipira e nos quais estão inseridas algumas unidades familiares que receberam créditos, treinamento e supervisão técnica, além das visitas de autoridades diplomáticas e políticas.

O "tempo dos projetos" foi inaugurado em Filipa com o Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR³ o qual a identificou como “comunidade modelo” (SILVA, 2005, p. 111), assim, classificada e enquadrada dentro dos critérios como "pobre" e de "baixa renda".

Todavia, entendo que se trata de “novo tempo de projetos” para significar que apesar desses critérios de “pobres e de baixa renda” encontrados reiteradamente em planos, programas e políticas sociais do planejamento estatal estes ocorrem em um tempo no qual é exigido pelos agentes sociais reconhecimento étnico por parte do Estado. As intervenções avançam na idéia dos quilombolas como alvo do Programa Brasil Quilombola, dos Territórios Quilombolas e outras modalidades que assinalam diferenças nos dispositivos de intervenção.

A esta intervenção do Estado soma-se a da ACONERUQ mediante o projeto Ká Amubá, financiado pelo Instituto Marques Valle Flor – IMVF responsável pela reforma da agroindústria de beneficiamento de farinha da Filipa que aconteceu no período de tempo de 2015-2016. O Banco do Nordeste instituiu o Programa Agroamigo, vinculado ao Instituto Nordeste Cidadão e dos Programa PROCERA, PRONAF B e Programa Brasil Quilombola, de âmbito federal.

Esse “ciclo” de investimentos, tal como usado na linguagem econômica e de planejamento e a implementação desses programas em comunidades autodefinidas como

³O PCPR após concluído a primeira etapa, foi substituído pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão-PRODIM (<http://edição.jornalpequeno.com.br>)

quilombolas exige uma investigação que nos convida a pensar o que é novo nas políticas econômicas, sociais e étnicas dirigidas às comunidades quilombolas? Em que condições elas tornam-se alvo de tais políticas? Quais os efeitos gerados por essas intervenções na organização econômica e política da Filipa?

Almeida (2016)⁴ assinala a elaboração de uma "linguagem dos projetos". De um lado essa linguagem expressa a relação Estado/Economia com duas economias em jogo - substantivista e formalista; de outro, as relações Estado/Sociedade as quais abrangem todos os domínios da vida social que ficam sob o controle e intervenção dos aparatos do Estado: território, educação, saúde, cultura. A linguagem dos projetos revela a relação do Estado com os povos indígenas, quilombolas, agricultores, extrativistas, pescadores.

A linguagem que o Estado estabelece para esses povos é o projeto. E o projeto com um atributo é o projeto econômico, porque tem uma pré-classificação dos "outros", são pobres, são de baixa renda...Quando se chama uma comunidade pobre, está se destruindo uma identidade, está negando a identidade. Tratar uma comunidade quilombola como pobre, sobre o ciclo da pobreza é tirar a identidade. Projetos econômicos - casa de farinha, criação de porco e os domínios sociais, na reforma de escola. Todos os domínios da vida social, de repente, estão controlados na linguagem de projetos. Então, é neste estágio que o Estado se manifesta. A sociedade colonial está ali colocada de outra maneira: é o Estado. A última coisa que o Estado pergunta é qual a especificidade de ser quilombola (ALMEIDA, 2016, p. 57).

O Programa Brasil Quilombola, lançado em 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA estabelece como "público alvo" dos respectivos programas e projetos os "pobres", os "excluídos", "a população de baixa renda" e os "desassistidos".

Almeida (2005) apresenta observações críticas a esse respeito. Primeiro o quilombola torna-se um atributo que funciona como agravante da condição de ser "pobre" e destaca que ser "pobre" em uma sociedade autoritária e de fundamentos escravagistas implica ser privado do controle de sua representação e identidade coletiva. Segundo, é classificado por necessidades definidas pelo Estado o que torna as comunidades despolitizadas, embora tenham o controle de suas necessidades em virtude de processos de mobilização e lutas continuadas. Terceiro essas intervenções confundem o elemento de política étnica com políticas sociais que os homogeneízam em uma situação de "pobreza exótica" (ALMEIDA, 2011, p. 145).

O plano de noções classificatórias e relações políticas e sociais que são concebidas, construídas e cristalizadas na instalação e implantação desses diversos projetos, faz com que os

⁴ Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Anotações do Seminário de Pesquisa realizado em maio de 2016. Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-3ª turma.

autoidentificados quilombolas venham a interagir com o Estado e agente da burocracia; com as organizações diversas (ACONERUQ, Banco do Nordeste, Instituto Marques Valle Flor - IMVF). Neste estudo aponto ainda os eventos da linguagem política, como a inauguração da casa de farinha que aconteceu em junho de 2016, a cerimônia em síntese reuniu no quilombo Filipa várias autoridades e mostrou como é, de fato, implementada a política desenvolvimentista.

Pode se perguntar se as relações de subordinação e controle pelos programas produzem a despolitização desses agentes e uma mudança radical nos atos de produzir e consumir e ainda nas suas expectativas e formas de vida social?

Assim procuramos inicialmente neste trabalho dissertativo demonstrar a construção do objeto de pesquisa. Nele destaco o campo empírico, instrumentalizando toda uma reflexão teórica que possibilita perceber o objeto de estudo com base em uma “nova descrição” exercitada durante o desenvolvimento da pesquisa. Caracterizo preliminarmente a comunidade apresentada ao leitor através da construção do objeto, a dinâmica social e relações sociais construídas no quilombo Filipa. Trabalhei as informações que foram distribuídas como tópicos em que inicialmente apresenta-se o diário de campo e exercício de construção do objeto de pesquisa. Neste resalto Filipa como registro de uma situação social em diálogos apresentados no diário de campo e as diversas situações identificadas no quilombo Filipa. Assim insiro as Anotações da segunda visita na Filipa o que favorece a construção do tópico Diário de campo dialogando com representantes da Associação. Discorro sobre o evento “Inauguração” da casa de farinha focalizando-o como uma situação social na Filipa.

Destarte, no segundo capítulo apresento a relação do Estado com o quilombo Filipa e aponto algumas categorias da economia adentrando na questão da “lógica desenvolvimentista”. Trata-se de uma retrospectiva que demonstra a trajetória de implementação das políticas desenvolvimentistas no Brasil, especificamente no Nordeste. Reflito o quilombo Filipa na percepção da economia das trocas simbólica (BOUDIEU, 2008) e resalto como os técnicos se apropriaram do termo caracterizando “Filipa” como “modelo”. Assim, realizei a abordagem do Estado e a linguagem que passou a ser construída no âmbito da Filipa; observo assim o quilombo nas redes de intervenção do Estado.

Nesta perspectiva apresento no terceiro capítulo a discussão que é baseada nas narrativas dos agentes sociais “fora” da Filipa, isso remete a situação que acontece através da relação social com outros grupos. Tratamos assim o surgimento das relações constituídas em que mostra a linguagem da Filipa com o Estado. Em seguida, tratamos das relações de Filipa com outros grupos sociais: quilombolas, agricultores, fazendeiros.

A partir desse entendimento o quarto capítulo descrevo através das narrativas dos agentes do quilombo Santa Rosa dos Prestos as relações e situações constituídas com o quilombo Filipa revelando a aproximação por parentesco entre os dois quilombos, mostrando situações sociais presente entre os dois grupos que apresenta relato em que seus ancestrais executavam trabalho escravizado para o mesmo senhor de escravo, referenciamos o quilombo Filipa que não é um grupo social isolado, situação está desconsiderada por muitas instituições interventoras.

Nas considerações finais a ideia é compartilhar uma reflexão sobre cada momento e situação apontada no quilombo Filipa na tentativa de descortinar a existência de determinadas categorias que foram sendo firmadas nas discussões entre os agentes e as instituições interventoras na medida em que as ideias se impõem sobre determinadas realidades as quais passam a ser constituídas como sendo de fato o contexto discutido.

1.1 Construção do Objeto de Pesquisa

A construção do objeto de pesquisa é um processo dinâmico de envolvimento, distanciamento e reflexões sobre a situação empírica que está sendo investigada e o próprio pesquisador precisa entender as relações sociais de pesquisa, os efeitos dessas relações e como são pensadas, refletidas pelos agentes sociais. Essa construção não acontece em um percurso linear ou de forma isolada, pois existe vários planos interconectados - epistemológico, teórico, morfológico e técnico - a serem interpretados e compreendidos. Na verdade, cada momento representa dúvidas, incertezas, cada etapa é de extrema importância para o conjunto da pesquisa.

Compreende-se assim que delimitar o objeto de estudo é um processo que aciona os instrumentos analíticos no sentido de refletir sobre as informações que são postas pela situação empírica. Fazer este caminho para alcançar o que se pretende requer tempo que vai surgindo os questionamentos e até mesmo indecisões. Tudo isso é um exercício metodológico que faz com que o pesquisador procure vários artifícios com o propósito de clarear as idéias na construção do objeto de pesquisa.

Diante do desafio de compreender e construir o objeto de estudo de tentar fugir dos manuais pré-estabelecidos e classificatórios é que a Nova Cartografia Social tem contribuído com as minhas reflexões em que instrumentaliza um conjunto de noções e práticas de pesquisa que autorizam a pensar uma “nova descrição”. Este novo olhar em que o processo de publicização da cartografia social a conduz ao patamar de “nova” também evidencia o quanto

ela vai recusando os rótulos oficializante ou se afastando das orientações manualescas e num sentido oposto, se aproximando de abordagens críticas da ‘sociedade’ (ALMEIDA, 2013, p. 164).

Então sob esta perspectiva o Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia têm contribuído na construção do objeto de pesquisa no sentido de clarear as reflexões e a descrição que se busca apresentar nesta pesquisa, servido assim de base para as nossas análises no sentido de descrever uma cartografia social da Filipa através da leitura crítica e da forma como a intervenção desenvolvimentista norteia o quilombo Filipa a qual tem se revelado através da linguagem de projetos econômicos.

Situou ainda outros momentos importantes oferecidos pelo Programa, como o I Seminário Internacional do Centro de Ciências e Saberes: Trabalho Etnográfico e Cartografia Social no qual ocorreu também a exposição de Saberes Tradicionais e Etnografia (2015) e o I Seminário Internacional “Mega Empreendimentos, Atos de Estados e Povos e Comunidades Tradicionais (2016). As apresentações foram dinamizadas com debates através de temáticas que foram refletidas juntamente com os povos e comunidades tradicionais discutindo realidades concretas e situações de conflitos vivenciados por esses povos.

O segundo evento teve a presença de representantes dos agentes sociais que são diretamente afetados pelos grandes projetos em suas narrativas relataram a realidade concreta vivenciada em seu cotidiano e em situação de conflito expondo assim o modelo de desenvolvimento que desfavorece esses povos os quais tem enfrentado grandes desafios para assegurar os seus direitos territoriais e étnicos perante os grandes empreendimentos e as instituições interventoras.

Com esses instrumentos analíticos empreendi a construção do meu trabalho de pesquisa. O interesse em pesquisar a Filipa está relacionado a minha área de formação, pois busco investigar um Quilombo que mantém sua relação social com o Estado através de projetos econômicos. Poderia apontar que como economista seria fácil pensar este ambiente como sendo promissor para uma política de “desenvolvimento”, de “inclusão social”, porém no bojo das minhas inquietações percebi que essa não seria uma resposta coerente para determinadas construção de expectativas de direito que não são reconhecidas no âmbito desses programas de governo.

Assim, minha inquietação tem sido pensar como é que acontecem esses projetos econômicos no quilombo Filipa? Já que o objetivo desses projetos é combater a “pobreza rural” e incluir a “população” em modelos desenvolvimentistas e por outro lado a Filipa também apresenta uma forma própria de se organizar economicamente. Então como que se dá essa

lógica de desenvolver habilidades e práticas sem que esses povos participem dessa intercessão e confrontos de valores?

Daí começa minha caminhada que reconheço ter sido de idas e vindas, de equívocos e incertezas nas minhas descrições e até medo de não conseguir alcançar de forma clara o objeto de estudo. Sendo que o objeto não é algo dado de imediato, mas uma construção que depende dos laços de aproximação com a realidade concreta que se busca estudar.

Temos ainda nesta caminhada a busca de diálogos com o saber acadêmico e o empírico que tem sido uma constante na construção do objeto de pesquisa, pois no trabalho de pesquisas diversas são as situações que merecem ser pensadas, encontramos agentes sociais que conhecem mais sobre o contexto em estudo, outros que dizem não saber muita coisa, outras que indicam aqueles que sabem muito. Procurei não ficar somente com um agente social, buscando desenvolver uma descrição plural nas situações apresentadas e dos agentes entrevistados.

Neste sentido, as pré-noções projetadas sobre o campo de estudo vão sendo apresentadas. Entretanto, também surge a inquietação de desnaturalizar determinadas noções de “romper com o senso comum” (BOURDIEU, 1989, p. 34). O autor observa que se deve deixar as representações que são partilhadas por todos.

O primeiro contato com Filipa aconteceu no ano de 2010 que por meio de um amigo foi possível chegar até o quilombo Filipa, isso porque ele conhecia a dona Nielza dos Santos Nascimento⁵ (78 anos). Fazer visita na Filipa e não conhecer a dona Nielza ou não a retratar em alguma situação é quase improvável, pois ela já participa e articula muitos momentos na vida social da Filipa.

Destaco que essa construção de autoridade foi construída pelos agentes sociais da Filipa por ser dona Nielza descendente de Maria Filipa e também ter sido a primeira professora da comunidade. Isso fez com que fosse atribuída essa característica de liderança por ter o conhecimento da leitura, levar as reivindicações da comunidade para o poder público; esses são atributos que fizeram dela, uma forte liderança e principalmente por ser uma das principais informantes da história do seu povo.

Em conversas abertas dona Nielza fala dos primeiros projetos econômicos implementados pelos técnicos do governo do Estado voltados para plantação de banana e abacaxi, diz que não foi para frente porque a comunidade não tinha como escoar a produção, teve muitos prejuízos e na época não tinha transporte para levar para cidade e a estrada não era

⁵ 77 anos, Bisneta de Filipa, coordena e participa da dança do tambor de crioula é reconhecida pela comunidade como uma “liderança forte” que representa o grupo social nos eventos dentro e fora de Filipa.

boa fazendo surgir o papel dos atravessadores que compraram banana e abacaxi, mas não pagaram.

Outro aspecto comentado por dona Nielza é que a única vantagem que se teve com a produção foi a permanência da posse da terra que estava sendo usada no plantio pela Filipa, pois o Instituto de Colonização e Reforma Agrária -INCRA estava querendo desapropriar e fazer loteamento para outras comunidades, o motivo alegado era que só tinha 25 famílias na localidade, mas como a produção estava acontecendo a comunidade não perdeu. Filipa em outros tempos já havia perdido 100 hectares de terras.

O primeiro encontro colaborou para que outras informações fossem sendo construídas. Procurei entender esse processo, buscando outras fontes que pudessem demonstrar a situação a qual a Filipa estava vivendo e que a caracterizava como “comunidade modelo”.

Acionei outros olhares para compreender o contexto de projetos no qual Filipa está inserida. O trabalho de dissertação do professor José Domingos Cantanhede Silva é uma leitura atual. O autor retrata como as instituições pensam as comunidades negras rurais. Em sua pesquisa⁶ faz uma reflexão sobre a construção de políticas públicas denominadas de combate à pobreza rural, tomando como campo empírico a implementação do PCPR e o impacto na comunidade Filipa.

Silva (2005) destaca que nos discursos dos agentes do PCPR que os projetos apareciam como se fossem uma escolha exclusiva da comunidade. O autor descreve que havia uma naturalização nesses discursos que se fazia presente na fala do poder público que afirmavam - “A comunidade participa é ouvida, dizem quais são os problemas, diz o que ela quer, e o projeto dá os recursos e assistência técnica para aquilo funcionar” (SILVA, 2005, p. 97).

Acrescido a esta contribuição de pesquisa, temos ainda a dissertação de Jacira Brito Silva que discorre sobre o “Desenvolvimento Territorial: novas perspectivas para o desenvolvimento? O Território Rural do Vale do Itapecuru”. A pesquisa faz uma análise conceitual sobre a dimensão territorial do Vale do Itapecuru, apresentando como se processa o diálogo entre os agentes envolvidos, verifica a amplitude conceitual que o território representa e mostra um extenso debate acerca do desenvolvimento; a autora discorre sobre a participação de Itapecuru-Mirim no ciclo de desenvolvimento que estava sendo estabelecido no Vale do Itapecuru, apontando a Filipa inserida nas articulações do PCPR no ano de 2005.

⁶ Silva, José Domingos Cantanhede. Pobreza e Desenvolvimento: O PCPR nas comunidade quilombolas, UFMA, 2005

Nesta perspectiva, a relação de fato com o Quilombo Filipa teve início assim que iniciei o Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia, momento em que teve início ao processo de sistematização de informações sobre o quilombo. Isto porque a pesquisa passou a acontecer não apenas no local empírico, mas em sala de aula, com outras comunidades como o quilombo Santa Rosa dos Pretos e Brasilina, nas instituições que foram visitadas. Tudo isso teve um papel importante na construção da relação com Filipa.

Portanto, com o propósito de construir o objeto de pesquisa, iniciei o trabalho de campo, o qual foi se revelando na medida em que as informações foram sendo construídas e outras situações foram aparecendo, daí procuramos trabalhar em dois contextos “dentro” e “fora” da Filipa. Dessa forma, precisei realizar outras incursões que merecem ser descritas neste trabalho pelo nível de informação e organização de dados pertinentes.

Os informantes que passaram a fazer parte das redes de relações que foram sendo construídas vieram das conversas com os agentes sociais de Filipa. Neste percurso tive a colaboração do Sr. Jose de Ribamar, lavrador que reside em Itapecuru e através da sua disponibilidade foi o meu acompanhante em todas as visitas da Filipa.

As visitas aconteceram em mais de dez encontros, no período de Fevereiro de 2016 a Maio de 2017. Os encontros passaram a ser agendados e geralmente aconteciam aos fins de semana, somente na festa de São Sebastião no mês de novembro, permaneci três dias em Filipa. Tenho a Dona Nielza como principal interlocutora que se disponibilizou em contribuir com o trabalho de pesquisa. É interessante fazer a observação de que quando nos apresentamos como pesquisadores não é preciso muitas perguntas estruturadas ela já responde: *“aqui sempre aparece alguém para pesquisar”* (Nielza, 2016), dando a entender que meu trabalho era mais um dentre tantos, deixando claro que a Filipa já estava acostumada com a presença de pessoas de fora, desse modo a minha presença não foi novidade.

Quando perguntei sobre Filipa para dona Nielza, ela inicia falando da ancestralidade de seu povo, da terra e do tambor de crioula. Comenta sobre os jovens e também dos projetos. Na fala observa-se que os projetos não se sobrepõem a identidade. A preocupação exposta é que os jovens precisam e devem participar das reuniões de interesses da comunidade, como a Associação, comenta sobre a questão da terra e da continuidade do conhecimento, como observa -*“Hoje é difícil passar para esses jovens o conhecimento, o tambor de crioula é nossa cultura, é da antiguidade, de nossos pais, avós e antepassados, fico triste muitos jovens não se dedicam muito, é poucos que tem interesses, assim é a reza em latim”* (Nielza, 2016).

Nos encontros presenciei alguns eventos⁷ identificando situações que se configuravam no bojo de solidariedade de união, organização interna, conflito interno, organização econômica, de conflitos submersos nas relações com outros agentes sociais, da presença de representantes políticos na localidade, da relação dinâmica da Filipa com projetos econômicos.

Entre os projetos que acompanhei na comunidade está a reforma da casa de farinha que estava ocorrendo sempre nos fins de semana. Esse seria um evento muito comentado pelos moradores. Quando perguntei quem financiava a reforma o Sr. Francisco Xavier dos Santos responde “A gente recebe, pode ver aqui, apontando para um banner localizado na parte superior da casa de farinha o qual apresenta em destaque as instituições responsáveis pelo financiamento, contendo também as instruções de uso e higiene do local, em sua fala completa dizendo a ACONERUQ “ajuda”. O Sr. Francisco Xavier (2016), enfatiza que ” *Aqui todo projeto que é oferecido a gente aceita*”.

Nessas visitas surgiram alguns questionamentos dentro da pesquisa, como os projetos que são oferecidos são aceitos pela comunidade e como e porque a comunidade aceita? Pareceria que a comunidade acolhe todos os projetos que lhe são oferecidos? Neste caso, adota uma simples posição passiva, receptiva e subordinada aos interventores. A questão que não é óbvia é saber por que aceita?

Com base nesta questão precisaria então perceber outras situações, conversar com os agentes sociais com o intuito de construir uma relação de confiança e respeito. Presenciei situações diversas que não tem como desviar nossos olhares e sentimentos, fui tomada pela tristeza em momentos que não estão em nossas intenções investigativas nem no roteiro de pesquisa, mas acontecem porque estamos em um meio social, em um contexto que apresenta uma vida social dinâmica, é uma sociedade.

Informo que sempre ao chegar na comunidade todos estavam envolvidos em suas atividades em seus afazeres, ou seja, na roça, na casa de farinha, nenhum agente se aproxima para perguntar o que o pesquisador está fazendo na Filipa. Todavia, essa pode ser uma posição aparente.

Em todas as visitas tenho ficado hospedada na casa de dona Nielza, entretanto houve visita em que ela teve que ir à sede do município de Itapecuru-Mirim. Neste dia fiquei sem sua companhia. Daí surge a aproximação com outros agentes, pois sou movida a caminhar pela comunidade primeiramente vem o sentimento de que eu estivesse incomodando tirando as

⁷ Festa, situação de doença.

pessoas dos seus afazeres depois percebo que esse sentimento é apenas do pesquisador não é dos agentes sociais.

Tenho aprendido a ouvir as histórias contadas e cantadas, a observar de forma muito atenta o comportamento das pessoas, Bourdieu (2008) indica que o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez, mas em qualquer método utilizado deve haver o rigor.

Em alguns momentos, as conversas com os agentes aconteceram no quintal da casa; com o Sr. Cecílio quando ele apresentou o criatório de porco, na cozinha quando dona Nielza estava com seus afazeres domésticos, na casa de farinha quando o grupo estava fazendo farinhada e descascando mandioca, quando estavam fazendo a reforma da casa de farinha.

Nessa senda, Bourdieu (1989) no livro “O poder simbólico”, descreve sobre a percepção do mundo social que no essencial é produto de incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Isso faz com que os agentes vejam o mundo tal como ele é, a aceitarem como natural, mas do que rebelarem-se contra ele, oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas (BOURDIEU, 1989, p. 141).

Durante todo o processo de realização da pesquisa percebi através do discurso uma imposição de elementos externos no mundo social da Filipa, como o discurso do “desemprego” do “emprego” categorias que tem sua validade em uma sociedade orientada pelo capital, elas são sinônimo de “pobreza”, perda do poder de “consumir”. Então, noções enquistadas na economia formal, ganham de certo modo espaço e são apresentadas como respostas para determinadas situações.

Desse modo nas entrevistas é necessário perceber as estruturas que não estão visíveis, mas que devem ser percebidas nas entrelinhas. Aponto a fala do Sr. Cecílio (2016) que sentença *“a roça é uma mãe, começa da vinagreira vai até capoeira, termina a roçada ela vai crescendo”*.

Em sua fala insiste na “roça” como atividade mãe que sustentou sua geração e a qual os jovens devem assumir a liderar de modo que isso não se perca na geração presente. Então para o Sr. Cecílio a “roça” fará com que esses jovens permaneçam na Filipa e conseqüentemente a continuidade dessa relação com a terra.

Como descrito na fala do Sr. Cecílio a “roça” é atividade desempenhada amplamente de modo que não existe ninguém que fique desocupado, todos trabalham. A justificativa dos projetos econômicos implantados na Filipa é o de gerar renda, como se não tivesse nenhum tipo de atividade econômica na vida social do quilombo Filipa. Todavia, como

eles estão dissociados da principal atividade econômica da localidade? De que forma a comunidade vem se apropriando desses projetos? Essas questões vão surgindo a partir do desdobramento das atividades de pesquisa, ouvindo cuidadosamente o que pensam esses agentes sociais.

Utilizo a observação direta, isso na medida em que for possível utilizar essa observação, ou seja, perceber gestos, movimentos, expressão, brincadeiras, cantorias que possam levantar uma concepção da relação dos agentes sociais com o Estado e outras instituições que se relacionam com a Filipa. São situações que vão se configurando e que precisam ser observadas de forma minuciosa. Em relação às conversas com os agentes sociais, tento captar os “não ditos”, pois como bem descreve Cabral (2008, p. 67):

Assim, eu observava que existia inscrito no mundo social que nos rodeava todo um mundo de associações semânticas, narrativas e definições que, apesar de raramente serem explícitas, dirigiam surda e silenciosamente as formas como as pessoas faziam sentido do seu mundo – favorecendo caminhos, suscitando respostas, disponibilizando meios.

Então, nosso interesse em investigar esse “tempo de projetos” que foi se consolidando, se instaurando no contexto social da Filipa, se naturalizando é também pensar relacionalmente, é uma reflexão reflexiva (BOURDIEU, 1989, p. 25) é perceber que existem propostas e objetivos planejados por instituições oficiais, o Estado, que não acompanham a mobilidade concreta com que vive a Filipa, proporcionando aí um contraste e diversas tensões nessas relações.

Dona Nielza comenta quando se refere à atividade de piscicultura, que inicialmente os jovens da comunidade estavam à frente da atividade estes foram incluídos na atividade para posteriormente participarem da associação e assumir a função de liderança. Entretanto esses jovens deixaram a atividade de piscicultura logo no início em busca de emprego muitos saíram da Filipa como enfatiza dona Nielza (2016) “*acabaram com tudo, foram embora para São Paulo, constante eu jogo isso na cara deles, mas os pais diziam que eles tinham que sair pra trabalhar fora, porque aqui não dava*”.

Nesta situação, é possível perceber que não existe um consenso entre as propostas estabelecidas pelas instituições intervencionistas e agentes sociais. Então se questiona como essa inclusão da lógica de ação atualizada pelo próprio Estado pode impactar nas relações sociais da Filipa? Visto que é proposta para a comunidade uma atividade que demanda uma

assistência mais esquematizada, mais técnica, para que a atividade possa fluir, a questão não é discutir a relação da atividade com o mercado, porque as comunidades e povos tradicionais têm sua forma de manter relação com o mercado, quando vende a farinha, quando vende o arroz, o milho, o feijão, o quiabo, o maxixe. Essa produção é própria da economia desse grupo social o que fortalece o vínculo dos agentes com o seu território, pois são capazes de produzir e ofertar o que excedente para o mercado.

Assim, durante as minhas visitas e no decorrer das entrevistas percebi que as concepções formadas sobre os projetos que vão se estabelecendo na Filipa ganham uma dimensão que acaba provocando conflitos, em que de um lado têm-se projetos econômicos planejados, estabelecidos e projetados para acontecer em um formato que proporcione o desenvolvimento da localidade e, de outro lado, existe uma economia tradicional, diferenciada que acompanha os valores e saberes tradicionais, mas que também inclui em sua unidade de produção novas formas técnicas de produzir, como na casa de farinha o uso das máquinas em substituição das técnicas utilizadas anteriormente na “casa de forno”.

Dessa forma, no trabalho procuro investigar as mudanças sociais ocorridas na Filipa a partir das relações que foram sendo construídas com o Estado em que situou o confronto entre uma lógica desenvolvimentista com base na linguagem de projetos econômicos percebendo a posição e organização própria desta comunidade e identifico a linguagem da Filipa com o Estado.

1.2 Diário de campo e um exercício de construção do objeto de pesquisa

A construção do objeto de pesquisa é um processo dinâmico que exige o movimento teoria - empiria - teoria incessantemente. É nas descrições da situação ou realidade social específica em estudo que é produzido o questionamento a formulação da problemática de pesquisa o que exige do pesquisador uma atenção minuciosa dos dados e detalhes das informações coletadas de interpretação à luz das leituras realizadas.

Neste processo a produção do conhecimento deve acompanhar uma análise sem vínculos com manuais, com regras prontas e definidas. Dessa forma refletimos que normas não se confundem com rigidez e rigor é ditado por regras de pensamento reconhecidas no trabalho científico e não se trata de uma ideologia do "conhecimento".

A construção do objeto de estudo exige do pesquisador uma sensibilidade com o campo de pesquisa tarefa que deve acontecer através de constante

diálogo com os agentes sociais, da observação, de leitura e construção de instrumentos conceituais e analíticos.

Retomo que a centralidade desta pesquisa reside na noção de projetos econômicos de intervenção, mas simultaneamente, realiza-se na coleta de campo, o conhecimento das intervenções no quilombo Filipa, as formas de linguagem que o Estado utiliza, buscando perceber as mudanças sociais (GLUCKMAN, 1986) que tomaram a vida social com base nesta lógica. Optei por uma descrição das visitas de campo, cada uma delas registradas no diário de campo, para analisar o corpo dos projetos e a forma como interferem, alteram, de fato, a vida social “da Filipa”, expressão usada cotidianamente para designar a comunidade quase como um discurso de gênero.

A pesquisa de campo é o registro sistemático que ordena os momentos de aproximação do pesquisador ao contexto real de estudo. As possibilidades dessa aproximação constituem um processo de construção de relação entre o pesquisador e o grupo. Portanto, apresento neste estudo a comunidade Filipa que não é um espaço físico, isolado, pelo contrário constitui um espaço social heterogêneo que apresenta sua história baseada em lutas, resistência, projetos e conquistas.

A “Filipa” é muito conhecida no município de Itapecuru-Mirim, por conta da farinha, do tambor de Crioula e também dos projetos econômicos que foram sendo implementados em seu domínio social.

Retornei como pesquisadora ao quilombo Filipa somente em fevereiro de 2016, procurei entender a dinâmica do contexto social fazendo das conversas o principal meio para perceber as relações da vida social do grupo, fazendo uso da escrita em cada momento, identificando o que para os agentes sociais era importante, enquanto os registros no diário já aconteciam de forma sistemática.

Assim, procurei identificar as formas de intervenção que aconteciam em torno do quilombo Filipa. Estive atenta em realizar observações minuciosas, feitas com cuidado e que em muitas situações exigiu do pesquisador ser um “ouvinte atento”. Tudo isso contribuiu para o processo de construção e sistematização do objeto de estudo.

Nas visitas realizadas no quilombo Filipa as conversas aconteceram de forma espontânea, pois se entende que a entrevista, conforme Bourdieu (2008, p. 704) deve ser considerada uma forma de exercício espiritual em que se realiza uma conversão do olhar sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida, pelo esquecimento de si e por uma disposição acolhedora em que o pesquisador se inclina a fazer seus os problemas do outro.

Com isso, o diário surge como um instrumento de trabalho indispensável na recolha das informações. Nesta tessitura que vai sendo construída mantenho diálogo com o Sr. Francisco Xavier dos Santos do Nascimento⁸ o qual informa que Filipa, atualmente conta com mais de cem famílias e tende a crescer, pois tem muitas crianças e jovens, mais adiante, comenta sobre a questão da terra, no que se refere ao reconhecimento, sendo uma demanda frente ao Estado.

Na discussão e construção da pesquisa destaca-se a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária na década de 80, e execução do projeto de Assentamento Entroncamento, criado em 19.01.1987 e considerado posteriormente como projeto modelo de processo produtivo, ficando a Filipa inserida neste PA⁹.

O assentamento do Entroncamento está integrado juntamente com a Filipa, pelos assentamentos: Picos I, Picos II, Jaibara, São José, Oiteiro, Entrocamento e Cachoeira. Desse grupo, Filipa apresenta um diferencial por estar constantemente inserida na dinâmica de proposta que deliberam assistência social e econômica através de projetos em forma de atividades econômicas orientados por agentes do Estado ou outras instituições. Esse diferencial marca em relação às outras comunidades quilombolas do entorno. Portanto, nesse tempo que envolve o presente, o futuro e o passado, esses povos apresentam formas de organização própria que definem e mantêm relação com outras comunidades e agentes sociais.

Com base nesta situação, interessa destacar a prevalência de diferentes clivagens referidas aos pleitos e reivindicações acionados pelos agentes sociais mobilizados coletivamente: o processo de regularização fundiário que culminou com a instituição de um PA em 1987 e o processo de reconhecimento étnico viabilizado através da emissão de certidão pela Fundação Cultural Palmares em 2004, neste sentido este grupo fortaleceu e mobilizou elementos distintivos para encaminhar reivindicações específicas pela terra

Assim, neste estudo produzo a construção de conhecimento apoiado nas falas dos agentes e, ainda, interpreto que a construção de conhecimento de uma determinada realidade requer do pesquisador o gesto de se despir de si mesmo, de rupturas com conhecimentos adquiridos, pré-existentes e de opiniões que devem ser destruídos:

⁸Ex presidente da Associação São Sebastião dos Produtores do Povoado Filipa,

⁹Outro fator que levou à escolha do assentamento rural para as análises foi à diversidade cultural entre os oito povoados destacando Filipa e Oiteiro cuja ocupação de seus moradores, na região, está relacionada historicamente à presença do algodão e da cana-de-açúcar que foram culturas de mercado introduzidas nos vales de Itapecuru. Esses dois povoados são reconhecidos como comunidades tradicionais e com características de utilização das terras para uso comum (MATTOS JUNIOR, 2010, p. 36)

O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é "o que se poderia achar" mas é sempre o que se deveria ter pensado. O pensamento empírico torna-se claro *depois*, quando o conjunto de argumentos fica estabelecido. Ao retomar um passado cheio de erros, encontra-se a verdade num autêntico arrependimento intelectual. No fundo, o ato de conhecer dá-se *contra* um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização[...] diante do mistério do real, a alma não pode, por decreto, tornar-se ingênua. É impossível anular, de um só golpe, todos os conhecimentos habituais. Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber. Quando o espírito se apresenta à cultura científica, nunca é jovem. Aliás, é bem velho, porque tem a idade de seus preconceitos. Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado. (BACHELARD, 1996, p. 11)

Dessa forma, busquei compreender o contexto das relações sociais através das narrativas abordadas pelos agentes sociais que descreveram sua história e representam uma aproximação aos significados atribuídos as relações sociais, ao território e à organização política. Para Geertz “o significado emerge do papel que desempenha no padrão da vida decorrente”. Complementa ainda que, o etnógrafo “deve atentar-se para o comportamento e, com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação” (GEERTZ, 1989, p. 27).

Configurando a pesquisa em um processo de construção, temos que o estudo foi elaborado em dois momentos, a primeira parte foi desenvolvida no quilombo Filipa a segunda etapa buscando responder os questionamentos que me foram colocados durante o exame de qualificação e dentre suas solicitações esteve a de criar uma extensão do trabalho de pesquisa fora da Filipa, perceber como as instituições descrevem a Filipa, aproximação com o entendimento entre as comunidades que fazem limites com Filipa e conseqüentemente construir um maior diálogo com os teóricos.

Em dezembro de 2016 conheci o Sr. Justo Evangelista Conceição¹⁰, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Itapecuru-

¹⁰ Justo Evangelista Conceição nasceu na comunidade de Tingidor, no município de Itapecuru Mirim (MA), em 18 de maio de 1935. Trabalhador rural alfabetizado somente aos 17 anos, fez parte de três movimentos no meio rural ainda na década de 1970: da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Comunidade Eclesial de Base (CEB) e da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR). Primeiro vereador negro do município de Itapecuru - Mirim e exerceu dois mandatos entre 1988 e 2000. Foi um dos líderes homenageados no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, em São Luís do Maranhão, em setembro de 2004. Data: 9/9/2004. Duração: 1h30min. Local: Business Center do Hotel Calhau, São Luís, por ocasião do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Alberti; Pereira, 2007, p.28). Foi também o fundador e primeiro presidente da União das Associações de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Município de Itapecuru-Mirim (UNIQUITA) no ano de 2013, o qual pertence a comunidade do Tingidor. No momento o presidente da UNIQUITA é o Sr. Elias Belfort de Santa Rosa dos Pretos.

Mirim. Mas, somente em janeiro de 2017 consegui marcar duas entrevistas com o mesmo. A finalidade seria levantar informações de outros agentes sociais fora da Filipa.

O Sr. Justo Conceição apresenta elementos importantes sobre a inserção da Filipa em políticas desenvolvimentistas as quais se apresentaram no formato de projetos econômicos que distribui várias atividades no domínio social da Filipa, também descreve sua participação nos movimentos de lutas no processo de regularização das terras da Filipa o que implicou na inclusão de Filipa no PA Entroncamento. Nesta oportunidade percebi que o Sr. Justo seria um informante que poderia contribuir muito com meu trabalho por possuir informações sobre a luta no processo de regularização que liderou juntamente com as comunidades de Itapecuru-Mirim e ter participação nos diversos momentos de luta de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo.

Esse líder apresentou o mapeamento das áreas que foram certificadas e que estão em conflito e sob o domínio de fazendas no município de Itapecuru-Mirim. O Sr. Justo mesmo afastado das atividades por motivo de doença ainda tem uma ligação com os movimentos sociais e o sindicato de trabalhadores rurais em Itapecuru-Mirim.

Na etapa de construção do trabalho de pesquisa, entrei em contato com outros agentes sociais de fora da Filipa. Realizei visitas em instituições, considerando primeiramente, o INCRA, a Secretaria de Desenvolvimento do Maranhão (através de site), Secretaria de Agricultura e Secretaria de Assuntos Raciais em Itapecuru Mirim. Recebi o convite para participar da 1ª Mesa Redonda Estadual Quilombola realizado no ano de 2017. Este encontro é realizado bimestralmente e é organizado pelo INCRA e os representantes das comunidades quilombolas; nele participam as lideranças dos movimentos sócias, técnicos do INCRA, representante do governo do Estado, delegados e observadores, como foi meu papel.

Ampliei a pesquisa para a Biblioteca Pública Municipal Benedito Leite com o objetivo de identificar registros em Jornais referente aos conflitos agrários que aconteceram em Itapecuru-Mirim na década de 50 e 60 que afetou as comunidades rurais, situação está que impactou na criação do Assentamento de Entroncamento na década de 80.

Dessa maneira, a visita nessas instituições teve como objetivo coletar informação sobre o processo de implementação dos projetos que aconteceram na Filipa e, ao mesmo tempo, compreender o processo de territorialização e as territorialidades específicas na região.

Outro aspecto a acrescentar foram as visitas realizadas nas comunidades Brasilina e Santa Rosa dos Pretos. Essa aproximação foi sendo uma tarefa que permitiu identificar elementos de coesão social entre as comunidades. No decorrer dessas visitas se percebe um universo de situações sociais. Neste movimento podemos destacar que Filipa tem mantido uma

ligação com o Estado e com alguns setores privados através de linguagem especiais, no caso dos projetos econômicos que passam a ser identificados em todos os domínios da vida social da Filipa.

A comunidade Brasilina está em fase de obter o reconhecimento das terras como coletivas junto ao INCRA, pois a mesma é um assentamento, essa demanda acontece por conta da venda de lotes em sua área e a mobilização ocorre para frear as ameaças de que alvo em função do aquecimento do mercado de terras. Santa Rosa dos Pretos tem vivenciado lutas pela questão da estrada de ferro da Vale e com o povoado Picos II que se sobrepõe as terras de Santa dos Pretos e tem ocorrido loteamento de terrenos indevidamente.

Esse deslocamento para fora da Filipa provoca questões que convidam a refletir sobre o modelo desenvolvimentista que promove uma comunidade e deixa de lado outra que pertencente ao mesmo território, como no caso da Brasilina, inserida ou integrante do território da Filipa, porém, ela não tem alcançado os “favorecimentos” que são baseados no modelo desenvolvimentista de “inclusão social”.

Também é possível perceber que essas comunidades mantêm uma ligação com Filipa. O critério da escolha de Brasilina e Santa Rosa dos Pretos está baseado nos limites que ambas mantêm com Filipa. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista no ambiente social da Filipa, Brasilina e Santa Rosa dos Pretos. Nesta segunda etapa da minha pesquisa, continuei fazendo uso o diário de campo, sendo um instrumento que facilita a relação com os agentes sociais, que possibilita a construção de um diálogo de confiança com o mundo social em estudo.

Na construção deste trabalho, utilizei como aporte teórico as contribuições de Pierre Bourdieu (1989), no relativo a sociologia que reflete o poder simbólico, pois pensar determinadas estruturas, requer um olhar que não se configure no “conformismo lógico” que induz a uma concepção homogênea das relações sociais. Bourdieu enuncia essa questão textualmente:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme, aos seus interesses, e imporem o campo de tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 1989, p.11).

De forma sistemática enuncia o autor que as produções simbólicas como instrumento de dominação no contexto social configuram-se em estruturas e

[...] é na correspondência de estrutura estruturada que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de

estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 1989, p.14)

Nessa linha, entendo que quando se trata de refletir sobre *projetos econômicos* em uma determinada comunidade surgem outros elementos que passam a ser acionados e que muitas das vezes não são perceptíveis pelo meio social em que o fato acontece.

Com isso, como pensar um quilombo com a ideia de “desenvolver”? Ou que determina essa classificação em "faixas de baixa renda, de "pobreza extrema? Essa é uma classificação de fora, que não reconhece os pleitos dos agentes sociais pelo reconhecimento étnico.

Dessa forma é que faço uso da entrevista no sentido de tornar visível a voz daqueles que de fato conhecem sua própria realidade social. Através das conversas espontâneas, as perguntas elaboradas nas entrevistas foram sendo sistematizados os discursos desses agentes. Interessa destacar que o campo de pesquisa é um caminho que se constrói em uma relação profunda com o agente social, ou seja, com o “outro”. E ao expor minhas intenções de pesquisa, apresento o inacabado, as pequenas pinceladas, (BOURDIEU, 1989), em que procuro esboçar as inquietações que fazem parte da tessitura da construção deste trabalho.

E para tanto, tento desfazer-me dos vícios que acompanham o *homus acadêmico* que “gosta do acabado”, procurando manter uma solidez na escrita amparada por argumentos teóricos que aproximem de uma escrita sem classificações e de modo a vislumbrar instrumentos de desnaturalização de fatos e acontecimento que vão surgindo no decorrer da pesquisa.

Não existe um método pronto que ensina o pesquisador a se fazer presente em um campo de pesquisa, existe a sensibilidade de saber observar e escutar através de um *modus operandi* que tenta não deixar prevalecer a violência simbólica de caminhar com perguntas prontas e questionários com questões pré-estabelecidas de forma que se tenha uma vigilância das condições de utilização das técnicas. Esse momento foi de aprofundamento para a pesquisa por ter acesso ao ambiente comunitário, pois a partir dos encontros começaram os entrelaçamentos às redes de relacionamentos entre o pesquisador e os agentes sociais.

Na verdade, eu sou de “fora” não tenho laços com o grupo, tudo é uma construção que deve ser realizada com muito respeito e de forma cuidadosa para evitar posturas etnocêntricas nas ações e relações que vão sendo construídas. O trabalho de campo por meio da observação tem sido um dos métodos ou mesmo o caminho que venho construindo para a obtenção das informações e transformação em dados de pesquisa.

Neste sentido, descrevo um evento. No meu retorno de Itapecuru-Mirim para São Luís uma viagem feita de Taxi, havia um passageiro ex-morador das proximidades da estrada de ferro em Itapecuru-Mirim que fica próximo do quilombo Filipa, por nome Francisco, conhecido como “Chicó” em conversa relatou que conheceu muito o Sr. Hipólito pai de dona Nielza, então procurei investigá-lo e ele narrou que naquela área tinha engenho e que tem um dono de terras que diz “olha pode entrar banhar, pescar nas terras, só não pode cortar o arame”, ele enfatizou ainda que este é um dos donos de terra que é “bom”. Tendo em vista esta situação penso ser este momento no taxi um campo de pesquisa que permitiu perceber outras informações da situação social em curso.

Na coleta de informações continuei fazendo uso do meu diário de campo que expresse uma grande preferência, as conversas que acontecem de forma livre ou espontânea junto aos agentes sociais em que o resultado vai configurando como uma tessitura dos laços que vai ligando esse grupo social a outros agentes a outras situações sociais.

Para as entrevistas, utilizei o gravador recurso necessário na pesquisa, pois ajuda o pesquisador a captar elementos na fala que podem escapar em outros momentos, mas confesso que chega a influenciar na postura do entrevistado isso porque em uma entrevista com dona Nielza, percebi que houve uma mudança na fala no treino de contar um fato. Penso que o aparelho retira um pouco do sentimento de estar a vontade contando uma situação, em certo momento o entrevistado chega a perguntar “já tá gravando” (Nielza, 2016), significa que isso pode criar uma expectativa em pensar o que deve ser falado a propósito daquilo que o pesquisador espera ouvir.

As leituras sugeridas para o diálogo com a pesquisa de campo, estão relacionadas com o movimento dinâmico que foi sendo presenciado na Filipa, quer dizer as situações sociais, as mudanças sociais, os eventos que se interligam e possibilitam uma interpretação do contexto em estudo.

Na construção deste trabalho a coleta de informação teve dois momentos. Primeiramente a intenção seria apenas entrevistar os agentes sociais “dentro” do quilombo Filipa, no decorrer da pesquisa e com base nas narrativas dos agentes que demonstraram ter uma ligação com outras instancias e agentes sociais esta situação possibilitou um deslocamento para a coleta de informação “Fora” do quilombo Filipa.

O trabalho de campo proporciona ao pesquisador a realização de um processo de investigação que vai criando conectivos com a situação social pesquisada, vai assim desfazendo esquemas engessados por uma realidade e colocando os fatos e as situações a serem refletidas em um processo de construção. Esta dinâmica exige do pesquisador uma atenção extrema, uma

capacidade de ordenar e conectar os fatos observados e as narrativas que vão sendo apresentadas.

Com base nesta constante dinâmica consegui sair da Filipa e percorrer outras comunidades quilombolas, dialogar com instituições públicas, buscar no acervo da biblioteca pública do Município de São Luís informações concernentes que viessem retratar de fato o contexto social, econômico e político o qual o quilombo Filipa está inserido.

Bruyne et. al (1991, p. 28) escreve que “O campo da pesquisa é, portanto, o lugar prático da elaboração dos próprios objetos do conhecimento científico, de sua construção sistemática e da constatação empírica dos fatos que essa pesquisa deu a conhecer”.

Com efeito, a presente pesquisa vem tecendo dialogo com autores da Econômica e da Antropologia, apresentando situações sociais que ajudam a refletir sobre conceitos como valor, troca, mercado, produção em grande escala. Situações que solicitam uma reflexão no domínio social do quilombo Filipa a partir da implementação dos *projetos econômicos* de modo a perceber determinados modelos que acabam tentando sobrepor formas de vida social e suas peculiaridades também no âmbito da econômica.

1.3 Filipa: registro de situações sociais e diário de campo

Em 13 de fevereiro de 2016, retornei à Filipa. No caminho, confiro outras "comunidades negras rurais" como quilombo Brasilina e Lago Verde. Já Lago Verde é um povoado e fica localizada dentro de terras privada.

A comunidade remanescente de quilombo ou quilombo Filipa é assim reconhecida pelas unidades sociais que a constituem e conforme o artigo 68, entretanto estaremos fazendo uso da categoria “quilombo” uma reflexão analiticamente distante de resquício e que faz parte da auto-definição do grupo, assim como o termo de identificação “Filipa”. Cabe destacar que o quilombo Filipa esta localizada no município de Itapecuru-Mirim sendo que o acesso se faz por meio da BR 222 o percurso da sede até a entrada dista 2 km e da entrada até o quilombo Filipa é 8km.

O trecho de estrada é perigoso devido à movimentação de carros e caminhões nessa via. Saindo da BR na entrada para Filipa a circulação de veículos é menor sendo mais tranquilo o percurso. A primeira vez que estive em Filipa utilizei a motocicleta como meio de transporte, o que me possibilitou a superação do receio que anteriormente se fazia presente nas minhas escolhas no caso fazer uso da motocicleta.

Cheguei à comunidade e procurei a casa de dona Nielza. Neste momento faço registro de uma pequena situação em que ao saltar da moto fiquei com o capacete nas mãos, então veio o Sr. Patrício, tambozeiro e entoador do tambor de crioula na Filipa e sobrinho de dona Nielza, disse: “*pode deixar aí moça, aqui ninguém mexe não*”, isso foi fato que preciso registrar, pois revela um sistema de vida, ainda distante de controles e que eu deveria ficar à vontade.

O momento de encontro com dona Nielza foi de uma expressiva acolhida, colocou cadeira na pequena varanda, muito solícita, preparou uma mesa para servir o café. A partir daquele momento começa a se confirmar uma relação de confiança. A princípio, ela parece curiosa pelo meu retorno na Filipa. Antes mesmo de apresentar o motivo do retorno à comunidade ela narrou um pouco de sua história de vida, comentou sobre a presença de outros pesquisadores que passaram pela comunidade.

No decurso da conversa dona Nielza fez comentários sobre o tambor de crioula que ela fala com muito orgulho e expressou tristeza e preocupação, pois muitos jovens não se dedicam muito à dança, poucos têm interesse e ela disse ter “*medo do povo perder essa cultura*” (NIELZA, 2016) que afirmou ser uma herança para o seu povo. Essas informações foram sendo transcritas de forma minuciosa para o diário.

Neste segundo encontro conversamos sobre minha proposta de pesquisa na Filipa pedindo sua colaboração e também permissão para realização do trabalho. Nas conversas demonstrou preocupação sobre três questões: a primeira é referente aos jovens, a segunda está relacionada com a questão da produção de mandioca, principal produto agrícola cultivado na localidade. Comentou que as famílias produtoras estão mais idosas e poucos jovens querem assumir a atividade. A terceira questão é referente ao espaço que o INCRA reservou à Filipa comentando em tom de crítica e de reivindicação: “*muitas famílias para pouca terra*” (Nielza, 2016).

Enquanto conversava com a Sra. Nielza, o jovem Sr. Ilton dos Santos do Nascimento entra na casa e pede a benção para a mesma. Ela o apresenta, dizendo que é seu sobrinho e atual presidente da Associação.

Dona Nielza comentou sobre a morte de um dos moradores já muito idoso, irmão do Sr. Cecílio¹¹. Logo mais, foi se chegando para conversa, o Sr. Patrício. Na mesma hora os dois fizeram uma cantoria ela pegou os tamboris para tocar. O entusiasmo era grande e entoaram um cântico.

¹¹ 87 anos, membro participante da Associação e dos movimentos ligado ao reconhecimento étnico do grupo social Filipa.

Após uma longa conversa visitei a comunidade e nas andanças tentei identificara “casa de forno”, porém não fui informada que esta foi desativada. O fato foi confirmado pelo Sr. Ilton. Logo após a conversa visitei a nova casa de farinha chamada de “Fabrica de Agroindústria de Beneficiamento de Farinha e Arroz” que substituiu a antiga casa de forno. Novamente conversei com Sr. Ilton dos Santos (Toió) presidente da Associação São Sebastião dos Produtores da Filipa; juntou-se à conversa o Sr. Rildo dos Santos, lavrador, morador da Filipa e o Sr. Francisco Xavier ex-presidente da associação, os mesmos se disponibilizaram em ajudar nas informações que fosse necessário.

Em relação a minha identificação, cabe destacar que sempre procurei esclarecer que o meu papel na comunidade era de pesquisadora, eu não tinha nenhuma ligação com outra instituição que não fosse a Universidade Estadual do Maranhão.

1.4 Anotações da segunda visita à Filipa

Retornei ao quilombo dia 20 de fevereiro de 2016. Ao chegar dona Nielza já estava de saída para uma reunião em Itapecuru-Mirim no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A mesma demonstrou preocupação, pois ela era a principal informante. Fez o chamado para outra moradora e me apresentou para dona Domingas.

Esta foi a primeira visita realizada sem a presença de dona Nielza. Confesso que a experiência levou a um ganho de autonomia. Assim, conheci dona Ana Rosa dos Santos Alves (95 anos), irmã de dona Nielza, conversamos pouco apenas ela disse que “gosto muito de morar na Filipa era feliz”. Neste dia combinei uma entrevista com o presidente da Associação, entretanto ele estava para São Luís com uma filha doente (uma doença grave) o que inviabilizou esse agendamento.

Conheci outros pontos na Filipa como a escola; em 2010 a informação era que a mesma não funcionava e atualmente está sendo utilizada pelo SESC que ministra o curso Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Outro aspecto a destacar é a existência de um poço artesiano que distribui água para toda comunidade. A situação tem importância em nosso estudo, pois existe uma série de problemas com água no Quilombo Filipa. Com frequência o carro pipa de Itapecuru distribui água para todo o povoado.

A informação é que a água do poço artesiano não é própria para uso, pois se encontra sem acompanhamento da Companhia de Água e Esgoto do Maranhão-CAEMA em

conversa com dona Nielza (2016) ela informou que *“essa água a gente nem bebe a CAEMA já foi solicitada para fazer a limpeza do poço, mas não apareceu”*.

O poço tem mais de 90 m de profundidade está listado entre os primeiros projetos inseridos na Filipa; atualmente o problema com água é muito sério. Existem alguns poços de quintal em algumas casas, mas não é suficiente, o carro pipa tem que abastecer a comunidade com frequência. Filipa tem saída para o Rio Itapecuru, que não fica distante da tubulação de distribuição de água no município. Como se explica os técnicos e políticos não ter identificado uma solução para o problema de abastecimento de água do povoado.

Nas visitas conversei com o Sr. Bernardino Nascimento dos Santos (84 anos), irmão de dona Nielza. Neste dia o mesmo estava doente, informou que a esposa havia viajado para outra cidade tinha ido com urgência, pois assassinaram o irmão dela. Essa série de eventos (doenças dos entrevistados, dos parentes, tragédias), revela os laços de sentimentos e de acontecimentos vivenciados pela comunidade.

Mesmo sentindo-se fraco o Sr. Bernardino fez questão de apresentar o salão de festa um local bem organizado e com boa estrutura física fica próximo ao Posto de Saúde e do Ponto de Cultura na comunidade. Este é o local reservado para a realização das festas.

Na Filipa ocorrem duas festividades durante o ano: a festa de São Sebastião com início em 30 de setembro a 08 de outubro. A segunda é a Dança do tambor de Crioula que acontece 20 de novembro, dia Nacional da Consciência Negra. Na festa de São Sebastião acontece a grande festa de Radiola.

Neste mesmo dia, encontrei o Sr. Cecílio sentado embaixo das mangueiras. Ele fala com entusiasmo da comunidade, mostrando *“uma unidade na vivência entre as famílias”*. Conforme disse Sr. Cecílio, *“tem um ou dois que discordam, mas o restante sempre está de acordo nas decisões que são tomadas na Filipa”*.

No relativo a economia local destacou que *“a roça ajuda muito, é uma riqueza, tem prazer de trabalhar nela, do campo tirou o sustento de sua família”* (Cecílio, 2016). Através desses discursos percebe-se uma noção que são constituídas no território, associando-o com recursos comuns para a sobrevivência.

Não se percebe na Filipa um discurso isolado, o Sr. Cecílio, demonstra a existência de regras, disse que tem uma preocupação com os jovens. Sempre procura orientar os jovens para o trabalho na roça e participar das reuniões na Associação comunitária.

1.5 Diário de campo: diálogo com representantes da Associação

No intuito de encontrar os representantes da Associação do quilombo Filipa no dia 27 de fevereiro de 2016 retornei, indo de ônibus e depois de moto. Na estrada havia um grupo de homens e mulheres e um carro “Kombi”; várias motos estavam estacionadas, pois havia acontecido um acidente com um morador, informação dada pelo Sr. Ilton dos Santos. A informação sobre o acidentado que é o filho de criação do Sr. Bernardino que havia cortado a perna com o facão no momento em que capinava a área de roça.

Uma situação social que claramente demonstra o envolvimento dos moradores. Nesta situação todos os vizinhos e familiares prestavam socorro para aquele morador. Praticamente foi o comentário que todos se solidarizavam.

Segundo informação do Sr. Bernardino o mesmo já havia sido acidentado com ferimentos na perna quando pescava a alguns meses. Após ser socorrido foi levado para o hospital sede de Itapecuru-Mirim. Felizmente não teve fratura exposta foi apenas um corte profundo. Conversei com o Sr. Bernardino que estava muito nervoso lamentando o acidente afirmando que o filho ainda estava convalescente do primeiro acidente.

Enquanto conversava com o Sr. Bernardino, alguns membros colocaram uma caixa de peixe no meio do terreiro para distribuir aos moradores. Os peixes eram dos tanques de criação próprio da Filipa “alguém havia jogado casca de mandioca na água e os peixes morreram”, explicou dona Donata (2016)¹². Então esses peixes foram distribuídos para os moradores cada agente social pegava certa quantidade de peixe deixando para outras pessoas e desta forma foi feita a distribuição entre todos os que se aproximaram da caixa. Ressalto que esses peixes eram oriundos dos seis tanques que estão sobre a responsabilidade das dez famílias que assumiram a administração. Situação que permite identificar elementos de organização do grupo social.

Conversando com o Sr. Cecílio, o mesmo comenta que a comunidade é "*unida, calma, sem violência*". Em sua narrativa mostra que tempo atrás a Filipa havia recebido um grupo de estrangeiros e em uma roda de conversas e cantorias, esses estrangeiros deixaram uma quantia em dinheiro que foi investido no projeto da casa de forno, acrescenta ainda que Santa Rosa dos Pretos na mesma época recebeu igual recurso financeiro, a diferença é que em Santa Rosa dos Pretos “*teve até briga*” (Cecílio, 2016).

¹² 59 anos, esposa do Sr. Bernardino, ex-presidente da Associação São Sebastião dos Produtores do Quilombo de Filipa, participa do Tambor de Crioula.

Percebe-se um sentimento de orgulho por parte do Sr. Cecílio, pois a Associação reunida decidiu que o dinheiro seria utilizado para “*compra de um forno para a casa de farinha de uso comunitário e o restante que sobrasse seria empreendido em outro benefício coletivo, a compra de um livro para registrar as reuniões na Associação*” (Cecílio, 2016). Destacamos que o forno de ferro é utilizado na nova casa de farinha.

Outro comentário feito pelo Sr. Cecílio foi sobre o acidente com o morador Sr. Sebastião, filho do Sr. Bernardino, disse que caso este moço não tenha condições de voltar a trabalhar os homens da Filipa iriam tirar um dia de capina na roça do acidentado. Segue a fala do Sr. Cecílio assinalando as práticas de reciprocidade positiva:

Aqui até hoje em dia criei minha família aqui na Filipa é um lugarzinho pequena, era pequeno mais já ta ficando grande, ta aumentando. Então a população aqui é unida, não toda, todas né?, mas são unida. Aqui a coisa mais mandada é pelos velhos, o que o velho bota aqui atende; os novos quando não quer, oia o caminho é por aqui e por aqui a gente vai ensinando, vai dizendo aquele que querem. Acompanha, quando pensa que não, ta quase maior que os mais velhos, aconselhando, e fazendo e acontecendo, unido. Aqui já teve época do camarada ficar sem sua roça e não poder trabalhar e o grupo ajunta e faz a rocinha dele, as vezes acontece, mas não é em todo lugar, mas aqui é gravado é isso aqui, a união é que faz a força “oia você tem sua força, você ta lutando com o pau aí, você quer tirar ele daí, mas você sozinho não pode, eu já veio daqui, garra do lado eu garro do lado daqui, você bota facinho, por causa de que da união” que tem nesse sistema nos tomo, ainda tomo, pouquinho já mais tomo, ta vendo aquele que quer acompanhar pouquinhos nós tomo. Ali tem o Bernadino, tem a Nielza também ta com problema de gente doente, ainda agorinha um rapaz quebrou a perna é filho daqui, mas a roça dele vai tratada, vai, eu sou um próprio de que quando ele tiver por aqui mior eu chamar um mais novo e pedir para dar uma ajuda na roça, aqui agora ta um problema meu irmão morreu outro dia, agora tem uns doentes aí, mas isso é um mandado de Deus, tudo o que Deus faz é bom, então nos tomo nesta vida aqui.

Após a conversa, gentilmente o Sr. Cecílio fez um convite para ir até a casa de farinha, pois lá os homens estavam trabalhando terminando o aterramento para a inauguração que aconteceria no dia 05.03.2016. Havia muitos homens trabalhando, realizando o acabamento dos serviços da casa de farinha, esse mutirão de serviço foi organizado para a finalização do serviço (Figura 1).

Figura 1 - Reforma da casa de farinha



Fonte: Teles, 2016

Com frequência, nestas minhas andanças na Filipa, o assunto estava voltado para a “Fábrica de Agroindústria e Beneficiamento de Farinha” que apresenta uma estrutura física mais ampla que a “casa de forno”, na parte interna é dividida; no salão ficam os quatro fornos de farinha, toda higienizada, do lado externo tem uma casa própria para descascar a mandioca e pilhagem de arroz e uma mini usina. As máquinas de ralar e prensa ficam em uma área lateral.

A casa de farinha apresenta quatro tanques, próprios para colocar a mandioca de molho, antes era colocada no “pubero”¹³. Nos tanques existe um canal ou córrego de cimento, adequado para o escoamento do tucupi¹⁴ que escorre diretamente para a cisterna.

A questão recorrente de encontrar o presidente da Associação transformou-se em um encontro com várias situações, que também apresenta o contexto da vida social da Filipa, inclusive foi nesta visita que conheci os projetos, os agentes que estavam com atividade de criação de porco. Neste processo interessa destacar nas observações, que tenho encontrado alguns moradores que já passaram pela presidência da associação da Filipa, existindo assim uma mobilidade nesta função.

¹³Local que tem um córrego de água, em que a mandioca é colocada de molho para retirada da toxina e posteriormente a produção da farinha, por isso farinha de Puba (terreno úmido)

¹⁴Subproduto da mandioca, esse líquido é altamente tóxico, sumo amarelo extraída da raiz da mandioca brava quando descascada.

1.6 A inauguração da casa de farinha

O evento reuniu representantes de diferente posicionamento político o que mostrou claramente como que acontece a implementação de projetos econômicos de caráter desenvolvimentistas, isto porque tal movimento acontece de “fora” para “dentro” e muitos agentes sociais do campo político acabam buscando uma promoção pública acompanhando as inaugurações.

Retornei à Filipa em 05 de março de 2016, pois seria a inauguração da casa de farinha. Quer dizer a inauguração da “Fábrica Agroindústria de Beneficiamento de Farinha da Filipa”¹⁵, que no final foi transferida para o mês de junho. O motivo da transferência se deu porque duas máquinas novas estavam com defeito, essa era a informação dos agentes sociais da Filipa, entretanto após visita do Embaixador da Europa, percebi que o motivo era que essa autoridade estaria no Maranhão em junho e iria para o quilombo Filipa participar do evento.

Na comunidade a justificativa era que a mudança teria sido por conta de problemas técnicos na máquina de prensa de enxugar massa de mandioca, matéria prima para a produção de farinha e no motor de ralar massa. Esse fato foi confirmado pela Sra. Cleonice dos Santos, moradora da Filipa, que estava na casa de farinha com outras companheiras fazendo a farinhada.

Através da imagem de um banner (Figura 2) que estava na parte superior do salão da casa de farinha, identifiquei que o projeto para a reforma estava sendo financiado pela União Europeia (UE) através do projeto “Ká-Amubá”¹⁶, sendo um projeto de intervenção que faz parceria com ACONERUQ como o propósito de criar oportunidades para os quilombos dentro de políticas ditas de inclusão social.

¹⁵ Nome dado à casa de farinha. A reforma foi financiada pelo projeto Ká-Amubá, coordenado pela ACONERUQ com financiamento do Instituto Marques Valle Flor – IMVF (ONG Portuguesa)

¹⁶ O significado informado dessa expressão é “construir oportunidades”.

Figura 2 - Banner Projeto Ká-Amubá



Fonte: Teles, 2016

Em conversa com dona Cleonice agente social do quilombo Filipa, a mesma mostrou todo o interior da casa de farinha, justificou que estavam trabalhando no local sem as vestimentas e equipamentos adequados, mas disse que iriam providenciar fazendo referência ao banner. Compreendo que esta moradora pensava que a minha presença era para fiscalizar se as regras estavam sendo obedecidas ou não. Porém, logo expliquei que o meu papel não era fiscalizar. Em situações neste formato, o pesquisador deve ser atencioso na sua identificação junto ao agente social.

A existência de um banner na Fábrica de Beneficiamento explica como os usuários produtores de farinha deveriam trabalhar seguindo as recomendações de higiene indicadas no banner, entendi o motivo das explicações e da reação da Sra. Cleonice.

Nesta situação, quando cheguei ao local conversei com o grupo que estava prensando a mandioca, justifiquei o motivo da minha presença na localidade, estava realizando uma pesquisa como aluna da universidade e não estava fiscalizando o local. Porque nesta situação “*surgiam os não ditos deste tipo*” (Cabral, 2014) em que a dona Cleonice fez uma explicação como se justificasse porque ainda não estava cumprindo as regras do banner.

Dona Cleonice mostra ainda as duas máquinas novas que não estavam funcionando que tinha apresentado defeito, afirmando que as máquinas eram “*muito frágeis, não suportou a quantidade de massa de mandioca e a primeira vez que foi utilizada não funcionou como deveria*” (Cleonice, 2016). Neste caso tiveram que utilizar a máquina antiga.

Antes da inauguração, em entrevista, alguns moradores diziam ser este evento muito aguardado pela comunidade o qual ficou agendado para o mês de junho. Segundo dona Nielza a comunidade se organizou muito rápido para a realização da inauguração da Agroindústria momento que envolvia os moradores da Filipa e os grupos que coordenavam o investimento, ou seja, “aqueles que planejaram e os que construíram o projeto de reforma” (GLUCKMAN, 1986, p. 88). Isso porque a inauguração era um evento esperado desde março de 2016 em que toda comunidade já se preparava para a inauguração; foi feito mutirão para o aterramento, para pintura, para colocação do piso, enfim toda atividade de reparação foi feita através do “trabalho coletivo”¹⁷.

Através da narrativa do Sr. Cecílio descrita anteriormente os preparativos da reforma da casa de farinha envolvia vários grupos da comunidade em que o sentimento era de orgulho, de alegria, porque a inauguração iria acontecer e que estava ocorrendo à participação dos moradores.

Toda a iniciativa não estava ligada ao projeto em si, pois poucos sabem definir o que significava aquele projeto financiado pelo IMVF, mas todos sabem que aquele local é aonde é produzido a farinha, que antes era a “casa de forno” e “hoje” é visto como “Fábrica”, “Agroindústria”. O “hoje” significa colocar para dentro de um modelo que consiste em um processo de modernizar as atividades “ditas” primitivas.

Cabe destacar que diante do processo de mudanças de novas técnicas voltadas para a produção de farinha, os agentes manejam as técnicas, apontam para um aumento de produção, entretanto isso não configura a fragmentação dos saberes próprios do grupo social, pois recebendo a denominação de “Fabrica” ou “Agroindústria” a produção de farinha é uma atividade que está inserida na organização deste povo, acontece em um ambiente social que traz uma identidade coletiva que revela a condição de pertencimento a grupos específicos (ALMEIDA, 2011, p. 59).

O Instituto Marques Valle Flor– IMVF em parceria com ACONERUQ financiou a reforma da casa de farinha. Nesta situação o IMVF já apresenta os diferentes tipos de projetos econômicos, os agentes sociais apenas escolheram qual deveria acontecer na Filipa.

A inauguração da casa de farinha aconteceu em junho de 2016, de acordo com dona Nielza (2016) “*os convites foram elaborados pela coordenação da ACONERUQ com data de 30 de junho de 2016 e não deu tempo de enviar para todos os convidados*” acrescentando que

¹⁷ Este é um tipo de trabalho que não é remunerado, com a participação de mais de dois trabalhadores, cada membro se disponibiliza naquilo que sabe fazer.

a elaboração dos convites não teve a participação dos agentes da Filipa. Este foi o motivo pelo qual o pesquisador não participou do evento.

Importa destacar que as informações descritas sobre a inauguração têm como fonte as entrevistas com moradores da Filipa, os jornais em circulação em Itapecuru-mirim e o próprio site do IMVF. Nos limites de um dia em que acontece a inauguração da casa de farinha é possível perceber que no quilombo Filipa a presença da estrutura social colonizadora representada pelos agentes interventores.

Dentre os participantes na inauguração esteve presente o Embaixador da União Europeia no Brasil, João Cravinho¹⁸. Por meio dos comentários dos moradores, através de registro de fotos e de notícias de jornal, foi possível descrever esta cerimônia (Figura 3).

Figura 3 - Representantes do Estado e do IMVF



Fonte: Site imvf.org

Aqueles que se fizeram presente nesta cerimônia se distribuíram em dois grupos sociais (GLUCKMAN, 1986), cada grupo tinha um interesse específico. O interesse estava no campo político, econômico, social. Como parte do cerimonial houve o tradicional tambor de

¹⁸“Esta é a primeira vez que João Cravinho visita o projeto Ká-Amubá no Maranhão, implementado em parceria com a ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, que beneficia 17 comunidades quilombolas maranhenses com investimentos de cerca de R\$ 3 milhões. Em vistoria à comunidade do Quilombo Felipa, no município Itapecuru-Mirim, o embaixador enfatizou que olha para o Maranhão como um estado que tem dificuldades históricas e potencialidade tremenda”(http://www.ma.gov.br/flavio-dino-dialoga-sobre-producao-de-comunidades-quilombolas-com-embaixador-da-uniao-europeia/).

crioula (Figura 4), evento que foi promovido para a inauguração da “Fábrica Agroindustrial de Produção de Farinha de Mandioca”, este é o nome especificado no convite.

Figura 4 - Tambor de Crioula Filipa no evento de inauguração da Casa de Farinha



Fonte: Site imvf.org

A promoção do desenvolvimento através da atividade de produção de farinha por meio da nova convenção técnica tende a expropriar um saber do contexto quilombola que anteriormente era uma prática intergeracional e que integrava a unidade familiar nas atividades, demonstrando a autonomia desses grupos como unidades produtivas.

Surge, neste contexto um contraste e tensão que precisam ser analisadas no que se refere à produção de farinha em grande escala e a quantidade e qualidade da terra que tem sido apontada como insuficiente outra situação identificada foi que os principais lavradores são anciãos da comunidade, o que impacta na produção da mandioca, situação que merece reflexão neste trabalho.

A nova nomenclatura carrega o sentimento e as impressões que não pertencem à Filipa, pois “Fábrica” e “Agroindústria” não expressam no sentido social, consciência ecológica e regra de manejo, pois existe nas áreas quilombolas um “grau de preservação da natureza” (ALMEIDA, 2011) que contrasta com esses dois sentidos.

O evento aconteceu em dois momentos, o primeiro o embaixador, o secretário de Estado da Igualdade Racial Gerson Pinheiro de Souza e representantes da prefeitura de Itapecuru-Mirim se fizeram presente na Filipa para a inauguração, discursando a promoção do quilombo Filipa em uma “nova etapa” que traria “significados” para o grupo. O segundo momento aconteceu com o Governador do Maranhão na capital de São Luís.

Na situação social descrita é possível perceber a existência de dois grupos, os quilombolas da Filipa e os representantes das instituições intervencionistas; tal situação “mostra que formam conjuntamente uma única comunidade com modos específicos de comportamento” (GLUCKMAN, 1986, p. 238). Gluckman soube traduzir em seu estudo de campo a estrutura social existente na Zulululândia Moderna em que a ação política é percebida nas relações sociais existente entre os africanos nativos e os brancos europeus.

No quilombo Filipa a cerimônia de inauguração é apresentada como uma ação política com o envolvimento de representantes políticos ligados ao Estado e ao IMVF e os agentes sociais do quilombo Filipa. O acolhimento para o evento aconteceu com cânticos, seguido de um lanche, uma rodada de tambor de crioula, afirma dona Nielza e o Sr. Francisco Xavier. Na cerimônia, o embaixador juntamente com dona Nielza cortaram a fita de inauguração da casa de farinha, depois deste rito, aconteceu a apresentação da casa.

Segundo dona Nielza (2016) o embaixador fez “até um movimento de que estava mexendo a farinha no forno” gesto que mostrava que a atividade estava pronta para ser executada (NIELZA, 2016). O evento teve continuidade com uma roda de conversa, dona Nielza agradece, fala da importância daquele projeto, entretanto, pergunta para o embaixador quanto foi o projeto de reforma,

Eu falei, disse que queria saber quanto foi o valor do nosso projeto, porque a gente achou uma estrutura bonita daquela, mas pela nossa realidade nos queria que concluísse com o muro, mas os senhores coordenadores disseram que o dinheiro não dava para fazer o muro, então a gente também não podia exigir tanto, porque não sabia o valor do projeto, se ele pudesse dizer não que a gente tivesse desconfiando de nossos coordenadores, mas que toda obra que vinha para comunidade a gente tinha que saber o valor. (Nielza, 2016)

Como se observa na fala de dona Nielza (2016), percebe-se que os agentes do quilombo Filipa têm a prática do controle sob os valores aplicados, assim é possível perceber os elementos estruturais e comportamentais dos agentes sociais. Nesta situação dona Nielza demonstra uma resistência aos planejamentos de recursos que vem de “fora” para “dentro” apresentando em seu discurso o interesse em compreender o valor que é direcionando para a reforma da casa de farinha.

Vale lembrar que na cerimônia existe o interesse que estão submersos na razão de da inauguração da casa de farinha, existe também o outro lado que deseja fazer parte das decisões que são estabelecidas não apenas na efetivação de um projeto na sua forma física, mas na forma como acontece esse processo na sua forma inicial, ou seja, no definir as etapas e

também no interesse em saber o montante que foi direcionado para a comunidade, pois dona Nielza (e a comunidade) desejaria que fosse construído um muro ao redor do prédio. Nessas propostas são estabelecidas o “olhar de dentro” bastante limitado em sua interferência.

Após os discursos em que todos os representantes tiveram a oportunidade de expor o posicionamento sobre desenvolvimento a partir dos investimentos implementados, teve continuidade a dança e cantoria com apresentação do tambor de crioula. Dona Nielza (2016) descreve que “o almoço foi servido pelos moradores e como de costume as cadeiras foram organizadas em círculo, frente à casa de farinha”.

Após a inauguração na Filipa o segundo momento aconteceu com o Governador do Estado do Maranhão, Flavio Dino no Palácio dos Leões sede do Governo na cidade de São Luís que teve a presença de representantes do IMVF, da ACONERUQ, do Secretário de Estado Gerson Pinheiro e a Secretaria de Estado Adjunta da Igualdade Racial a Sra. Socorro Guterres e o Secretário de Estado da Agricultura Familiar, Adelmo Santos. Neste encontro os discursos foram pautados sobre o mesmo argumento a promoção do “desenvolvimento” como enfatiza o embaixador Cravinho:

É interessante vir ao Maranhão, ouvir o governador, e alinhar uma parceria para promover o desenvolvimento. Eu acredito em uma coisa: dada a especificidade geográfica do Maranhão, promover o desenvolvimento aqui significa dar um salto no desenvolvimento do Brasil. Logo é muito interessante ter uma parceria estreita e forte no Maranhão” (Cravinho, 2016)

A promoção do desenvolvimento era o objetivo e não importava se o “beneficiário” é um grupo étnico o que visivelmente não era considerado no processo de intervenção. Cada instituição e os agentes que se fizeram presente neste evento expressaram um interessante diferente. Cabe destacar que somente os representantes da Filipa não teve participação na reunião com o governador.

A presença de representantes nesta cerimônia está associada a tipos de dominação no campo político que tem sua legitimação pautada nas formas de intervir em grupos sociais (WEBER, 2004) e conseqüentemente há uma violência simbólica que é exercida no contexto da Inauguração, havendo ainda um deslocamento das idéias de um contexto a outro.

1.7 Análise de uma situação social

Max Gluckman (1986) no ensaio “Análise de uma situação social na Zululândia Moderna” demonstra as relações que foram construídas entre os Zulus e os

brancos que estavam na reserva. O autor descreve uma série de eventos, apresenta a importância do estudo das situações sociais que constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo.

Gluckman entende que a partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade é possível abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições daquela sociedade. Dessa forma, aponta que através destas e de novas situações, o antropólogo deve verificar a validade de suas generalizações. O autor registra no ensaio que irá descrever os eventos da forma como foi documentada de modo a evitar o conhecimento prévio que detinha sobre a estrutura social da Zululândia Moderna.

Então, baseado nas contribuições de Gluckman, ensaiarei a análise de uma situação, interpretada a partir do cântico do Sr. Patrício, conhecido por “Doisdois” agente social da Filipa. Neste revela-se que em meio a tantas lutas existe uma autonomia constituída pelos agentes sociais do quilombo Filipa e através do cântico proseado ele apresenta uma narrativa da memória e resistência desse povo.

Em entrevista, o Sr. Patrício comentou “*sou analfabeto*” mostrando que não sabe o que é um “a”, mas disse que nasceu com o dom que vem da própria cabeça. Na conversa reúne sua dialética e apresenta uma vida social em movimento, conforme cantoria:

Não mandei chamar, não mandei chamar, não mandei chamar, tambozeiro. La de casa, não mandei chamar, tambozeiro, dou-lhe uma dou lhe duas não mandei chamar, canta até Mané chegar, não mandei chamar, não tira o pe do lugar, não mandei chamar, não mandei chamar, tambozeiro La de casa não mandei chamar, eu queria me casar, não mandei chamar, diz papai e mamãe não quer, não mandei chamar, coisa boa no mundo, não mandei chamar, um homem com uma mulher, não mandei chamar, não mandei chamar, tambomzeiro La de casa não ,mandei chamar, tambozeiro la de casa não mandei chamar, não mandei chamar, esse tambo de crioula, não mandei chamar, distrenando tem história, não mandei chamar, ta mechendo com o meu corpo, não mandei chamar, fala na minha memória, não mandei chamar, não mandei chamar, não mandei chamar, tambozeiro La de casa, sinto uma dor no meu peito, não mandei chamar, outra no meu coração, não mandei chamar, a nossa comunidade, não mandei chamar e a nossa associação, não mandei chamar. (Patrício, 2016)

Este cântico é a narrativa de um povo que antes de qualquer processo de intervenção, antes de qualquer implantação de modelos de desenvolvimento conserva sua autonomia, expõe uma liberdade em indicar seus valores que através do cântico apresenta o contexto a vida social da comunidade.

A narrativa está baseada em descrever algumas cerimônias e eventos, como a identidade do tambozeiro é vivida na comunidade, na casa, na Associação, no casamento, o tambor de Crioula, a existência de uma história, a memória, o sentimento que vem através da dor no peito, no coração. A autoridade de um tambozeiro é construída numa instância de organização social na “casa” na “comunidade”, na “Associação” através da afirmação de um saber e de uma consciência de suas necessidades. O parágrafo final é uma espécie de grito pela autonomia: *La de casa, sinto uma dor no meu peito, não mandei chamar, outra no meu coração, não mandei chamar, a nossa comunidade, não mandei chamar e a nossa associação, não mandei chamar.*

De acordo com Gluckman (1986), o conceito de cultura aparece como eventos sociais, tipos considerados particulares e únicos de uma comunidade. Entendo que é semelhante aos registros de Filipa em que essas características descrevem um evento, momento de festa, de dança que chama a casa, a comunidade e Associação, tudo isso para integrar toda comunidade a participar da cantoria, que é consciente, pois não perde a memória, apresenta um contexto social, político fazendo uso dos saberes próprios de um grupo social que não é isolado, mas uma situação social que também apresenta uma estrutura social, conforme narrativas do Sr. Patrício.

Neste canto, a “casa” vai surgindo como unidade de produção familiar que movimenta a comunidade representando as relações de troca e reciprocidade entre as famílias e a Associação apontando as relações políticas, a politização, à luta pelo reconhecimento de direitos étnicos, situação social que parece ser ignorado pelos agentes.

A comunidade tem experimentado diversas formas de relacionamento com o Estado. Essa relação tem se configurado em uma linguagem de projetos que interfere na identidade étnica desse povo.

Nesse sentido, com a apresentação de alguns projetos econômicos implementados pelo Estado no sentido de gerar possibilidades de renda, descreve-se uma economia de “fora” que contrasta com o que existe na organização interna do grupo social Filipa. O cântico do Sr. Patrício é uma representação concreta do contexto real expressa na vida social do quilombo Filipa.

Entende-se esta característica interna, a partir da fala do Sr. Francisco Xavier, que comenta sobre a troca de trabalho em tempo de plantio e coleta da produção, discorrendo que:

Cada morador tem sua linha de roça, em tempo de roçar a terra, hoje foi eu fazer a tarefa de fulano de tal, vai todo mundo ajudar ele, amanhã é de fulano ai vai todo mundo ajudar aquela pessoa, ai eu troco de dia, pra trazer a mandioca pra

cá, amanhã é de fulano ai vai todo mundo vai ajudar, até hoje é essa maneira.(Xavier, 2016)

As relações existentes são apresentadas nas estratégias de distribuição das tarefas na roça, acontece de acordo com a necessidade, com o tempo disponível, com o tamanho da linha de roça, com o tipo de cultura e necessidade do vizinho, compadre ou familiar.

O sistema econômico é diferenciado, pois não existe a circulação de moeda para pagar a hora de trabalho em uma linha de roça, existe a troca de serviço que não é corporificado em moeda circulante, portanto não se torna um valor de troca. Nesta relação como reflete Servilha e Doula (2009 apud BRAUDEL, 1998, p. 12) a troca está no contato face a face, no contato com o outro.

Logo, parece-me plausível compreender que o processo de busca e análise das informações coletadas deve ter um sentido a partir das situações sociais existentes que são perceptíveis no cotidiano do grupo pesquisado e que não são objetivadas, mas que significam as formas próprias de organização expressa na estrutura social do grupo.

Como enuncia Gluckman (1986, p.238), “uma situação social é o comportamento em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado em outras ocasiões”. De fato, existe um contexto social que apresenta um movimento relacional e que precisa ser descrito levando em consideração a realidade local.

Gluckman elabora algumas reflexões que possibilitam o entendimento sobre situações sociais e estrutura social, pois, conforme sua interpretação a “participação de um indivíduo em um grupo particular em uma situação particular é determinada pelos motivos e valores que o influenciam nesta situação” (GLUCKMAN, 1986, p. 261).

Então, nesta reflexão teórica temos que o constructo do conhecimento não acontece somente no âmbito dos fundamentos teórico metodológico, mas em um contexto real aqui apresentado tanto pela inauguração da casa de farinha quanto pela análise do cântico do Senhor Patrício que apresenta uma relevância social com significados presentes nas representações e histórias de vida que revelam as particularidades do grupo social e que muitas das vezes são únicas.

Nesta perspectiva ir de encontro com o “outro” é perceber um conjunto de relações sociais e de mudanças sociais que estão ligadas por fatos e que requer compreensão de cada parte da totalidade com o propósito de compreender a estrutura social do grupo em estudo é também uma etapa em que o pesquisador de fato tem uma aproximação com o diferente. Este

é um momento em que se deve atentar para suas escolhas, as observações, as informações coletadas sempre relacionando com a teoria que deve ser dialogada com o objeto de estudo.

Assinalo que em um trabalho de campo o pesquisador não bloqueia seus sentimentos, as emoções são expostas mesmo que de forma tímida em que nas tessituras da construção do conhecimento existe além da curiosidade científica em que há um pouco de sentimento que emociona e sensibiliza e que permanece na subjetividade de uma investigação.

2 PENSANDO A FILIPA EM “Tempos e linguagem de projetos econômicos”

Neste capítulo a discussão trata a relação que o Estado constitui com o quilombo Filipa baseada na linguagem de projetos, discutindo como as “formas” de intervenção governamental monta uma estrutura de relações com base na “lógica” “desenvolvimentistas”. Neste trabalho de pesquisa a concepção de Estado que estou adotando aproxima-se da concepção de Estado de Bourdieu, isto porque tratamos de uma construção de atos políticos com pretensões de gerar efeitos no mundo social (BOURDIEU, 2014).

Essa lógica vai sendo sistematicamente estabelecida sob o formato de políticas que tem como objetivo combater a “pobreza no meio rural”, avançar com a idéia planejada de “desenvolvimento” de modo que os investimentos voltados para a infra-estrutura social e produtiva sejam percebidos como demandas prioritárias das comunidades.

A linguagem de projetos econômicos distribuídos em atividades produtivas foi sendo construída no âmbito da Filipa e se naturalizando através de objetivos que permitem “geração de renda” através das atividades desempenhadas nos vários domínios social. Os projetos econômicos não são pensados dentro do domínio social da Filipa, mas fora do domínio social como imposição e meios de controle.

Segundo os agentes sociais e de acordo com os pleitos encaminhados o quilombo Filipa é um campo de significados, de cultura, de sentimentos que resiste a mais de duzentos anos. Tal ocupação “contempla as chamadas terras de uso comum” (ALMEIDA, 2011, p. 55) e pode ser identificada uma diversidade de “formas de uso e apropriação que perpassa por fatores étnicos, de parentesco, e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares” (ALMEIDA, 2011, p. 58).

Filipa como um “quilombo” representa uma categoria que merece reflexão no presente quando se reatualiza na memória sobre o processo histórico de sua formação que aconteceu por meio de uma ex-escrava que buscou um local para viver em liberdade. A relação que acontece através de uma “escrava alforriada” e a terra, principalmente no que tange ao símbolo de autonomia produtiva é representado pelos quilombos (ALMEIDA, 2011, p. 64). Esse símbolo encontra-se nas mais diversas situações sociais que vão surgindo entre os descendentes de Filipa.

Esses povos buscaram uma convivência social para além da casa grande, e passaram a construir suas relações no âmbito da união, distante da feitoria e dos pelourinhos, essa articulação foi acontecendo com o sentimento de autonomia. Com isso os quilombos constituíram-se uma experiência comunitária única e destacam-se em outras regiões do mundo

colonial. Assim, é possível perceber no domínio social da Filipa a nitidez com que o grupo social se articula e como internamente existe uma preservação e construção de seus saberes, memórias e identidade.

Almeida (2005) ajuda a compreender esse processo fazendo alguns apontamentos antropológicos sobre essa sociedade e as relações que surgem das situações vivenciadas através das expressões culturais e do modo como esses grupos se organizam como unidades produtivas e familiares considerando suas diferenças étnicas. No campo do direito, o auto-reconhecimento identitário e a afirmação sociocultural ganha visibilidade através do deslocamento de percepções evolucionistas (ALMEIDA, 2005) sobre os povos e comunidades tradicionais, a partir do estabelecimento de uma nova relação jurídica entre o Estado e esses povos.

Assim, procuro neste capítulo abordar a relação existente entre o Estado e Filipa descrevendo com base na linguagem de projetos econômicos a dinâmica desta relação que se encontra delineado em conformidade com a estrutura da economia de mercado.

2.1 Quilombo, desenvolvimento e intervenção governamental

Neste tópico reflito sobre os principais debates no campo do “desenvolvimento”, descrevo o contexto histórico que apresenta esse debate e foi consolidando-se no âmbito político, social e econômico no Brasil. Na verdade, estaremos associando o processo de desenvolvimento às ações do Estado e de agências internacionais que assumem o papel de interventoras em áreas rurais classificando-as como “pobre”.

Essa idéia de uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste tem suas raízes elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN. Nele o Nordeste é apresentado na economia brasileira com significativa disparidade em níveis de desenvolvimento em comparação com o Sul. Cabe ressaltar que este estudo serviu de peça preliminar a concepção e criação da SUDENE.

Neste mesmo contexto o modelo de desenvolvimento planejado para o Maranhão foi estabelecido com base em uma nova ordem político administrativa no período de 1966 a 1970 com a criação da SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão)¹⁹.

¹⁹ “Se constituiu no espaço de convergência das várias ações do governo (configurada numa infra-estrutura moderna de transportes, construção do porto e modernização conservadora de uma estrutura fundiária, todo este pacote apresentado como condição do desenvolvimento do Estado). Data deste período a chamada “lei de terras”, instituída entre 1966 e 1970 pelo governo Jose Sarney (criou um mercado de terras, responsável por um conjunto de transformações das relações sociais no campo)”(BARBOSA, 2003, p.21).

Com base nesse contexto, na década de 70 todas as intervenções planejadas surgem como o Plano de Desenvolvimento Integrado, como observa Guanzirolli (2006, p. 3)

A discussão do desenvolvimento rural e territorial surge da constatação de que a estratégia "Cepalina" de apostar no crescimento econômico, unicamente, como forma de aliviar ou eliminar a pobreza não teria gerado, nas últimas décadas, os resultados esperados. Houve crescimento econômico concomitantemente com aumento do desemprego e da informalidade, sem diminuição significativa da pobreza.

O tema da integração das políticas de desenvolvimento no Nordeste é baseado em modelos que homogeneiza um determinado espaço social e afirma o esforço de eliminar a pobreza, estabelecidos a partir dos grandes investimentos de capital, mas sem a participação social.

Wilson Cano (1985, p. 22) argumenta que a nível internacional, a escola Cepalina chamava a atenção do “mundo subdesenvolvido para o enorme e crescente hiato entre as nações ricas e pobres, face aos resultados da forma como se processava a divisão internacional do trabalho, via relacionamento centro-periferia”. O entendimento das políticas desenvolvimentista foi sendo constituído com base puramente na concepção economicista, ou seja, um modelo de gerenciamento de atividades produtivas com o objetivo de obtenção de lucros, pois o debate acontece sob pressupostos subjacentes a um modelo que vem se constituído desde o pós - segunda guerra de modo a desprezar as relações e a organização própria expressa entre diferentes contextos sociais, tratando as situações sociais de forma homogênea.

Aqui estaremos apontando a forma como o Estado desempenhou sua função interventora a partir dos anos 70 com os PDRI – Plano de Desenvolvimento Integrados, que “eram um esforço de eliminar as desigualdades regionais com grandes investimentos de capital, mas sem participação social” (GUANZIROLLI, 2006, p. 7). E no Maranhão o I Programa de Governo referida ao tema de desenvolvimento regional, teve como “critério induzir o sistema de economia maranhense a um processo de desenvolvimento autônomo e acelerado” (GONÇALVES, 2000, p. 161). Esse processo de acordo com a autora coloca em “questão as lutas nos campos políticos e intelectual sobre planejamento e desenvolvimento global e planejamento e desenvolvimento setorial” (GONÇALVES, 2000, p. 161).

Dessa forma, se tem o modelo de “desenvolvimento” com característica seletiva e classificatória que institucionaliza discurso político de interferir em certas realidades. Temos

assim o processo que se deu através da criação de áreas integradas, o POLONORDESTE²⁰ na década de 70.

O POLONORDESTE está entre outros programas que foram criados para eliminar as diferenças sociais e regionais (GOMES, 1996). Neste sentido o autor faz uma análise sobre o contorno das políticas de desenvolvimento que foram sendo implementadas no Nordeste, as quais eram pensadas dentro de um contexto social e econômico que tinha como objetivo valorizar os pequenos produtores rurais. Gomes (1996, apud Delgado, 1985, p. 108) escreve que:

[...] a partir de uma definição de um público meta de pequenos agricultores e concentração espacial de serviços (eletrificação, armazenagem, irrigação, estradas vicinais, crédito e assistência técnica), orientados pelos PDRI's (Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados), esperava-se reverter simultaneamente as condições de baixa produtividade agrícola e a pobreza social dos agricultores.

Assim o Estado assume o papel de interventor através dos programas e linhas de financiamento para a transformação acelerada da sociedade local, um modo comum utilizado pelas políticas governamentais de definir assistência para as comunidades no espaço rural. As intervenções do Estado tiveram (e tem) caráter conflitante como assinala Gomes (1996, p. 23):

Refletindo o caráter conflitante da sociedade e do Estado e o caráter concentrador do modo de produção capitalista de produção, o Polo-nordeste, mesmo mostrando explicitamente valorizar os pequenos produtores, possibilitou, através da construção de infraestrutura, que os grandes proprietários fossem os reais beneficiários do Programa.

Nesta situação, os elementos de dominação são bastante claros e contraditórios e são perceptíveis nos objetivos proposto pelos programas. Bursztyn (1984) e Gomes (1996), ao discutirem sobre a política de desenvolvimento rural, descrevem que a EMATER, que antes era

²⁰DECRETO Nº 74.794, DE 30 DE OUTUBRO DE 1974 - Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Art. 1º. É criado o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste (POLONORDESTE), com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das Atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários. (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74794-30-outubro-1974-423254-publicacaooriginal-1-pe.html>)

encarregada da política de promoção da agricultura de baixa renda, executava, ao mesmo tempo, os programas de "bovinização" ou o Proálcool, que favoreceram os grandes produtores.

Para Bursztyn (1984, p. 118), “[...] se o POLONORDESTE visa fixar o homem à terra, outros programas levados a prática pela EMATER - e que freqüentemente se superpõem espacialmente - valorizam culturas geradoras de desemprego rural”. Essa questão mostra de fato quem eram os sujeitos a ser beneficiados pelos programas, processo que é legitimado pelo poder central e local.

Esse pensamento foi constituído e progressivamente inserido em cada programa que viesse alocar recursos financeiros no espaço rural; os símbolos foram sendo constituídos com base nos discursos de combater a pobreza, utilizando-se de determinadas categorias classificatórias como “pobre”, “baixa renda” e “inclusão social”. Entretanto pensar essas categorias sem um diálogo concreto com o rural é lançar determinados comportamentos presentes em relações sociais constituídas nos centros urbanos para o rural sem uma discussão com os agentes sociais, sem um entendimento do pensamento que é constituído que não cria possibilidades de uma interação com os agentes sociais que recebem essas propostas.

Portanto, apontar os contornos dos projetos econômicos implementados no domínio social de Filipa, todos elaborados sob um padrão de dominação social por conta das características impositivas é a negação do “outro”, ou seja, de organizações sociais que por sua vez apresenta sistema diacrônico diferente, heterogêneo e que não segue a sistematização de modelos econômicos. As relações antagônicas percebidas nas entrelinhas revelam as estruturas invisíveis que acabam organizando o discurso das instituições intervencionistas.

O contexto social que sucedeu a discussão sobre o desenvolvimento rural na década de 90 está relacionado a trajetórias de discussão sobre a agricultura familiar. Schneider (2010, p.515) observa que “tanto a agricultura familiar como os agricultores que hoje são assim denominados sempre existiram e não se trata de uma novidade. Mas é mister reconhecer que foi na primeira metade da década de 1990” que esta noção de desenvolvimento se firmou como uma categoria política com demandas específicas.

As lutas por crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (promovida no âmbito dos acordos do Mercosul), fizeram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) aliar-se a outros movimentos emergentes, como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado à CUT, que havia sido criado em 1988. Daí emergiram formas de mobilização e lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje. (SCHNEIDER, 2010, p. 515)

Esse momento histórico de mobilização e debate acerca das questões sobre o desenvolvimento rural no Brasil vai ganhando novo contorno com a manifestação do Estado que passou a intervir através de política para agricultura familiar e conseqüentemente seguida de ações voltadas para a reforma agrária, segurança alimentar (SCHNEIDER, 2010). A concepção de desenvolvimento rural passou a ter o formato de política assistencialista e reparadora tendo como pauta atender reivindicações dos movimentos sociais, porém operacionalizando políticas que se distanciam do reconhecimento étnico. Como explica Schneider, o Estado

passa a legitimar as reivindicações dos movimentos sociais e a promover varias ações inéditas no espaço rural. Uma das principais ações foi a aceleração da reforma agrária, o que ocorreu pós sanção da Lei Agrária e do Rito Sumario, em 1993, sendo em seguida criada a Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que viria a ser transformada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998. Depois, através da criação da secretaria de desenvolvimento rural (SDRMAPA), também transferida para o MDA. (SCHNEIDER, 2010, p. 515)

O Estado vai assumindo essas demandas e implementa uma agenda pública a qual vai ser pensada dentro de determinados conceitos que estabelecem como prioridade assistir as comunidades rurais de modo que as mesmas passem a executar modelos que não priorizam a condição própria do grupo ou o modo como o grupo se organiza. Scheinder reflete a ampliação dos domínios de políticas intervencionistas:

E o papel do Estado vem crescendo e se expandido desde meados da década de 1990, inclusive diversificando seu enfoque, agora não mais confinado apenas ao apoio aos assentamentos de reforma agrária e ao credito para agricultura familiar, mas tratando de temas como políticas de segurança alimentar, combate as formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio as populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos) e ações de desenvolvimento territorial. (SCHNEIDER, 2010, p. 516)

O que resulta em processo que as demandas dos movimentos sociais passam a ser construídas com base em modelos desenvolvimentistas e que os programas assumem o papel de atender os grupos sociais, entretanto esse atendimento é construído com base em esquemas estabelecidos pelas instituições de fomento, ou seja, o tratamento com as comunidades tradicionais não consideram como unidade autônoma no processo produtivo próprio.

O quilombo Filipa encontra-se enquadrada nesse padrão de dominação das políticas intervencionistas. Primeiro, os recursos que foram financiados para o Programa de Combate à

Pobreza Rural – PCPR, resultado de um acordo de empréstimo realizado entre o governo do Maranhão e o BIRD, como descreve Silva (2005, p. 2).

O PCPR resulta de um acordo de empréstimo da ordem de U\$ 80,00 milhões, pactuado entre o Banco Mundial e o governo do Maranhão, com a interveniência do Governo Federal, que desempenhou o papel de fiador nesta transação. Conforme o Acordo de Empréstimo N° 4252-BR.

Este programa passou a investir financeiramente todas outras propostas com intuito de combater a pobreza rural e, conseqüentemente, proporcionar o desenvolvimento, baseado nos objetivos definidos unilateral e hegemonicamente:

[..]reduzir a pobreza rural nas municipalidades: (a) provendo infra-estrutura básica, social e econômica, e oportunidades geradoras de emprego e renda para o trabalho; (a) apoiando a comunidade rural a planejar e implementar o próprio investimento no subprojeto; (c) intensificando esforços para criar capital social em áreas pobres; e (b) mobilização da renda nas comunidades e níveis municipais. (BIRD e Estado do Maranhão, 1998 apud SILVA, 2005, p.2).

Na vida social do quilombo Filipa, esses projetos foram sendo implementados em conformidade com as propostas que eram oferecidas para a comunidade, todos eles de caráter desenvolvimentistas e estabelecido dentro dos objetivos das instituições interventoras, visando criar estruturas que viabilizasse no quilombo atividades econômicas que proporcionasse renda e “saída” do “isolamento social”.

A linguagem de *projetos econômicos* sob a intervenção do Estado em uso pelas políticas governamentais pode ser vista como um emaranhado de relações institucionais. Relações que envolvem o Estado, as instituições financeiras, as organizações não governamentais, as representações dos movimentos sociais. Cada representação envolve um discurso diferenciado que se coaduna no mesmo objetivo. O planejamento técnico que coloca em pratica o resultado dessa parceria subtrai o conhecimento local e mostra as teias relacionais de poder.

No Maranhão o Estado fez uso de programas com designações específicas, como noticiou em 29/05/2004 o *Jornal Pequeno* “O Governo do Maranhão apresenta novo Programa de combate à pobreza”. Assim essa unidade de discurso foi se transformando em novo programa social como noticiado no mesmo *Jornal Pequeno* em 28/04/2006 “ O Prodim ajudou a reduzir a pobreza no Maranhão em 2006”.

A comunidade quilombola de Filipa, em Itapecuru-Mirim, está mostrando isso aos jovens: que vale a pena ficar no campo. No ano passado a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado (SEAGRO), por meio da Casa de

Agricultura Familiar (CAF) do município, implantou um projeto de piscicultura, junto aos jovens, que já vem apresentando bons resultados. Ações nesse sentido oferecem ferramentas para que os jovens busquem alternativas rentáveis, vivam com dignidade e não vejam mais a emigração como a única alternativa.(KOINOMIA.ORG)

A reportagem apresenta uma entrevista com José Lemos que foi Secretário da Agricultura do Maranhão em 2006, e fez comentários sobre os jovens do quilombo Filipa, afirmando que *“se eles encontrarem condições de se educarem no campo, de receberem informação e condições de trabalhar, de ter renda, de viver com dignidade, eles seguramente não irão emigrar, não irão sair”* (LEMOS, 2006). A afirmação reflete os objetivos das instituições interventoras, que se manifestam como agentes promotores de programas que visam aumentar a geração de renda familiar. Antônio Gualhardo Prazeres²¹, argumenta que:

Filipa já foi beneficiada com outros projetos que também estão gerando renda e diminuindo a pobreza da comunidade. Entre eles: uma casa de farinha, rede de distribuição d'água e melhoria habitacional, com a construção de 29 moradias”, Todos financiados pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) – hoje, substituído pelo PRODIM, coordenado pela Superintendência do Núcleo Estadual de Programas Especiais da SEAGRO (NEPE). Agora é a vez dos jovens buscarem melhores condições de vida. (Prazeres 2006 Apud Jornal Pequeno em 28/11/2006).

Entretanto, a lógica implementada²² subverte esta função social. Os esquemas interpretativos podem ser bem evidenciados com as descontinuidades desses projetos, temos como exemplo os tanques de piscicultura, implementada com o propósito de geração de renda, uma atividade considerada produtiva, entretanto nem todos os agentes da Filipa estão envolvidos. A política social empreendida no quilombo Filipa foi sendo estabelecida com a implementação do Posto de Saúde com investimento oriundo do INCRA/Município de Itapecuru-Mirim, cabe destacar que a assistência aos agentes sociais acontece uma vez ao mês, isso quando tem profissional da saúde disponível. A escola municipal São Sebastião, construída em 1992, não está em funcionamento, a informação é que falta professores. A rede de distribuição de energia foi implantada em 1992, cabe destacar que o sistema de abastecimento de água foi implementada no ano de 2002.

²¹ Superintendente do Núcleo de Programas Especiais-Agência governamental NEPE em 2006.

²² “A cartilha do PCPR, elaborada pelo Governo do Estado, ameaça as entidades com processos na Justiça, caso sejam constatadas irregularidades. Parece que a cartilha foi feita para a população de um país europeu. O programa repassa várias funções públicas para as Associações (construção de poços, estradas, energia e outras obras” (SOUSA, 2002, p. 68)

A maneira de síntese do modelo de projetos desenvolvimentista que o Estado e outras instituições concebem e executam em Filipa está distribuído na tabela 1 que representa a sequência de propostas em forma de programas de fomento.

Tabela 1 - Demonstrativo de Instituições coordenadoras e Agência financiadora de *Projetos Econômicos*

Tipo de Projeto	Instituição coordenadora da execução/natureza da agência	Financiador/natureza da agência	Local	Ano de início/conclusão	Resumo das iniciativas	Valor
Produção de banana, abacaxi e cana	Governo do Estado do Maranhão	PROCERA	Filipa	1991/1994	Foi desenvolvido em duas etapas em 1991 foram dezessete pessoas que participaram, e desde 1994 tem mais pessoas.	
Barragem (1 Unidade)	Governo do Estado do Maranhão	NEPE (Núcleo de Programas Especiais-Agência governamental) e Banco Mundial	Filipa	2001/2002	Barragem era um projeto que estava presente nas propostas das instituições, entretanto so foi aprovado mediante critérios pré-estabelecidos pelo Branco Mundial e pelo Governo do Estado. O objetivo da Barragem seria fazer bombeamento para lavoura para fazer irrigação, porem por conta do custo de energia passou direcionar de água para os tanques de piscicultura	R\$ 59.875,16
Tanques de Piscicultura (11 unidades)	Governo do Estado do Maranhão	SEAGRO/Financiado com recurso do Banco do Nordeste/PRONAF (Informação de um funcionário do INCRA)	Filipa	Junho 2003	Os tanques estão em funcionamento. A comunidade atualmente está recebendo orientação de técnico.	Valor não apresentado pela SEAGRA
Casa de Farinha	Governo do Estado do Maranhão -	NEPE (Núcleo de Programas Especiais - Agência governamental)	Filipa	2002/2003		39.265,66
Criação de suíno		PRONAF A	Filipa	2006/2016	Existem sete famílias que ainda mantem essa atividade.	Empréstimo PRONAF A
Criação de galinha		EMBRAPA	Filipa	2001/2016	Marinalva(Atualmente somente essa agente social executa atividade)	Fundo Perdido
Projeto SESC LER	Empresa SESC		Filipa	2016	SESC Ensino voltado para Educação de Jovens e Adultos-EJA 4º ao 5º ano "Polo Filipa"	
Projeto Ká-Amubá	Financiado Pelo IMVF em parceria com a ACONERUQ		Filipa	Setembro 2015/ junho2016	Reforma da casa de farinha.	Valor não informado (A comunidade solicitou o valor

						para ACONERUQ)
--	--	--	--	--	--	-------------------

2.1.1 Refletindo o Quilombo Filipa na abordagem da “Economia das Trocas Simbólicas”

A obra de Pierre Bourdieu, “Economia das Trocas Simbólicas” contribui para refletir o quilombo Filipa a partir da estrutura social objetivada que foi sendo estabelecida no seu domínio social e apresentada pelas instituições intervencionistas no formato dos projetos econômicos.

Assim, o debate realizado por Bourdieu é centrado na análise de como os indivíduos incorporam a estrutura social, legitimando-a e reproduzindo-a. O autor enfatiza que as relações sociais estão numa relação dialética. Aqui se trata de uma relação específica que foi sendo construída entre o Estado e Filipa, discorrem dessas relações sociais sistemas simbólicos que derivam suas estruturas da aplicação sistemática do princípio da divisão social que pode organizar a representação do mundo natural e social dividindo-o em termos de classes antagônicas.

Confere-se que esse processo é resultado do controle que a cultura dominante manifesta através da lógica de inclusão/exclusão e que para legitimar a ordem arbitrária, alguns elementos são naturalizados nas relações sociais, como estando predispostos por sua própria estrutura a preencher funções simultâneas de “inclusão e exclusão, associação e dissociação, integração e distinção” (BOURDIEU, 2007, p. 25).

Destarte, o estabelecimento dessa ordem arbitrária, significa que enquanto uma estrutura estruturada ela reproduz uma estrutura estruturante, a cultura assim produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações socioeconômicas que, doravante, passam a ser percebidas como naturais e dessa forma passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes (BOURDIEU, 2007).

A relação do Estado com Filipa acontece legitimando em um modelo engessado na concepção de que ocorre a passagem de um estágio subdesenvolvido para o desenvolvido, do atraso para o moderno, da exclusão para inclusão. Esse formato encontra-se presente em todas as modalidades de políticas intervencionistas; linguagem essa que tenta sobrepor aos interesses construídos pela própria comunidade que é o reconhecimento como grupo étnico.

Para Bourdieu (2007), a organização do mundo e a fixação de um consenso ao seu respeito constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir sua função político-ideológica de legitimar e sancionar determinado regime de dominação.

Bourdieu (2007, p. 4) retoma este debate mostrando que isolar na condição do camponês o que ela deve à situação e à prática de trabalhador da terra, ou seja, um certo tipo de

relação com a natureza, feito de dependência e submissão e correlativo de determinados traços recorrentes da religiosidade camponesa, ou o que deve à posição do camponês numa dada estrutura social, sanciona e reitera o regime de dominação.

Nesta perspectiva o autor discorre que o sistema de critérios utilizado para definirmos esta ou aquela classe social numa pequena comunidade uma vez aplicado a uma cidade grande ou à sociedade global, determinará uma categoria estruturalmente bem diferente. (BOURDIEU, 2007, p. 5).

Diante desta modelagem de esquemas é que se criam os critérios classificatórios, a lógica social dominante vai determinando, tendo como principal objetivo reproduzir modelos desenvolvimentistas objetivados fora do contexto social do quilombo Filipa.

Na dinâmica das relações sociais Bourdieu (2007, p. 7) observa que a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média” ou inferior”) numa dada estrutura e num dado momento.

O contexto em análise mostra que o esforço para descobrir e descrever a estrutura específica de uma sociedade particular, isto é, o sistema das relações que se estabelecem entre suas diferentes partes, conferindo a cada uma destas partes, e à totalidade que compõem uma singularidade irreduzível, não impede a comparação entre partes pertencentes a totalidades diferentes (BOURDIEU, 2007, p. 13). Nesta perspectiva, o autor observa que:

Mesmo em nossas sociedades, a autonomização do aspecto econômico das ações nunca se realiza de maneira tão perfeita a ponto de fazer com que as ações mais diretamente orientadas para fins econômicos sejam totalmente desprovidas de funções simbólicas (BOURDIEU, 2007, p. 23)

Com efeito, Bourdieu (2007) elucida uma dimensão fundamental em relação à reprodução no âmbito econômico, permeada por relações de produção e que em determinados campos produzem símbolos, ou seja, dimensionam qualquer grupo social dentro de uma lógica que discrimina um “fazer próprio” no que se refere às atividades econômicas, como a agricultura familiar, a roça de toco.

Assim, em entrevista com o Sr. Ilton Santos (2017), o comentário foi sobre a roça de toco quando enfatizou que “*os técnicos da CAMIL orientou a gente que trabalhar com o trator, com a máquina é melhor, a roça de toco dá muito trabalho*”. Daí se tem uma construção de mudanças de comportamento. Anteriormente comentei o que pensa o Sr. Cecílio sobre a roça, e na narrativa do Sr. Ilton já se percebe essa postura de pensar outra maneira de trabalhar a terra.

Cabe destacar que o Sr. Ilton participou de uma formação promovida pelo governo do Estado em parceria com a empresa CAMIL Alimentos e que os alunos eram os próprios agentes sociais das comunidades próximas à plantação de arroz irrigado, incluindo agentes do quilombo Filipa. Isso explica a sua posição em relação à “roça de toco”. A perspectiva é que os quilombolas da Filipa se tornem empregados das fazendas ou passem a captar projetos de rizicultura para que a produção aconteça na própria comunidade e posteriormente seja comercializada para a CAMIL Alimentos.

Essas lideranças foram orientados dentro de uma prática distante do seu contexto real. Esta situação pode ser descrita na atividade de piscicultura que no início de 2017 tem recebido orientação técnica. Essa orientação estabelece regras para a execução da mesma. Segundo o Sr. Raimundo Santos (2017), a criação de peixe “*retornou com fins comerciais e também para consumo próprio*”.

Fazendo uso da concepção de Bourdieu o mesmo explica que existe todo um “jogo simbólico” entre os agentes de uma sociedade, pois segundo o autor:

Toda uma dimensão das relações objetivistas ou intencionais que se estabelecem entre as classes sociais pode constituir o objetivo de um estudo estrutural porque as marcas de uma distinção se organizam em sistemas, com base na homologia de estrutura entre o significativo, a saber, os atos e procedimentos expressivos, e o significado, isto é, o sistema de posições estatutárias. A lógica das relações simbólicas impõe-se aos sujeitos como um sistema de regras absolutamente necessárias em sua ordem, irreduzíveis tanto às regras do jogo propriamente econômico quanto às intenções particulares dos sujeitos: as relações sociais não são jamais redutíveis a relações entre subjetividade movidas pela busca de prestígio ou por qualquer outra “motivação” porque elas não passam de relações entre condições e posições sociais que se realizam segundo uma lógica propensa a exprimi-las e, por este motivo, estas relações sociais têm mais realidade do que os sujeitos que as praticam. (BOURDIEU, 2007, p. 25)

Essa questão conduz a refletir sobre a relação que fora construída no quilombo Filipa a partir das regras e normas para alcançar a efetivação dos projetos econômicos, pois existem contratos, apresentação de documentos dos agentes sociais com comprovação de renda ou não. O diálogo que Bourdieu realiza nos permite pensar que no caso do quilombo Filipa os agentes se movimentam buscando legitimar sua posição em relação a um direito social. O autor ajuda a refletir sobre essa interação entre um grupo étnico e as instituições interventoras. Nessa situação social, a construção permite perceber uma estrutura que se impõe sobre o pensamento e as ações dos grupos que estão recebendo a assistência.

Com base na explicação de Bourdieu, cotejamos na fala do Sr. Justo Evangelista (2017) elementos que se constituíram como uma ponte de diálogo entre o Estado e Filipa. Isto

desde que estava vivendo em um contexto de pressão pelos movimentos sociais em busca de acessos aos direitos voltados para esses grupos e com demandas pela construção da estrada, educação e saúde, assim o grupo buscava superar uma situação de descaso social no acesso a condições favoráveis para a reprodução do grupo.

A Conceição Andrade disse, aí Justo nos começava aonde, na Filipa, a então chama eles, aí veio seis, dona Nielza, irmão dela dois, veio também os jovens, aí foi a primeira comunidade que fizemos os projetos como área de assentamento (Justo Evangelista, 2017)

A institucionalização e transformação dessas demandas em projetos econômicos aconteceram de cima para baixo dentro de uma lógica impregnada nas políticas governamentais baseada no pensamento ortodoxo da economia totalmente engessado em utilizar técnicas mercadológicas, em que o urbano é pensado como um espaço rico²³ e o rural, considerado o “pobre” e “atrasado”.

De fato, esse jogo de relações torna-se um confronto de interesses tanto dos agentes sociais que buscam ocupar um espaço quanto das instituições que exercem o controle. Percebe-se que o Sr. Justo Evangelista faz esse processo de intermediação no diálogo com o Estado, porém ocupando a posição de agente social que compreende esse espaço de dominação que conseqüentemente estaria sendo implementado no domínio social do quilombo Filipa.

Diante disso, ressalto que a construção do discurso das instituições interventoras segue um padrão cultural e econômico legitimado a partir dos interesses dominantes. Percebe-se uma linguagem que materializa uma situação social e incrementa um modo de “fazer”, ocorrendo assim (BOURDIEU, 2007, p. 69) o monopólio da produção do discurso sobre o mundo social. A atenção de Bourdieu ao campo simbólico enquanto ordenador do mundo social através dos discursos, mensagens e representações é sublinhado por Sérgio Miceli, prefaciador do seu livro no Brasil que escreve:

O trajeto de Bourdieu visa aliar o conhecimento da organização interna do campo simbólico – cuja eficácia reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais – a uma percepção de sua

²³ No âmbito do argumento econômico, pode-se pensar essa riqueza na concepção de Smith (1989, p.119) “Cada homem é rico ou pobre consoante o grau em que lhe é dado fruir dos bens necessários à vida e ao conforto e das diversões próprias dos seres humanos. Mas, após a divisão do trabalho se ter estabelecido completamente, o trabalho de cada homem só poderá provê-lo de uma pequeníssima parte desses bens. A grande maioria deles terá de ser suprida pelo trabalho de outros homens e, assim, ele será rico ou pobre consoante a quantidade desse trabalho sobre que ele pode adquirir domínio, ou que lhe é possível comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui e não tenciona usá-la ou consumi-la, mas sim trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que ela lhe permite comprar ou dominar. O trabalho constitui, pois, a verdadeira medida do valor de troca de todos os bens.”

função ideológica e política e legitimar uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente.

No quilombo Filipa é possível observar a ordenação de discursos quando os *projetos econômicos* uma proposta do Estado que não estão distribuídos de forma heterogênea na comunidade e sobretudo, a metodologia de aplicação inclui seleção e atividade individual, à revelia do universo de suas práticas coletivas, pois poucos agentes sociais trabalham de forma isolada com a atividade específica. Essa situação de projeto individual acompanha-se no caso do Sr. Cecílio com a criação de suínos, dona Marinalva com a criação de galinha caipira. Essa prática acontece desde 2005, entretanto não é uma atividade que canaliza benefícios para todas as famílias, pois nem todos têm condições e interesse de participar do projeto.

Essa situação está vinculada a uma determinada imagem da sociedade e em particular da sociedade capitalista cujo desenvolvimento baseia-se numa divisão do trabalho altamente complexa e diferenciada.

Bourdieu (2007) sinaliza que o poder é construído a partir da noção de campo ou seja um campo que apresenta forças estruturadas sob o formato de diferentes capitais, esse poder é legitimado pela força que se mobiliza e busca de conhecimento de modo a atuar na forma simbólica.

Em diálogo com Bourdieu para pensar a estrutura social da Filipa a partir da relação que fora construída com o Estado que é possível pensar em “os atos do Estado”(Bourdieu, 2014, p.46) por meio das políticas governamentais, entendo que todo o contexto que foi sendo construído no quilombo Filipa está baseado em uma percepção de produção que tende a reprodução não apenas de um modelo, mas redefinir uma sociedade que apresenta autonomia em suas práticas econômicas.

Em conversa com o vice presidente da UNIQUITA em Itapecuru-Mirim o Sr. Joel (2017), aponta em tom crítico: “*aqui os programas e projetos que são direcionados para as comunidades quilombolas na prática, isso ainda é pequeno, penso que seja uma aposta do governo que tem muita mídia*”. Essa percepção informa que não existe consistência na implementação desses projetos. O Sr. Joel (2017) complementou suas observações e apontou o autoritarismo dos projetos:

Penso que desenvolver ações que fosse principalmente discutida com a comunidade com os seus saberes, a comunidade tem o seu modo e quando eles vem eles trazem um modelo, eles não perguntam nada. Veja só um exemplo eu participei de um encontro organizado por uma instituição, e na hora do almoço, foi uma desordem, mas nas comunidades tem festejos que são centenários, depois da missa para que todos possam almoçar, ele vão chamando de dez, assim todos comem, isso é organização, a riqueza é a valorização do que há, é essa política humana de

organização que já existe , então pra que criar um modelo, dentro dessa riqueza é nossa cultura, na comunidade é aproveitado o que tem, já existe um nível de organização.(Joel, 2017)

Nos argumentos do Sr. Joel encontram-se elementos diretamente relacionados à postura das instituições que intervêm em grupos sociais. No caso da Filipa os saberes locais dificilmente são considerados dentro dos programas sociais. Uma noção unilateral e impositiva de desenvolvimento sustenta esses atos e projetos segundo o Sr. Joel:

Ai se fala em desenvolvimento sabe e nos pensa assim, desenvolvimento tem que ser acompanhado com muito entendimento porque em muitas das vezes com nossa cultura, ela rompe com nossa cultura, então desenvolver é algo que tem ser discutido com nossa comunidade, mais talvez ausente de debates. (Joel, 2017)

O debate gira sobre o significado e sentido de desenvolvimento e explica a importância da discussão primeiramente com a comunidade, o que não tem ocorrido na prática; a idéia tem sido implementada sobrepondo os interesses reais dos grupos.

A propósito do saber (saberes) sabe-se que é uma expressão construída nas relações sociais vivenciadas. Na descrição de dona Nielza registra os modos de fazer farinha em que todos os elementos estão interligados

*Vou fazer minha farinhada
Que a mandioca está pubando
Tatu peba está arrancando
Tijubina carregando
Preá de coca peneira
Coelho no rodo torrando
Preguiça tira farinha depressa
Que a farinha esta queimando
Eu estando no meio da turma
Junto com a rapaziada
Dou-lhe voto com a espada
Quebro o cabo do rodo e acabou-se a farinhada
(Nielza, 2017)*

Através deste cântico, dona Nielza (2017) revela os modos de “fazer” e detalha todo o processo da produção de farinha, as relações sociais que são consideradas e construídas, quem “fala” é o próprio agente.

Bourdieu (2007) aponta que existem estruturas objetivas que interfere na ação dos agentes sociais. O cântico perpassa estruturas objetivadas e expressam elementos de autonomia nas relações sociais constituídas entre os agentes da Filipa.

Insisto na análise de outro projeto, o de piscicultura, atividade que voltou a ter apoio técnico somente no início de 2017. De acordo com a programação dos agentes sociais da Filipa, após a assistência técnica a primeira pesca aconteceria em abril de 2017. Quando retornei a Filipa para realizar pesquisa de campo no mês de abril de 2017, obtive a informação que a pesca nos tanques aconteceu entre os dias 12 e 14 de abril 2017 e que a comercialização foi realizada dentro e fora da Filipa.

Assim os agentes da Filipa estabeleceram o “valor” que seria comercializado, ficando em R\$8,00 o kg do peixe, economicamente falando, abaixo do preço de mercado que varia entre R\$ 13,00 e R\$ 14,00 reais. Entretanto, “economicamente” a comercialização do peixe, ou seja, o resultado de produção que inclui a receita pós custo, não chega a ser o elemento principal para os agentes desenvolver a atividade. Segundo dona Nielza, a venda não foi a esperada, porque o peixe foi para um local em Itapecuru “que não tinha muito cliente”.

Então, como foi incorporada essa situação na relação social entre os agentes sociais? Na verdade, foi uma pescaria social mesmo sendo um pequeno grupo que conserva os tanques, toda comunidade é mobilizada a participar da atividade porque existe uma estrutura lógica, a pescaria, o transporte e a venda. Logo, após a pescaria os peixes foram pesados, o “valor” de venda seguiu a contagem a partir dos custos na base de cálculo. Sobre as despesas foi incluída basicamente a ração para os peixes e custo com óleo diesel pelo uso do motor que joga água da barragem para os tanques, entretanto não foi contabilizado custo com força de trabalho. O resultado da venda seria novamente reinvestido para manutenção dos tanques.

A circulação dos peixes em 12 de abril foi comercializada fora da Filipa e a pescaria do dia 14 dentro do domínio social da Filipa. A forma de relação que acontece na prática desta atividade tem elementos que podem ser considerados pertencentes ao ambiente social constituído na Filipa a partir das suas características próprias, ou seja, o peixe que não foi vendido teve sua distribuição para os agentes da comunidade.

Com efeito, podemos refletir no entendimento dessa situação nos escritos que Bourdieu que analisa no capítulo “O Mercado de Bens Simbólicos” que:

[...] o princípio de todas as práticas não é a relação vivida com as estruturas e, muito menos, as estratégias elaboradas semiconscientemente e referidas via de regra a uma consciência sempre parcial das estruturas (tomemos, por exemplo, o conhecimento da estrutura presente e futura do mercado de trabalho das diferentes disciplinas, dado relevante a ser mobilizado no momento de uma mudança de orientação). Entretanto, pelo fato de que todas as relações diretas entre os agentes ou entre os agentes e as instancias de difusão ou de consagração são medidas pela estrutura das relações constitutivas do campo, e na medida em que devem sua forma própria à relação objetiva que podem ser obtidos de maneira mais ou menos consciente por ocasião

destas relações, índices selecionados e interpretados segundo os esquemas inconscientes do habitus (BOURDIEU, 2017, p. 160-161).

Desdobra-se daí a idéia de uma lógica constituída sob princípios que se mostram distante do contexto social seguindo as orientações de esquemas que criam os mercados diferenciados. Nesta situação é possível pensar que um modo e uma técnica de criação de peixe ou no caso de produção de farinha, deve ser pensado as características do grupo étnico ou seja pensar os bens simbólicos (BOURDIEU, 1989) assegurando a reprodução dos sistemas de ação, de imaginação que são disponíveis na formação social. O autor enfatiza:

as disposições mais inconscientes, como por exemplo as que resultam da interiorização de um habitus primário de classe esse habitus tem sua constituição através da interiorização de um sistema objetivamente selecionado de signos, índices e sanções, que nada mais são do que a materialização, nos objetos, nas palavras e nas condutas, de um sistema particular de estruturas objetivas (BOURDIEU, 2007, p. 161).

Depreende-se que o processo de interiorização de determinadas práticas é legitimado por um modelo que se mobiliza para dominar o real e que faz uso de esquema particular e aplica em situações distintas e essa lógica é aplicada em muitos grupos sociais. Refiro novamente às interpretações feitas pelo Sr. Joel a propósito de como tem ocorrido essas políticas e os elementos recorrentes:

O histórico econômico dessas comunidades, aqui tem acontecido muito isso, olha eu não posso pensar um projeto se não está dentro desse domínio. Exemplo, teve uma época que mandaram para uma certa comunidade aqui, umas vacas leiteiras dessas holandesas, então esse animal morreu todos, não se resolve um situação com a cabaça de quem já sabe, a outra coisa é você pegar um quilombo, para criar peixe, que eles pegava nos igarapés, olha só não se tem aplicado o modelo de gestão que eles tem, eu não tenho técnica para agregar, criar peixe é preciso técnica, saber tudo, quando esse peixe tiver pronto para o mercado, tem que saber também como comercializar meu produto, tem que ter argumento, meu produto tem isso, foi criado assim, tem um valor, por isso...o desenvolvimento tem as duas sabedorias, deve ser territorial. (Joel, 2017)

Neste sentido, podemos aponta ainda no domínio social do quilombo Filipa, o Projeto “SESC Ler” que individualiza todo o processo de ensino aprendizagem, a alfabetização acontece de forma isolada, ou seja, no sentido de repassar para os alunos determinados esquemas de conhecimento que trazem signos ou símbolos que não condizem com o contexto real desta unidade social.

O ensinamento é cristalizado em um sistema de educação que não condiz com as inquietações dos alunos. Parte da classificação do grupo social como “analfabeto” que deve

receber determinado conhecimento sem refletir as implicações da própria metodologia que é utilizada no processo. Novamente, retiro de Bourdieu (2007, p. 128) uma reflexão sobre o ensino: “[...] todo ensino deve produzir, em grande parte, a necessidade de seu produto e, assim, constituir enquanto valor ou como valor dos valores a própria cultura cuja transmissão lhe cabe. E tal exigência se faz presente no ato de transmissão. ”

Como Bourdieu analisa, a escola tem suas finalidades e objetivos, podendo ser considerada como uma força formadora de *habitus*, quando influencia aqueles que estão inseridos no processo, operando na transmissão de culturas que separa as classes.

Neste sentido, interessa destacar que lógica de desenvolvimento se resume em apenas implementar projetos econômicos em determinados domínios sociais e ocasionar mudanças econômicas no modo de vida social desses domínios, essa idéia centrada na ortodoxia do pensamento econômico, não dialoga com os grupos étnicos os quais são constituídos em passivos receptores desses programas.

A insistência em um “desenvolvimento” baseado na idéia dominante da economia de mercado proporciona equívocos desde os meios e mecanismos como esses projetos econômicos passam a ser implementados e conseqüentemente operacionalizados pelos técnicos; nestes domínios as características são totalmente mercantis, em consonância com a natureza do próprio sistema capitalista. Essa questão é um ponto de reflexão, pois cada projeto exige assistência técnica, que se propõe “ensinar” os agentes sociais a manusear o modo como as atividades estarão acontecendo.

Entretanto, convém destacar que as práticas econômicas presentes nas relações sociais na execução das atividades econômicas, apresentam elementos que são perceptíveis no saber local, ou seja, no manejo das atividades econômicas (GEERTZ, 1997), fato que se confere nas práticas de comércio da farinha e do peixe que tem sido as duas principais atividades econômicas com bens transacionados no mercado local pelos agentes sociais da Filipa.

Neste processo de comercialização foi observado junto aos agentes da Filipa que as práticas de vendas no mercado a relação entre os agentes não acontecem sob uma divisão social de “quem consegue vender mais” ou “o domínio do mercado por um único agente”, como é identificável em uma economia de mercado que prega a rigidez das estruturas de mercado através das principais formas de classificar: quem domina o espaço econômico, quem estabelece os preços, quem consegue sobreviver frente à concorrência, um modelo totalmente etnocêntrico que implanta uma lógica e não é capaz de perceber as diferenças existente nas diversas formas de organização social.

Com base nesta situação, foi que nos dias 30 de abril e 01 de maio de 2017, acompanhei os agentes sociais da Filipa na realização da venda da farinha na Feira de Itapecuru-Mirim, o local é conhecido como o “mercado”²⁴; as vendas estavam sendo feitas por dona Cleonice²⁵.

Toda segunda-feira acontece essa feira. Nesse espaço de vendas e compras, juntam-se vários grupos dentre eles, pescadores, camponeses e quilombolas, cada agente ofertando seus produtos. Os agentes do quilombo Filipa participam através da venda de farinha e de peixe e do arroz pilado.

As vendas acontecem sob duas formas: individual e coletiva, ou seja, considerando a oferta de peixe, o montante é um valor coletivo e no resultado final apura-se o custo total e extrai o valor que representa o lucro. Então, o resultado dessas atividades que acontecem em forma de projetos acaba concentrando uma renda mínima em pequenos grupos, não é um “fenômeno econômico” que vai impactar na vida social da Filipa.

Nessa discussão, volto para analisar as atividades de venda na feira, Dona Cleonice ao negociar a farinha em venda apontou para uma barraca que também tinha farinha, dizendo: “aqui também tem farinha boa ela é minha conhecida”. A senhora sua “conhecida” não era moradora da Filipa. Nesta situação em se tratando de mercado competitivo, essa relação é pouco inexistente, a disputa por um espaço de venda é alimentada pela real concorrência de produtos.

Entretanto é possível perceber que existem as relações de amizade por participar do mesmo tambor de crioula, por fazer linhas de roça e ambas tirarem uma diária de serviço de uma na roça de outra. Essas são formas de relação que não permite um tipo de mercado engessado na concepção competitiva e de ganho de lucro.

Nesta mesma feira, o Sr. Francisco Xavier negociava farinha de coco. A partir dessas duas análises é importante destacar que a produção direcionada para o mercado é o que excede visto que a prioridade é dada para o consumo interno. Nenhuma produção vai para o mercado em sua totalidade não existe uma produção unicamente a ser levado para negociação no “mercado”, esse fato é ponto de inflexão que demonstra duas concepções teóricas econômicas no âmbito da implementação de projetos econômicos.

Com base na análise dos processos de elaboração dos programas sociais, conforme Tabela 1 está voltada para concepção “economicista” em que sua identificação é baseada no mercado formador de preços, fundamentada sobre “as categorias da economia política

²⁴ Local aonde o negro Cosme foi enforcado, atualmente o Mercado Municipal de Itapecuru-Mirim.

²⁵ Agente social da Filipa

marginalista se aplica em todas as partes onde os homens estão ocupados em maximizar algo” (GODELIER, 1974, p. 17). O esquema formalista encontra-se pautado no modelo neoclássico da teoria econômica em que a ciência econômica formal está baseada no fenômeno da escassez, da eficiência do capital que conseqüentemente institucionaliza o comportamento do “*Homem Econômico*”. Logo o debate encabeçado por Karl Polanyi, sobre a concepção formalista não consegue analisar outras formas de organização econômica. Ao defender a corrente substantivista, Polanyi apresenta o argumento que dentro desta concepção existe uma interação entre o homem e o meio ambiente.

De acordo com o antropólogo Maurice Godelier a corrente substantivista enfatiza:

que a diversidade dos sistemas econômicos e afirma que é impossível utilizar universalmente as categorias da econômica porque tal categoria tem sido elaboradas para analisar uma econômica organizada pelo mercado. Em outras sociedades pelo contrário a economia não está organizada pelo jogo de mercado, mas se encontra embutida no funcionamento de instituições plurifuncionais que podem ser por parentesco, religião e política. (Godelier, 1974, p. 17)

Esse debate travado na Antropologia Econômica é interessante, pois destaca que o capitalismo em sua essência como um modo que permeia o sistema produtivo social cria certas relações antagônicas e não leva em consideração a identidade étnica de nenhum grupo social.

O antropólogo Eric Wolf (1974, p. 262) afirma que os camponeses formam uma parte da sociedade mais ampla e complexa, enquanto que a tribo primitiva mantém relação com seus vizinhos através da relação de intercâmbio econômico e de rituais. O autor destaca que a distinção entre primitivos e camponeses não reside em maior ou menor grau de implicações com o mundo exterior a eles, mas na natureza dessas relações.

Dessa forma, na sociedade primitiva, os produtores controlam os meios de produção, de modo a incluir o seu próprio trabalho, realizando assim, o intercâmbio por artigos e serviços de outros e que são culturalmente definidos como equivalentes (WOLF, 1974). Neste sentido, o intercâmbio de excedente acontece através da transferência entre grupos e membros de grupos.

Nas relações sociais observadas na Filipa a produção provinda dos projetos econômicos, como a criação de galinha caipira, não se porta como um excedente, mas como uma produção que deve ser direcionada para o mercado externo, entretanto acaba sendo comercializada na própria comunidade, é o que afirma dona Marinalva da Silva que participa desta atividade.

Na sociedade camponesa, o câmbio e o excedente são transferidos a um grupo dominante de governantes que emprega para assegurar o próprio nível de vida e distribui o restante aos grupos que lavram a terra. (WOLF, 1974). O autor enfatiza ainda que a divisão entre dirigentes e produtores de alimentos surge a partir do desenvolvimento da civilização, com a evolução da ordem social complexa. Esta evolução acontece do modo primitivo para o camponês, com destaque para as grandes estruturas do processo evolutivo. O autor aponta que alguns grupos de determinadas regiões não aceitaram o novo processo de cultivo ou teve relutância, nem todas as zonas do mundo adequaram-se de igual modo.

A divisão funcional do trabalho entre lavradores e fazendeiros e de outra classe dirigentes é característica da civilização (WOLF, 1974). Essa evolução encontra-se intrínseca ao modo de produção em que o capital circulante é preponderante e com a utilização de máquinas e novas técnicas que caracterizam esse processo evolutivo.

Wolf ajuda a compreender e a investigar como essas metodologias produtivas podem ser percebidas em comunidades tradicionais, como no caso o quilombo Filipa que apresenta em seu domínio tecnologias produtivas. Neste caso podemos considerar as mudanças ocorridas na casa de farinha para a Fábrica Agroindústria de Beneficiamento de Farinha, o elo de relação que continua a existir é a forma própria que esta comunidade apresenta.

Primeiro, o processo de produção de farinha apresenta uma organização interna, nela se faz uso de um processo de comercialização em que a acumulação das receitas adquirida com a venda da produção não é classificada como lucro, mas um fundo de renda que serve para manter o ambiente estruturado. Segundo dona Nielza “tudo o que é apurado é para a manutenção da casa de farinha”. Existe o foro, que significa o valor pago pelo uso das máquinas.

As análises de Wolf ajuda compreender determinadas relações que acontecem na Filipa que são oriundas da dinâmica das atividades de alguns projetos econômicos. Como observa dona Nielza (2016) “*da casa de farinha, a piscicultura e a mini usina de arroz, existe um fundo de renda que serve de reserva para a comunidade*”. Esse recurso é controlado pela tesouraria da Associação. Explica dona Nielza (2016) que o cálculo dos valores que são derivados das atividades é conseqüentemente acumulado. Existem taxações diferenciadas, segundo dona Nielza, pois quem não é sócio da Associação paga 4 kg de farinha por “paneiro” e quem é sócio paga somente 3 kg por “paneiro”; esse valor é considerado o “foro” pela utilização de toda a estrutura física da casa de farinha e representa uma reserva paga pelo uso da casa de farinha. Nesta situação a farinha é a unidade de valor e serve para compra de material, pagamento de energia, além de cobrir as despesas correntes pelo uso do ambiente.

Como explica o quilombola, Sr. Francisco Xavier “*O paneiro equivale trinta kg. né, cada trinta kg. de farinha a pessoa paga, três quilo de farinha de foro, ai chama de farinha de foro, essa é uma reserva, para comprar material, aquela farinha se vende, pega um trocadinho para na hora que tiver um problema já se tem o dinheiro*”. (Xavier, 2016).

Semelhante processo ocorre na mini Usina de arroz: “*quem é sócio paga 0,20 centavos por Kg de arroz e quem não é sócio paga 0,25 kg por quilo*” (Xavier, 2016). Como destaca Wolf (1974) considerando a relação do lavrador com os especialistas em outros ofícios pode ser simétrica, ou seja, distintas famílias ou grupos se dedicam a diversos trabalhos cujos produtos são trocados reciprocamente com um sentido de equivalência e existe outras sociedades mais complexas que usam o poder para manter as relações sociais, as quais não são simétricas, são relações assimétricas.

A relação social está rodeada de um cerimonial e este pode ser pago pelo trabalho, por dinheiro e por bens. Como a relação social tem que ser mantida entre os grupos os homens devem trabalhar também para constituir o fundo cerimonial. Neste aspecto destaco em Filipa o fundo cerimonial destinado à festa do tambor de crioula, festa comunitária que acontece na Filipa. O valor de contribuição para cada membro participar do tambor é de R\$ 30,00, recurso destinado para manter as despesas pagas para realização da festividade.

A festa de São Sebastião um grande evento festivo é dividido em cinco momentos e envolve toda comunidade Filipa. Começa com o levantamento do mastro, noites de reza (novenas), missa, procissão e festa de radiola.

Esta festa congrega todos os descendentes da Filipa, os que moram na localidade e os que não moram. Os recursos para cerimônia ficam por conta de cada família que acolhe todos os visitantes. Cada evento demonstra as características desse povo sua forma de organização e as relações sociais existente entre os grupos.

Wolf (1974, p. 265) explica que existem povos em que o fundo cerimonial é muito maior do que os fundos de substituição por se tratar de grupos que dedicam suas forças e bens a celebração de cerimonial que servem para reforçar a solidariedade da comunidade de pertencimento. Essas escolhas estão diretamente ligadas a cultura que conseqüentemente entra em conflito com as demandas impostas por estranhos a seu estrato social.

Dessa forma, daremos continuidade no próximo tópico refletindo o quilombo Filipa com base na concepção construída pelos técnicos que acompanharam a implementação dos *projetos econômicos*.

2.2 Filipa: “Quem disse que é modelo?”

A identificação elaborada pelos técnicos do Estado a propósito do quilombo Filipa fez surgir alguns questionamentos sobre ser “comunidade modelo”. Em entrevista com dona Nielza, aproveitei a descontração da conversa e fiz o questionamento se Filipa era comunidade modelo, rapidamente respondeu: *“isso é coisa que o povo fala, os outros que dizem.... (risos)”* afirma dona Nielza (2016). Em sua resposta afirma ainda: *“aqui nós somos unidos”*. Essa mesma idéia é também reiterada pelo Sr. Cecílio que comentou *“Olha você tem sua força, você tá lutando com um pedaço de madeira, você quer tirar ele daquele lugar, mas você sozinho não pode, eu já venho daqui, agarro do lado, você bota facinho, por causa de que? Da união”*.

Assim os agentes sociais apresentam a força e a identidades do grupo radicada no sentimento de “União” que se reflete na solidariedade entre os mesmos. Essa unidade se estabelece nas relações sociais como um sentimento de solidariedade no trabalho, na doença, nas relações que vão surgindo e que estão diretamente ligadas com a vida social dos agentes.

Na concepção clássica da sociologia, o entendimento de comunidade assume conceitos que permite perceber um agregado de agentes sociais que apresentam diferentes relações e que vivem fortemente coeso e ligados uns aos outros. Weber considera o conceito de comunidade como “ [...] uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes” (WEBER, 1987, p. 77).

Essa comunidade expressa relações de solidariedade em que as ligações emocionais são claramente expostas na convivência social dos agentes sociais da Filipa, esclarecemos a morte dos peixes no tanque em que foi jogado indevidamente casca de mandioca, um ato que mostra que por trás dessa “unidade” existe as diferenças, os sentimentos, as oposições. Para Tonnies comunidade é um “produto do desenvolvimento natural, pois desenvolve-se a partir de três instancia, o parentesco, a vizinha e amizade” (TONNIES, 1995, p. 239). O debate em torno é contínuo e Tonnies (1995) complementa mostrando que em comunidade impera a heterogeneidade, que não se integra em um todo comum.

O autor explica ainda que:

O pensamento Tonniesiano tem como base a percepção da função da memória na formação das organizações societárias da espécie humana, esse pensamento expressa que a memória de grupo não é individual, mas é algo compartilhado em comunidade. Tonnes considera ainda que a relação vivenciada em comunidade é tida como real e

orgânica, apontando que tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivenciado em conjunto, será entendido como a vida em comunidade (TONNIES, 1995, p. 231)

Neste sistema de vida social Filipa, apresenta normas próprias que são estabelecidas a partir das suas especificações (GLUCKMAN, 1986) com isso a importância de entender o comportamento dos agentes sociais nas situações que surgem na comunidade.

O que se percebe em termos gerais é o desdobramento dessa intervenção governamental através do Projeto de Combate à Pobreza Rural - PCPR, que “homogeneiza” (BOURDIEU, 1989) de forma arbitrária e seletiva, produzindo assim “a representação da Filipa como comunidade modelo” (SILVA, 2005, p. 110). Essa relação é bastante complexa, pois envolve um grupo social que busca um reconhecimento de direitos, enquanto que:

No contexto da implementação deste Projeto construíram discursos que apresentam a Filipa como comunidade que foi resgatada do isolamento. Deixam transparecer que re-fundaram a comunidade, graças aos projetos nela desenvolvidos e ao resgate, que promoveram das manifestações culturais da comunidade” (SILVA, 2005, p. 111-112).

O autor descreve o discurso representado pela intervenção governamental que desconsidera a heterogeneidade do grupo e o torna dependente no mundo do capital financeiro, pois a forma como a economia produtiva é proposta tende a criar um confronto com os valores locais. Com isso, nas visitas realizadas na Filipa observo uma forte articulação de projetos que se fazem presentes em várias instâncias deste grupo. Não se trata, entretanto de “re-fundar” a comunidade e “torná-la mais visível”, mais de criar limites dentro de um ambiente comunitário constituído por processos que acontecem a partir da sua vida própria.

Desta forma, existe um discurso nas entrelinhas das diversas propostas governamentais que ainda consideram e definem quilombos como sendo um lugar distante da civilização que precisa passar por um processo de evolução e de integração às relações da sociedade moderna, ou seja, apresentar fontes que produzam riqueza, isso ocorre em detrimento ao modo de vida de organização local.

Porém escapa desta convicção a ideia de que esses povos apresentam uma unidade familiar que tem um sentido e um sistema de produção de acordo com sua especificação e que é construído dentro de espaços e projetos de autonomia, tal como enfatiza Almeida:

Mas que possíveis laços “tribais” têm-se nos quilombos instâncias de articulação entre essas unidades de trabalho familiar que configuram uma divisão de trabalho próprio. Do meu ponto de vista a questão do denominado “quilombo hoje” passa também pelo entendimento do sistema econômico intrínseco a essas unidades familiares, que produzem concomitantemente para o seu próprio consumo e para diferentes circuitos de mercado (ALMEIDA, 2011, p. 62)

O enunciado de Almeida indica elementos centrais para a interpretação da relação que vem sendo construída na Filipa há mais de doze anos com o processo de implantação de projetos. Neste caso é necessário considerar a autonomia das unidades familiares, pois existe um conjunto de relações que são postas, buscando dar relevância aos planos de desenvolvimento inseridos no interior dessas unidades familiares.

Outro elemento importante a destacar na intervenção é a ação do INCRA que tem acontecido tanto no âmbito do processo de demarcação, delimitação e reconhecimento e titulação quanto através da promoção de construção de casas, de poços artesianos, de benefícios que facilitam a relação da comunidade com outras instituições ocorrendo assim uma integração “lógica”(BOURDIEU, 1989, p. 27) que proporciona a integração “moral” com tendência a uma situação que contribuem para o estabelecimento de uma ordem social.

Desde essa lógica surgem vários comandos e controladores, ou seja, a linguagem de projetos irá definir redes de relacionamentos que perpassam as relações com o Estado, essa tessitura envolve instituições de fomento que fazem a intermediação dos recursos financeiros.

Em entrevista com o Sr. Sebastião (2016) o mesmo observa que “*os projetos são liberados para Filipa, porque pagamos tudo direitinho*”. Isso quando os projetos econômicos são financiados por instituição de fomento.

Na perspectiva da antropologia econômica, George Dalton também contribui para compreender e interpretar duas economias, a substantivista e a formalista, que aparecem não com muita nitidez nas relações sociais da Filipa com as instituições intervencionistas. Os enunciados de Dalton indicam elementos para a compreensão de sociedades que não participam diretamente das regras que integram a produção do mercado. Os argumentos de Dalton situam os conceitos eixos:

A palavra “econômico” tem dois significados distintos e independentes, ambos de uso comum, porém que difere essencialmente na medida em que pode aplicar frutiferamente nas estruturas do mundo real. O sentido substantivo, econômico se refere a provisão de bens materiais que satisfaçam necessidades biológicas e sociais. O significado substantivo é de aplicação geral, porque independentemente das diferenças do meio ambiente natural, as técnicas de produção e as regras culturais, todas as comunidades se compõem de seres humanos cuja existência biosocial depende de provisão continuada de artigos materiais. (DALTON, 1974, p. 186).

Com efeito, o pensamento da economia substantivista, apresentada por Dalton mostra um processo de interação do homem com o meio ambiente que satisfaça as necessidades humanas, situação que pode ser observado em qualquer comunidade social (DALTON, 1974). O ambiente natural e social acontece através da oferta continua de meios necessários à vida social, à reprodução material e social.

Dentro de uma visão ampliada da economia neoclássica, Dalton (1974) apresenta a economia formalista, destacando que esta economia tem a necessidade de confirmar o cálculo economizador da produção, distribuição e circulação a partir do uso dos bens materiais, mostra ainda que o campo fundamental da análise econômica ocidental é a teoria dos preços e distribuição.

Para Dalton (1974, p. 188), quando os membros de uma sociedade não mostram uma predisposição para adotar as normas dos instrumentos econômicos formais, utilizam-se dos “meios que suas regras de organização social ditam em que alguns são utilizados para determinados fins, como a religião, que proíbe que se recorra a mais de uma colheita da terra.”

Dessa forma, há uma relação de autonomia da Filipa na maneira como a comunidade trabalha os seus recursos, porém se percebe uma relação de controle sobre o que fez a comunidade com o recurso, isso tem forte relação com a ideias de dominação que considera as comunidades negras rurais não desenvolvidas, acionando critérios de classificação que acabam não sendo tão visíveis nas relações sociais.

Embora Filipa tenha participado de linhas de financiamento rural não conseguiu alcançar resultados nas propostas de plantação de abacaxi e banana em 2005, como diz Sr. Francisco Xavier (2016) *“toda produção foi perdida, ficou no campo para os animais, não tinha como vender na cidade.”* E também não consegue imprimir nessas políticas as marcas do local, porque é uma política que já é estabelecida como pronta e acabada.

O mecanismo de produção, distribuição que foi aplicado neste processo produtivo não teve êxito. Nesta situação, importa destacar que os projetos descritos foram sendo estabelecido e construídos “através de um pacote tecnológico, incentivando a produção de culturas de mercado e o estabelecimento de novas atividades produtivas, principalmente, nas áreas com incidência de moradores antigos” (MATTOS JÚNIOR, 2010, p. 54).

O processo de produção foi planejado com características da economia de sociedade de mercado, que se “organiza mediante o princípio de mercado e a utilização de dinheiro para todos os fins e propósitos” (DALTON, 1974, p. 198). De acordo, com Dalton (1974, p. 203) a “teoria econômica foi criada para analisar as estruturas, os processos e

os problemas especialmente do industrialismo com organização de mercado e com suas regras características”.

Essa distinção sobre a teoria econômica é feita no sentido de criticar o seu estudo voltado somente para a economia de mercado e por estar ligado a situações exógenas às realidades locais, o que defende a concepção formalista. As relações instauradas na Filipa a partir da presença do Estado e da intervenção por meio dos projetos econômicos são cada vez mais presentes, com efeitos geradores de tensão interna e externa.

2.3 O Estado e a linguagem de projetos econômicos

Neste tópico identifico como foi sendo construído o sistema de comunicação do Estado com o quilombo Filipa. Para toda política governamental existe uma necessidade de recursos financeiros que possam financiar e garantir a execução de cada projeto. Essa questão não foi tratada somente pelo Estado, mas por instituições, como o Banco Mundial.

Entendo, também, que a “política oficial de intervenção” (ALMEIDA, 2016) é deslocada em direção aos vários domínios da vida social de grupo sociais, pois até mesmo as unidades mobilizadoras são motivadas a participarem desse processo.

Tomo como análise inicialmente, uma unidade que trafega na concepção homogênea e ocupa um lugar de destaque, a "Agroindústria de Beneficiamento de Farinha da Filipa" exposta no banner e que na parte central sintetiza um conjunto de enunciados, conforme a proposição de análise de discurso desenvolvida por Foucault:

Que são sempre, eles próprios, categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são, por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm relações, certamente complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis (FOUCAULT, 2008, p. 25).

A linguagem do banner é sobre o projeto Ká-Amubá e nele consta as instruções elaboradas por agentes externos que apresentam uma ideia “homogênea e uniformemente aplicável” (FOUCAULT, 2008, p. 26). Isto porque as orientações vão se repetindo buscando padronizar o comportamento dos agentes sociais da Filipa. Esses elementos representam um conjunto de signos que merecem ser problematizados, pelo fato de estarem exposto em um ambiente social que é marcado por lutas e com significados diversos.

Na verdade, é um recorte de determinadas exigências que são implícitas nas relações da economia de mercado, tipo controle das atividades econômicas: ensinar como

trabalhar em um ambiente limpo, ter higiene na preparação da farinha, limpeza do corpo, cuidado com os animais, entre outras disciplinas exigidas.

Nesta situação se observam as convenções e restrições sociais que parecem ditar um comportamento para os agentes sociais, são critérios de classificação que formatam para a comunidade um segmento em seu processo de produção. Com objetivo de impactar na produtividade no caso da produção de farinha. Mas, pensar em produtividade sob qual lógica? O que pensa a comunidade a respeito?

Observa-se uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989) que se constitui na imposição de orientação de “como fazer”. Esse fazer ignora que a produção de farinha é uma atividade econômica centenária executada por este povo e faz parte da sua identidade. As recomendações presentes no banner têm uma funcionalidade técnica, como aquelas utilizadas em empresas, quando se busca a qualidade total no empreendimento, poderia então dizer que estabelece e passa existir uma relação de poder.

Assim, a constituição de cada projeto representa a possibilidade de compreender a intervenção produzida na comunidade pelo Estado e/ou instituições não governamentais, os conflitos, as rupturas e os choques com modos de existência, com domínios técnicos impostos como exemplo de agroindústria de farinha, criação de porco, piscicultura são práticas constantes em comunidades tradicionais como no caso do quilombo Filipa.

Ainda sobre o banner, dona Cleonice (2016) respondeu: “*isso é pra gente seguir*”. Insisto sobre as peças explicativas no banner, estão todas seqüenciadas e configuram norma que deve ser cuidadosamente seguida. Percebe-se que no discurso existem enunciados diversos nesta situação, que precisam ser compreendidos, isso por que:

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente...Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações. (FOUCAULT, 2008, p. 31-32).

O autor apresenta a importância de perceber como os discursos são formados em torno de um acontecimento que não está isolado fazendo parte de situações sociais que se correspondem através das relações sociais.

Tudo parece gravitar sobre uma ordem que não é equivalente ao modo de vida desses povos. Há de pensar que existe uma idéia por trás do discurso do banner, dos enunciados das práticas, um etnocentrismo que se encontra submerso em cada situação.

O Sr. Raimundo Bezerra em entrevista, disse que “*existe muita burocracia nas instituições para liberar projetos*” afirmando “*o projeto que eles querem que eles determinam são liberados mais rápido, e os que eles não determinam não é liberado*”. Complementa afirmando: “*o que sabe o que é melhor é a comunidade*” enfatizando que “*todos os projetos que foram discutidos com a comunidade foi dando certo e os que não foram discutidos não deram certo*”, considera ainda que esses projetos que “deram certo” estão mais próximo da realidade social da comunidade. Pedi ao Sr. Raimundo Bezerra que descrevesse quais projetos deram certo, ele informou: “*A agroindústria, a barragem, a rede de distribuição de água*” e novamente perguntei sobre o que não deram certo ele disse “*projeto de abacaxi, banana e cana de açúcar*”. Nestes termos o Sr. Raimundo Bezerra (2016) sentenciar que a comunidade sabe o que é melhor, isso é uma demonstração de autonomia.

Perguntei quais as instituições que fizeram a contratação dos financiamentos, o Sr. Raimundo, disse que era “PRONAF B”, recurso do Banco do Brasil e o “AGROAMIGO”, recurso do Banco do Nordeste.

A atividade criação de suíno, encontrado nos domínios da Filipa está incluído nas propostas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) promovido pelo governo Federal é financiado pelo Banco do Brasil, responsável pela liberação de crédito para investir na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, cujo objetivo é combater a pobreza rural.

Aqui elencamos a sistemática de comunicação do Estado com Filipa, os programas que estão sempre vinculados a idéia de combater pobreza o que descaracteriza o contexto próprio desse ambiente que apresentam uma economia diferenciada, como enfatiza Servilha e Doula (2009 apud GEERTZ, 1979, p. 124) “um sistema diferenciado de relações sociais centralizado na produção e consumo de bens e serviços (isto é, um tipo especial de economia), que merece ser analisado como tal.”

As ações diretas de financiamento acontecem em várias comunidades rurais próximas não sendo uma prática somente dos agentes sociais da Filipa. Esse financiamento tem um limite que é até R\$ 2,5 mil apresentando uma taxa de juros de 0,5% ao ano, com prazo de até 2 anos, com possibilidade de renovar (BANCO DO BRASIL). O modelo de financiamento adotado para as comunidades rurais é o mesmo para a sociedade de economia de mercado com pequena variação nas taxas de juros pelo financiamento, isso de acordo com o projeto e com o nível de renda. Entretanto, as relações se diferenciam, pois, o manejo da forma como a produção acontece entre esses dois "ambientes" é diferente.

Em entrevista com o Sr. Cecílio comentou sobre a criação de porco e disse que estava feliz porque já tinha terminado de pagar o Banco do Brasil; ele fez o financiamento para projeto do PRONAF, o recurso não era a fundo perdido, o financiamento teve início em 2006 com pagamento do financiamento em 2016. Logo, descreveu o criatório de suíno e apresentou o local que fica localizado no fundo do quintal de sua casa, bem distante, próximo a uma plantação de banana. O criatório tem seis compartimentos. O recurso, conforme projeto foi destinado para construção do criatório, compra dos filhotes. A produção final é comercializada na comunidade e fora da comunidade, sendo uma atividade econômica individual.

Portanto, essa atividade não está ligada diretamente a um processo de comercialização de grande escala, sendo apenas um acréscimo de renda em que as vendas acontecem geralmente por encomenda, ou seja, os próprios moradores se interessam pela compra da carne. Esta atividade econômica também não impacta na dinâmica econômica da vida social dos agentes.

Contudo, o formato da proposta é teoricamente embasado na concepção neoclássica, desconsideram os grupos étnicos, como unidades produtivas autônomas, tornando os agentes dependentes de programas com financiamento em longo prazo.

Nesse caso, a prática de criação de suínos, a forma de criação que anteriormente acontecia é abolida, os animais ficam presos e dependem da ração, das técnicas de manejo que foram ensinadas ao Sr. Cecílio para a criação e o alcance de uma escala de produção elevada, tudo isso baseado em metodologia ditada pelo mercado. Dessa forma, o conhecimento (GEERTZ, 2007) do quilombola é deixado de lado, o fazer, a forma como ele poderia desempenhar tal técnica.

Com base nesta discussão, Dalton descreve a estrutura pela qual a economia formalista está baseada, “no campo fundamental de análise econômica ocidental, a teoria dos preços e a distribuição, é uma aplicação de significado formal econômico - a um conjunto especial de condições e práticas organizativas para a provisão de bens materiais (DALTON, 1974, p. 187).

Neste conjunto de programas apresentamos ainda o Agroamigo que é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste e tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do (a) Agricultor (a) Familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, cuja operacionalização conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (INEC/BANCO DO NORDESTE).

Neste programa está incluído a criação de galinha caipira. Na Filipa tem três famílias cadastradas, as mesmas passaram por treinamento. Em entrevista com a dona Luzinete Pinto Silva solicitei que ela comentasse sobre o projeto criação de galinha, quem financiava, ela disse “que não sabia, mas que estava cadastrada para participar”. Dona Nielza apresentou-me para dona Marinalva que participa deste projeto, o criatório de galinha fica no quintal e próximo da casa, é local pequeno coberto de palha, as laterais têm uma pequena parede de taipa e ao derredor é fechada por uma tela, apresenta uma iluminação natural. Dona Marinalva disse:

A gente recebe um treinamento, eles ensinam as técnicas e orienta como a criação deve ser, o valor é liberado 2,400,00. R\$ 400,00 construção da casa de galinha, R\$ 1000,00 voltado para compra de material, bebedouro, as telas, os pintos, as sacas de milho e ração. Quando estão no ponto de venda, R\$ 25,00 é as frangas e R\$ 30,00 os frangos, a diferença é por causa do tamanho. (Marinalva, 2016)

Para início da atividade é disponibilizado um capital, depois os agentes recebem as orientações técnicas, assim os mesmos são revestidos de condições para direcionar a atividade, cabe destacar que o recurso é fundo perdido.

A barragem e onze tanques de piscicultura foram construídos no ano 2002, financiado pelo Banco do Nordeste. O projeto de piscicultura foi iniciado por um grupo de 20 jovens da Filipa. Estes solicitaram empréstimo pelo Banco do Brasil. Nesse projeto de piscicultura os jovens não conseguiram permanecer até o final e não assumiram as regras que deveria seguir para obter uma produção devida. Informa dona Nielza que no “primeiro ano tiveram ganho, mas depois desistiram do projeto e muitos saíram da Filipa em busca de emprego” (NIELZA, 2016).

A cristalização do assistencialismo já faz parte do discurso dos quilombolas, que constantemente fazem o esforço para estarem enquadrados entre as comunidades que conseguem honrar seus compromissos com as agências de fomento, como diz dona Nielza, só “recebemos os projetos porque pagamos aqueles que foram financiados pelo banco”.

A construção da Agroindústria de Beneficiamento de Farinha da Filipa é o primeiro prédio em destaque na localidade. Em entrevista com o Sr. Cecílio, ele descreve o ambiente como “lugar de encontro” que faz parte da vida dos moradores. Comenta ainda que além de ser um lugar de encontro existe “troca de saberes dos mais velhos”. Dona Cleonice observa que “as máquinas funcionando ou não, lá eles fazem a farinha”. Ela fez essa observação, porque no dia da entrevista as duas máquinas estavam quebradas, a “máquina de ralar mandioca” e a “máquina de secar a massa” e eram novas, nem tinham sido usadas.

O termo “Agroindústria” apresenta um sentido próprio do modo de produção capitalista, que emerge desde a revolução industrial, que emprega uma quantidade de mão de obra, controla os meios de produção e os recursos naturais que serão processados na produção.

Na dinâmica da economia quilombola é diferente, pois a mão de obra não é remunerada com dinheiro; é uma Agroindústria em que o “dinheiro” é uma “diária de serviço” empregada na produção. Portanto, a organização econômica é diferente das relações que acontecem no mercado. Servilha e Doula (2009, p. 132) na perspectiva de Geertz explicam a troca como todas as relações onde dois ou mais indivíduos trocam algo, envolvendo ou não dinheiro, o que inclui as relações de compra e venda de diárias.

Retomo a questão da autonomia dos quilombolas nas atividades produtivas a partir de Almeida (2011) que a distância e diferencia da Casa Grande:

Caso nos empenhemos numa releitura das fontes documentais e arquivísticas verificaremos que há indícios desta ideia de quilombo, enquanto processo de produção autônoma, no momento em que os preços dos produtos do sistema de monocultura agrário-exportador estavam em declínio no mercado internacional. Este quadro propiciava situações de autoconsumo e de autonomia a pouca distância da casa grande. (ALMEIDA, 2011, p.65)

O autor descreve um tipo de organização de uma economia tradicional que foi estabelecido com base no sistema comum de uso dos recursos naturais e que através dos “laços de solidariedade e de ajuda mútua, informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável” (ALMEIDA, 2008, p. 136)

Entretanto, na sociedade contemporânea vem sendo construída uma relação com os quilombos que tenta tornar mínima a autonomia desses grupos étnicos há uma oficialização no discurso pautado no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento local que compromete esses grupos sociais e sua forma autonomia de organização e de ação.

A Agroindústria dedicada ao beneficiamento da farinha apresenta os instrumentos de trabalho baseados em uma tecnologia que exige pouco uso de energia humana, com máquinas e equipamentos que facilitam o aumento da produtividade (menor tempo e maior produção) e conseqüentemente a função de produção é muito próxima de uma empresa que tem suas obrigações diretamente relacionadas com as demandas criadas no mercado. Se observa o perfil de uma economia formalista com os parâmetros emprego de mão de obra x construção de autonomia e aumento da dependência do mercado que leva à idéia de vulnerabilidade.

Entretanto, todo o manejo e organização da produção estão baseados nos saberes e conhecimentos dos moradores da Filipa. O tempo de trabalho está relacionado ao período

natural de plantio da “maniva” e coleta da mandioca, terminando esse período inicia o novo ciclo da produção da farinha.

O Sr. Francisco da Silva (2016) acrescenta que por conta de pouca chuva “*pode ter uma produção pequena, que só der para o consumo das famílias e depois de um ano ela não tem mais a mesma qualidade*”. Isso acontece independentemente da modalidade de técnicas utilizadas na produção da farinha, ele enfatiza que “a mandioca quem cria é a terra, tem que esperar pela natureza”.

Nesta situação, o sistema de produção depende da terra como criadora da matéria prima e da chuva que vai influenciar se a mandioca está no ponto para produção de farinha boa ou não e no conhecimento do daquele da trabalha diretamente com a terra.

As relações econômicas desta sociedade passam a ser observadas no trabalhar a terra, na plantação e produção sem vínculo de dependência com o capital. Dalton, aponta que “[...] não se pode supor universal a presença de nenhuma instituição economizadora especial, tais como as que caracterizam a economia de mercado”. (DALTON, 1974, p. 206).

Na economia de mercado o produto final passa pelo esquema produção, distribuição e circulação, todo esse processo é equilibrado pela formação do preço, conforme custo de produção e está diretamente relacionado às política econômica que podem afetar os níveis de produção estando sob as percepções de uma economia formalista. Os projetos econômicos na Filipa são pensados dentro da lógica da economia formalista, porque as propostas acontecem a partir de uma programação governamental elaborada por uma equipe que pouco ou nada conhece sobre as localidades que serão aplicados.

Neste sentido, cada empreendimento é concebido como capaz de proporcionar o desenvolvimento local. Entretanto, como pensar em “desenvolvimento local” em que a terra é o meio que proporciona a produção da matéria prima “mandioca” e pode em alguns anos se tornar insuficiente para acompanhar o processo de produção pelo qual foi pensado o modelo de agroindústria em uma área que se encontra ilhada por fazendas e outras comunidades?

Essa discussão não está baseada na escassez de terra que solicita uma melhor alocação do recurso, a discussão acontece dentro de um contexto que envolve um povo que está ligado ao seu território e apresenta junto ao INCRA uma demanda pelo processo de reconhecimento e titulação de suas terras.

Nesta perspectiva, o contexto presente é de um quilombo que demanda por terras tradicionalmente que anteriormente lhes pertenciam e solicitam das instituições uma resposta sobre a situação. Isso é uma discussão que está muito presente na Filipa, em nível de

reivindicação territorial. O Sr. Raimundo Bezerra (2106) disse que “*eles estão se mobilizando para rever as terras, que o INCRA incluiu em área de outras comunidades*”.

Dentre as instituições interventoras no quilombo Filipa, destacamos o Instituto Marques do Valle Flor- IMVF²⁶ que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades quilombolas do Estado do Maranhão, tudo isso através da "redução da pobreza por meio do aumento da geração de renda familiar", "apostando no reforço das atividades produtivas locais com base em princípios de economia solidária e inclusão social". Observa-se a naturalização do “*desenvolvimento*” que se tornou uma constante nas interpretações sobre o ambiente da Filipa.

A partir da análise, confere-se que existe na estruturação desses projetos uma ordem que perpassa as decisões da Filipa, mas que os agentes sociais acabam assumindo como “seu”. Apresentam interesses que precisam ser categoricamente analisados, pois tornam-se estruturas que ocasionam determinadas mudanças nas relações existentes.

A estrutura social e política exposta por meio da linguagem de projetos expressa características e categorias que passam a ser naturalizadas pela concepção das instituições intervencionistas, como “renda familiar”, “mão-de-obra” x “emprego”, a “ideia de vulnerabilidade”, “pobre/pobreza”, “renda mínima”, “economia solidária”, “inclusão social”, “igualdade/desigualdade”, “população”, “pobreza rural” e “êxodo rural/desemprego”.

Como é identificado na revisão da teoria econômica todas essas categorias são estabelecidas com base em um sistema de relações que visa o ajustamento e regularização do mercado a partir da apropriação do trabalho humano e do estabelecimento da propriedade privada sobre os meios de produção. A forma produtiva das relações acontece através do mercado, ou seja, da determinação do sistema de preços de cada produto, como um efeito multiplicador essas relações têm tendência a impactar nas relações econômicas que é chamado resultado econométricos.

Assim o interesse pessoal, quando direcionado pelos preços de mercado, torna-se uma força poderosa na promoção do progresso humano. Smith resume este fato da seguinte forma:

Cada indivíduo continuamente procura descobrir as formas que lhe são mais vantajosas para empregar qualquer tipo de capital que esteja sob seu comando. È, exatamente o seu benefício, e não o benefício da sociedade, que ele busca com sua

²⁶Instituto Marques do Valle Flor-IMVF: Adquiriu um conhecimento próximo da realidade local. Numa aposta clara de colmatar vulnerabilidade ainda existentes, limitadoras de um progresso sustentável, o novo “Promoção de Tecnologia de Economia Solidária em áreas de Quilombo, no Maranhão”, vem dar resposta a um apelo direto das comunidades de Quilombo no Maranhão e, em particular, do principal parceiro local, a ACONERUQ (<http://www.imvf.org>)

ação. Mas, ao considerar o que lhe é vantajoso, naturalmente, ou melhor, necessariamente, sua ação o leva a empregar seus recursos de uma maneira que seja mais vantajosa para a sociedade. (SMITH, 2008, p.423)

Nesta perspectiva, o pensamento economicista cunhou o princípio da mão invisível para se referirem à tendência dos mercados livres para direcionar as ações de interesse próprio dos indivíduos, harmonizando-as com o bem-estar geral da sociedade (progresso humano). Portanto, essa relação ordenada ao apresentar uma lógica que classifica os sujeitos em agentes econômicos, cria limitação para o entendimento de outras formas de organização social. Organização esta que mantém uma relação com o mercado através da comercialização de determinados produtos, como arroz, farinha. Como observa Almeida:

Do meu ponto de vista a questão do denominado “quilombo hoje” passa também pelo entendimento do sistema econômico intrínseco a estas unidades familiares, que produzem concomitantemente para o seu próprio consumo e para diferentes circuitos de mercado. (ALMEIDA, 2011, p. 62)

A originalidade dessa análise permite apontar que há um desencontro na forma como o Estado se relaciona com essas unidades familiares situação que cria políticas governamental que não atende aos interesses reais do grupo social e que caminha no sentido técnico simplificado em modelos atribuídos ao modo de produção capitalista com nítida presença da divisão de tarefas (as diferentes atividades econômicas) e também do trabalho.

Neste sentido, no próximo tópico estarei analisando a categoria quilombo construída a partir de concepção que aponta suas características particular, qual seja de organização social constituída a partir dos laços construídos fora e dentro do seu domínio social e que apresenta uma estrutura social que deriva das formas coletivas de vida.

2.4 Um quilombo nas redes de intervenção do Estado

Certamente a discussão no cenário político sobre a participação efetiva dos grupos étnicos nos debates acerca dos seus direitos formalizados pela Constituição Brasileira e institucionalizado nas instancias públicas tem possibilitado a construção de formas diferenciada de o Estado intervir junto a esses povos. Compreende-se assim que a estrutura política estabelecida na sociedade brasileira teve que passar por diversas etapas para que a leitura da categoria quilombo, não ficasse no conceito frigorificado. Para Almeida (2011, p. 64) tem que

haver um deslocamento. Não discutir o que foi, mas sim discutir o que é, e como esta autonomia está sendo construída historicamente.

Logo, o quilombo Filipa, tem uma organização social construída com base nas relações que trazem significados e valores expressos pelo fator étnico, bem como constrói em suas relações elementos que se configuram em sua ancestralidade e que se apresentam nos saberes próprios.

Na contramão da jurisprudência estatal e sem muito retorno das reivindicações centrais, isto é a reivindicação por direitos territoriais e étnicos, esses grupos vão sendo enquadrados em políticas sociais como bolsa escola, bolsa verde, Brasil quilombola, enunciando novas categorias classificatórias desvinculadas com a autonomia desses grupos.

A tentativa de inclusão social dos quilombolas em políticas governamentais assume o caráter de "combate de pobreza" no espaço rural sob a argumentação de que proporciona o "desenvolvimento" local implementando projetos econômicos. As comunidades tradicionais passam a ser incluídas em um contexto político que congrega várias classificações, objeto de observações criticadas por Almeida:

Antes de mais nada importa fazer uma distinção elementar. Há um conjunto de termos e expressões, designativos de medidas derivadas de políticas oficiais de intervenção, que devem ser repensados criticamente, porquanto refletem as novas formas de que se reveste o discurso da dominação. Expressões como "participação comunitária", "comunidade solidária", "gestão participativa", "ação solidária" e "parceria" podem ser encontradas como pré-requisitos tanto nas iniciativas de planejamento governamentais, quanto naquelas das agências multilaterais. De igual modo que "pobreza", "exclusão social" e "população carente" compõem um léxico próprio imposto pelos aparatos de poder para explicitar o que classificam como medidas de "desenvolvimento local" e "desenvolvimento auto-sustentável." (ALMEIDA, 2002, p. 97)

Dessa forma, o "tempo de projetos econômicos" em Filipa passou a fazer parte do seu contexto social e encontra-se dentro das medidas governamentais que visam atender comunidades ditas como pobres. Filipa é incluída dentro de uma demanda salvaguardada pelo Estado em que os seus direitos podem ser atendidos ou não. Portanto, a linguagem de projetos tem sido um discurso que vem se naturalizando e criando tessitura no cotidiano do grupo social.

Isto pode ser observado nas entrevistas com agentes sociais na busca da inclusão em determinados projetos de financiamento designados como projetos específicos, como explica o Sr. Domingos Santos: "*aqui os projetos chegam porque nós pagamos tudo certinho, a gente faz tudo como deve ser*".

Entendo que esse *fazer direitinho, fazer certo, fazer correto* segue a lógica e adequação aos objetivos dos financiadores; tipo alcançar um resultado esperado de produção e comercialização e concretamente não cair na categoria de inadimplentes. Com isso confere-se que a comunidade através dos projetos busca visibilidade perante as instituições públicas, pois do contrário não tem acesso aos chamados financiamentos.

As Associações acabam sendo unidades mobilizadoras dentro deste processo. Todavia, o risco recai sobre o processo de organização desses agentes que acaba acontecendo de cima para baixo. Almeida analisa-se esse fato com acuidade interpretativa:

Enfim, onde quer que o governo intervenha, tem de ser constituída uma associação, necessariamente. A exigência de associações formais, registradas em cartórios e reguladas por estatutos e regimentos, contrasta com organizações informais e com mecanismos de representação apoiados em mobilizações políticas ou ditados por fatores mais permanentes (étnicos, de parentescos e de ancianidade de ocupação) ou contingenciais (situacionalidade de conflitos sociais localizados). Pode-se dizer, pois, que este associativismo é montado de cima para baixo, como se fosse fortalecida a sociedade civil principalmente a partir do momento em que há uma intervenção governamental. A forma do indivíduo e da associação participarem é aquela que os aparatos de poder definem como tal. A monotonia e homogeneidade dos mesmos estatutos utilizados, seja no centro-sul ou na Amazônia, bem revelam uma noção de “comunidade” que menospreza as especificidades. (ALMEIDA, 2002, p. 6-7)

Dessa forma, implementar em grupos étnicos um processo que tem como finalidade promover o desenvolvimento²⁷ enquadrado no significado do modo de produção capitalista, provoca um confronto direto com significados locais que apresentam uma estrutura social construída ao longo de sua história.

Assim, devido à cultura de investimentos que começou a acontecer na Filipa os projetos econômicos ganham visibilidade no que se refere a incluir as unidades sociais em políticas assistencialistas. Mas como acontece essa inclusão? A lógica desenvolvimentista tem várias formas de se apresentar, dentre elas a presença do Estado por meio da promoção dos programas e projetos que são aplicados em ambientes rurais.

Carlos Vainer (2007) em “Planejamento Territorial e Projetos Nacional: Os desafios da fragmentação” aponta para a gradual irrelevância atribuída à questão territorial no Brasil. Para o autor, a história recente do planejamento territorial no país demonstra um

²⁷Segundo Furtado a noção de desenvolvimento evolui a partir de três ideias que se constituem como correntes representantes desse pensamento, assumindo uma visão otimista da história: 1. A iluminista, a história tende a tornar-se progressivamente racional. 2. O futuro melhor é alcançado com a acumulação de riqueza. 3. A expansão geográfica europeia iria promover o progresso das demais regiões da Terra. As teorias, principalmente as alemãs, buscavam um “sujeito” com força para orientar a saída de uma situação de caos para uma de ordem racional. (SILVA, 2010, p. 65)

processo contínuo de desconstituição política que é evidenciado pelo desaparecimento progressivo da questão regional da agenda nacional e pelo desmonte dos aparatos institucionais que foram criados pelo governo federal na segunda metade do século XX com o propósito de ordenar o território e reduzir as desigualdades regionais. O autor ressalta que as agências e os órgãos regionais que ainda permanecem são vazios de sentido e função e tornaram-se espaços de articulação de interesses e de reprodução das elites decadentes.

Este processo de desconstituição, de acordo com Vainer (2007), está intrinsecamente relacionado às transformações econômicas, sócias, políticas e culturais que ao mesmo tempo em que integraram o território nacional, submetem-no a lógicas e dinâmicas de expansão do capitalismo periférico ao longo dos anos de 1960 e 1970.

O desdobramento, a partir da crise de 1980, foi sucedida pela adesão do país às diretrizes do Consenso de Washington, totalmente de caráter neoliberal. Vainer (2007), acrescenta ainda que na atualidade essa desconstituição parece estar se atualizando numa espécie de resignação frente à fragmentação territorial subordinada às formas de globalização contemporânea, cuja contrapartida seria apenas a integração continental por meio da criação de espaços mercantis adaptados às novas escalas e dinâmicas espaciais dos capitais transnacionais. Destaca o sociólogo:

Desenvolvimento local, empreendedorismo territorial, atração de capitais, marketing urbano se transformam nos principais instrumentos de um planejamento estratégico que não faz senão preparar a submissão da nação fragmentada a uma globalização que se projeta sobre os lugares. Com o apoio de consultores internacionais ou de agências multilaterais que elaboram e difundem a retórica do planejamento competitivo e das estratégias territoriais empreendedoristas, o neo-localismo competitivo, espécie de “paroquialismo mundializado”, constitui ele também vetor da fragmentação. (VAINER, 2007, p. 13)

Neste trabalho não se busca definir o Estado como aquele que domina e representa a classe dominante. Também não compartilha com a idéia de que suas ações têm como consequência se tornar soberano sobre os grupos menos favorecidos. Logo, parece-nos plausível, tentar descrever elementos que possam contribuir para uma interpretação da presença do Estado em suas diversas formas que se revelam nas práticas e “dinâmicas de decisões e de projetos que se tornam vetores da fragmentação territorial” (VAINER, 2007, p. 38).

O diálogo com a noção de Estado é compartilhada com Bourdieu (2014) que afirma que o Estado é um princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a

princípios fundamentais da ordem social, que ele é o fundamento, não necessariamente de um consenso, mas da própria existência das trocas que levam a um dissenso.

A forma de o Estado interferir em situações diversas da sociedade é uma maneira de proporcionar o equilíbrio em forças, é o Estado que administra as forças (BOURDIEU, 2014). Este pequeno debate apresentado por Bourdieu, faculta a compreensão que o Estado surge das relações sociais e das diversas estruturas que subsistem à ordem, sendo o Estado “um princípio de produção, de representação legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2014, p.34). Dessa forma, neste contexto de análise, o Estado “intervencionista” representa uma categoria que pode ser aplicada aos diversos sentidos significativos que o Estado exerce na sociedade. Decorre desta visão pensar a intervenção como ato que acontece sobre vários ângulos, em vários campos da estrutura social.

Segundo Vainer (2007), a natureza dos processos decisórios que dão origem aos grandes projetos de investimentos, quase sempre, ocorre nos corredores ou gabinetes, completamente à margem do debate público. Além disso, tais projetos estruturam-se a partir de articulações econômico-financeiros e políticas; os projetos econômicos desenvolvidos no âmbito social da Filipa, não estão distantes desta lógica, a sua elaboração é pautada em um planejamento que acontece distante das comunidades.

O entrelaçado de relações sociais entre os agentes, instituições estabelecidas, acabam se naturalizando e se materializando em ações práticas, tomando formas muito espontâneas nos diversos segmentos sociais. Essas representações, bem como sua justificação interna, revestem-se de grande importância para compreender a institucionalização no campo social. Essa institucionalização ocorre em todos os domínios das várias instâncias sociais, no discurso de grupos sobre o “outro”, nas estruturas dos sistemas sociais e até mesmo na classificação entre determinados grupos.

Com isso o Estado vai assumindo a função de intervir em grupos sociais, como bem interpreta Weber (1999, p. 518), pois “Este descansa sobre um funcionalismo especializado e um direito racional”. Como pensar essa formalidade em um quilombo? Assim diversos mecanismos de dominação contribuem para que a lógica imanente do Estado passe a se fundamentar no direito, buscando sua afirmação através das relações sociais formais sendo que do ponto de vista da sociedade moderna o Estado de direito acaba se tornando uma categoria muito importante para sociedade capitalista.

A previsibilidade desse Estado e as funções que o mesmo vai exercendo nas diversas instâncias acabam se contrapondo a outras instâncias sociais que apresentam uma organização e cultura que trazem sua forma interna de estrutura social. Desdobra-se daí um

pensamento que traz a concepção política do Estado, em um arbitrário sentido de relação de poder e coerção que ganha relevo com sua institucionalização funcional. Retomo outro aspecto da reflexão de Weber (1999, p. 526):

O Estado, do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes, é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista, as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelas que dominam no momento dado. Quando e por que fazem isto, somente podemos compreender conhecendo os fundamentos justificativos internos e os meios externos nos quais se apoia a dominação.

Todavia, a legitimidade dessa dominação ocorre “em virtude de ‘legalidade’, da crença na validade de estatutos legais e da ‘competência’ objetiva, fundamentada em regras racionalmente criadas” (WEBER, 1999, p. 526). Com efeito, em mapeamento mais preciso da legalidade e da competência o Estado vai instrumentalizar o corpo funcional de sua estrutura para estabelecer os laços de dependência e domínio no campo administrativo. Do ponto de vista de Weber (1999, p. 526) “é obvio que, na realidade, a obediência é condicionada por motivos muito poderosos de medo e esperança— medo da vingança de poderes mágicos ou do detentor do poder, esperança de obter uma recompensa no Aquém ou no além.”

Assim, o Estado burocrático vai se estabelecendo buscando forças nas formas de organização, na estrutura administrativa e funcional que será representada pelas diversas instituições ligadas ao Estado, em que cada um será designado uma função diferenciada.

O Estado Contemporâneo no início do século XXI, instrumentaliza processos de intervenção nas chamadas áreas vulneráveis, classificadas como pobres e subdesenvolvidas. Essa classificação é o reflexo do “poder estatal de definir existências sociais, com capacidade de tornar invisíveis formas de vida e resistência” (ARAÚJO, 2013, p. 33). Essa intervenção articulada com outras instituições assume o formato de programas que sustentam os projetos econômicos que são inseridos nos diversos contextos sociais com a idéia de inclusão social.

As argumentações são constituídas por palavras que formam o discurso os quais apresentam idéias, princípios e entonações que se eleva como o poder em determinadas situações, como no caso de programas sociais que criam suporte financeiro para determinados grupos étnicos. São os chamados “credito financeiros” em que para cada linha de financiamento se tem um tipo de projeto a ser implementado para grupos sociais específicos.

Essa experiência é examinada a partir da prática no quilombo Filipa. Dona Marinalva e o Sr. Cecílio já tem uma experiência com o manejo de atividade econômica como criação de galinha caipira e criação de suíno. No caso da criação de suínos, o Sr. Cecílio estabelece dois momentos para a relação econômica com a instituição financeira, o início do empréstimo e o fim, isso apontando para a criação de suíno em que o recurso foi financiado. Já dona Marinalva, participou das reuniões técnicas, recebeu o recurso e aplicou na atividade de criação de galinha caipira, porém a produção final foi voltada para venda dentro de Filipa e para o consumo próprio, não teve uma produção em grande escala e o recurso é fundo perdido.

Nessas duas situações os agentes conseguiram implementar os projetos econômicos, mas a forma como aconteceu a implementação dessas atividades não seguiu as regras do modelo proposto que tem como objetivo gerar renda para a comunidade e uma suposta “inclusão social” em atividades produtivas.

Conferem-se contradições nas propostas que se tornam visíveis porque as normas, os métodos de manejo da atividade não são elaborados dentro da realidade construída do quilombo Filipa, ou seja, com base nas experiências de cada agente social. Inserir esses agentes no sistema produtivo a nível nacional gera contradições, porque os próprios agentes sociais têm uma forma diferente de manejar os seus recursos.

A Tabela 2 apresenta os programas consolidados pelo Estado e que apresentam como característica e finalidade a relação do mesmo com os povos e comunidades tradicionais. Cada programa apresenta uma proposta que tem como foco o “combate à pobreza rural”. Entretanto, não permite aos agentes sociais contemplados discutir preliminar e profundamente se esses projetos são eficazes ou não para o grupo. É estabelecida uma relação de poder que prioriza a execução dos programas e projetos específicos de acordo com a linha de investimento disponível no recurso financeiro e de acordo com prazos de liberação orçamentária.

Tabela 2 – Programas Sociais e agências financiadoras

TIPOS DE PROGRAMAS	OBJETIVOS	AGÊNCIAS FINANCIADORAS /LINHAS DE CRÉDITO
Agroamigo	Criado em 2005, o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Programa consiste na concessão de financiamento de crédito para área rural, adotando metodologia própria para cada atendimento.	Banco do Brasil
Brasil Quilombola	O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola Decreto 6261/2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas ²⁸	MDS/INCRA/SEPP IR
Pronaf	O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país.	Banco do Brasil/Banco da Amazônia ²⁹ / INCRA
Bolsa Família	É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. ³⁰	
Bolsa Verde	O Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como Bolsa Verde, é um programa de transferência de renda do Governo Federal, instituído pela Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011 e regulamentado pelo Decreto nº7.572, de 28 de setembro de 2011.	Caixa Econômica

Fonte: Teles, 2017

Freqüentemente, o formato desses programas ainda está inserido dentro de uma hierarquização de consumidores de recursos financeiros, que corre o risco de classificar quem pode receber e quem não pode receber determinadas assistências.

Para Polanyi essa lógica imanente na tradição dos economistas clássicos, que torna irrelevante qualquer interesse na cultura do homem “não-civilizado”, ocupou-se de exageros, principalmente na “esfera econômica”. Destaca o autor:

²⁸Eixo 1: Acesso a Terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural; Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social; Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades; Eixo 4: Direitos e Cidadania - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos. (<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>).

²⁹ Depende dos bancos que trabalha com as linhas de financiamento

³⁰ <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas **históricas e antropológicas é que a economia do homem**, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, **ele age assim para salvaguardar sua situação social**, suas exigências sociais, seu patrimônio social. (POLANYI, 2000, p. 65, grifo meu)

Dessa forma, o autor apresenta o debate dando a possibilidade de perceber a importância de ser levado em consideração a situação social de cada grupo social, argumentando que:

Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. **Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens**. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o **sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas**. (POLANYI, 2000, p. 65, grifo meu)

Assim, pensar as linhas de financiamento com base em critérios movido por uma produção de grande escala a partir do estabelecimento de taxa de juros para recursos financiados em longo prazo acaba sendo contraditório considerando as relações sociais construídas, fato que se observa no quilombo Filipa.

Os programas que são apresentados pelo Estado justificam a sua intervenção, pois estabelece o esquema de acesso aos créditos que são disponibilizados por cada programa, daí surge a proposta de fazer com que as comunidades sejam “beneficiadas” no sentido de terem melhorias na qualidade de vida e geração de renda e para isto incluídas em várias categorias de classificação. O IMVF, com atuação no Brasil desde 2001³¹, este órgão internacional está dentro da Filipa e exerce controle no sentido de apresentar as propostas dentro de um planejamento externo ao campo de ação.

Esse poder é intermediado por instituições como a ACONERUQ entidade representativa que assume a postura de unidade mobilizadora pelos direitos étnicos e que segue os critérios dessas instituições dando relevância e criando diálogos isolados com os órgãos interventoras.

³¹Ao atuar no Brasil desde 2001, o IMVF é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento –ONGD, localizado em Lisboa-Portugal, centra a sua intervenção na promoção dos Direitos Humanos junto de comunidades vulneráveis no Brasil, como os Quilombolas, promovendo a valorização da sua cultura e a inserção dos produtos produzidos por estas comunidades no mercado brasileiro. (<http://www.imvf.org/index.php?noticia=1750>)

Quando essas comunidades são inseridas nesses projetos elas não são pensadas como comunidades quilombolas, mas como comunidades pobres, que vivem no meio rural. Essa classificação é seguida por todos os projetos, visto que na prática as instituições estão preparadas e voltadas para atender as chamadas “comunidades pobres”.

Com base nesta questão lanço mão de algumas reflexões de Thompson no estudo intitulado *Economia Moral da Multidão Inglesa no século XVIII*. Em que o autor descreve sobre os motins de fome e da ação da multidão na Inglaterra do século XVIII, alertando para o perigo da “visão espasmódica” que retrata a “gente comum” como apenas reagindo a estímulos, no que se chamou de “rebeliões do estômago” (THOMPSON, 1998, p. 149). Notadamente, o historiador demonstra a trajetória do conceito de economia moral dos pobres, buscando pensar os motins da fome na Inglaterra no século XVIII. O objetivo foi contestar uma “visão redutora do homem econômico”, fazendo um alerta ao termo “motim”:

Essa simples palavra de cinco letras é capaz de encobrir o que pode ser descrito como uma visão espasmódica da história popular. Segundo essa visão, dificilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intromete ocasional e espasmodicamente na cena histórica em períodos de repentina perturbação social. Essas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou auto ativas: não passam de reações aos estímulos econômicos. Basta mencionar uma colheita malograda ou uma tendência de baixa no mercado e todos os requisitos da explicação histórica são satisfeitos. (THOMPSON 1998, p. 150)

Uma visão espasmódica que reflete apenas de modo superficial as informações que esses grupos mesmo revelam em que a linha de análise flui assim: elementar – instintivo – fome. A esse respeito Thompson acrescenta que:

Contra essa visão espasmódica oponho minha própria visão. É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deficiência. (THOMPSON, 1998, p. 152).

Neste texto, Thompson observa que os conflitos populares por pão que aconteceu na Inglaterra no século XVIII não estavam baseados no problema da fome como era considerado, mas era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros.

Temos assim, uma grande contribuição de Thompson, pois o mesmo observa que certamente é verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus

procedimentos dos comerciantes ou pela fome, por outro lado as queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. (THOMPSON, 1998, p. 152).

Trazer teoricamente esses argumentos para o contexto social sobre o quilombo Filipa permite compreender a visão dominante que continuamente vai tentando estabelecer determinados “costume” (THOMPSON, 1998) que são presentes nas relações de trabalho da sociedade capitalista, e que vão se revelando nos próprios *projetos econômicos*. Essa situação possibilita compreender que as políticas governamentais em sua discussão sobre o combate à pobreza são transformadas em essencial na vida social do grupo o que acaba sendo uma concepção contraditória que subverte a real situação do grupo.

Quando abordo os projetos econômicos, categoricamente dialogando com a realidade do quilombo Filipa, a tentativa é esclarecer como o grupo étnico passando por um processo de autodefinição tem competência para uma discussão sobre o que realmente representa suas reivindicações. Novamente, Thompson (1998) na sua notável análise considera supérfluo observar nessas relações apenas o lado econômico da questão sem, contudo, aprofundar na questão social.

Ainda intenta-se problematizar que o grupo social, entra no formato dos projetos econômicos ou estes sofrem interferência do modo próprio do grupo? Desde esse prisma, ocorre a (des) politização desses grupos ou uma (des) mobilização desses grupos frente às lutas pelo seu reconhecimento de fato e titulação de suas terras?

Nesta perspectiva, o processo de desenvolvimento que foi implantado na Filipa, com base na implementação de políticas que se consolidou através dos projetos econômicos, aconteceu sem uma relação direta com as demandas que esse grupo social apresentava. Visaram atender propostas que apresentavam subprojetos resultados de um planejamento distante da realidade concreta nos quais iria ser aplicado na Filipa. Com isso as relações que foram sendo criadas com os agentes sociais da Filipa de 2004, ano que recebeu a certificação até 2017 estão baseados em políticas assistencialistas que não correspondem as demandas internas e não correspondem à realidade do grupo social Filipa levando em consideração suas características próprias.

Continuando o processo de discussão no capítulo seguinte discorro sobre a relação do quilombo Filipa com o Estado, mostrando a linguagem construída pelos agentes sociais.

3 A LINGUAGEM DO QUILOMBO FILIPA COM O ESTADO: “Agora como território aí ela se torna maior”

Filipa despertou para a organização e não se voltou para a regularização do seu território (Justo Evangelista da Conceição)

Neste capítulo buscaremos evidenciar o território quilombola da Filipa, a partir da noção de “Terras Tradicionalmente ocupadas” que “expressam uma diversidade de formas de existencia coletiva de diferentes povos e grupos sociais e suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2008, p. 25) e apontar os planos de relações sociais com outras comunidades.

Filipa reivindica a titulação do seu território. O quilombo Filipa elabora uma política identitária manifesta nas diversas formas de relações sociais e de pertencimento. A discussão toma como base as narrativas dos agentes sociais que descrevem elementos que constituem a formação histórica da Filipa, evidenciam o uso tradicional da terra de acordo com os costumes e a tradição. O território além de permitir a segurança para as gerações futuras, torna-se ainda a força de construção sócio cultural e econômica.

Neste sentido, a construção deste capítulo perpassa os limites da Filipa, buscando assim percorrer as relações sociais mantidas com outros grupos que não fizeram deste quilombo uma vida social isolada, tanto no aspecto econômico como no sentido social; descreve os modos de apropriação e usos da terra pelo plantio, as habilidades e formas de organização manifestadas através das unidades de produção presentes no domínio social do quilombo Filipa.

A partir do estudo, estarei descrevendo como que no plano das relações sociais a territorialidade é manifestada, através das práticas como uso comum das terras, as festas religiosas, a relação com as comunidades que fazem limites com a Filipa, de modo a demonstrar os elementos de coesão social entre as comunidades.

Parti das concepções dos agentes sociais fora da Filipa e dialoguei com alguns autores que apresentam a interpretação sobre o artigo 68 e o decreto 4887/2003; aponto elementos que foram acionados para o processo de reconhecimento da Filipa como quilombo tendo como base o RTID, uma das peças para elaboração do relatório antropológico. Em seguida apontarei a relação da Filipa com o quilombo Brasilina e Santa Rosa dos Pretos e busco perceber o modo como as comunidades definem a visão social da Filipa e como a própria Filipa compreende o seu território.

3.1 Artigo 68 e Decreto 4.887/2003: a reivindicação formal como um quilombo

Dentro de um contexto mais amplo a relação dos quilombos com o Estado é constituída juridicamente por diversas demandas que se configura em direitos outrora negados pelo próprio Estado a esses povos e comunidades tradicionais. A discussão gira em torno do processo da reconhecimento e delimitação das terras ocupadas por esses povos.

Neste sentido, sob o reflexo das mobilizações dos movimentos negros, passa a fazer parte das políticas pública no Brasil as questões referentes aos quilombos. A Constituição Federal de 1988 inclui, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), norma que categoricamente estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos”. Nesse primeiro momento de estudo a questão jurídica sobre “quilombos” é fundamental.

A materialidade da lei no que se refere ao reconhecimento dos grupos étnicos, formalizado por meio do acesso ao processo de regularização de seus territórios permite uma ruptura formal com o campo de poder que tenta limitar o acesso a debates acerca dos direitos étnicos.

Nesta “nova” perspectiva os grupos sociais passaram a se organizar para concretização desses direitos. Assim a auto definição instrumentaliza essa demanda, revelando as concepções dos grupos sociais, o que deve impactar concretamente na forma de pensar as políticas assistencialista direcionadas para esses grupos, visto que se trata de outra “linguagem”, é uma situação social diferente é na verdade uma “ruptura eurocêntrica”

Assim nas situações sociais encontradas no domínio desse grupo deve haver uma constante reflexão, uma luta em sair de um campo e adentrar em outro. Essa sensação passou a ser construída a partir dos estudos teóricos e também da pratica de campo, ou seja, das visitas no quilombo Filipa e da participação na Mesa quilombola, conforme dito anteriormente. Foram situações de campo que foi possível perceber as temáticas abordadas e que giram em torno das discussões sobre a legitimidade nas ações de luta pelo reconhecimento de seus territórios.

Juridicamente a concepção de direito é uma concepção que gera garantias, assim é importante direcionar essas ferramentas jurídicas para os grupos que buscam ter seus direitos reconhecidos juridicamente. O artigo 68, que também é uma forma de intervenção do Estado, é um instrumento jurídico, tendo sido regulamentada pelo Decreto nº 4.887/2003, que conseqüentemente revogou o Decreto nº 3.912/2001. Este decreto conseguiu de fato fazer com que as questões relacionadas aos povos e comunidades tradicionais se tornassem instrumento

de discussão nas pautas dos poderes executivos, legislativo e judiciário. Assim esses povos passaram a construir uma linguagem com o Estado a partir das suas reivindicações pelo reconhecimento de seus territórios.

Esse decreto garante uma série de direitos, através da definição de como as terras são demarcadas. De acordo com o decreto os quilombos são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria dotada de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (art. 2º). Essa construção jurídica visa além da garantia da titulação da terra, preservar os saberes, pois o território e a terra é vida que cria possibilidades para que os quilombos possam construir novos saberes que são transmitidos inter e intrageracionalmente.

Diversas normas foram sendo criadas com o objetivo de dar efetividade ao referido decreto. Interessa destacar a portaria nº98/2007 da Fundação Cultural Palmares (FCP)³² e a Instrução Normativa nº 57/2009, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³³. Esta conquista encontra-se em sintonia com a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que traduz as reivindicações das comunidades quilombolas.

Entretanto, neste campo jurídico, vão surgindo posteriormente as tensões para a interpretação do decreto 4.887/2003 e estabelecendo-se as disputas judiciais em curso no judiciário com destaque para Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 3239, sendo um objeto de questionamento do DEM antigo Partido da Frente Liberal PFL. Como observa Almeida:

Sucedem-se os artefatos jurídicos que buscam interditar a aplicação do dispositivo constitucional, visando procrastinar indefinidamente seus efeitos. Mesmo que, no momento atual, o poder de quem difere as normas já não pareça tão forte como no final dos anos 80, constata-se a persistência de polêmicas jurídicas “intermináveis” (auto-regulamentação, decretos, ações de inconstitucionalidade). Tudo parece gravitar em torno das normas, como se eles determinassem a dinâmica da vida social nas comunidades quilombolas (ALMEIDA, 2011, p.10).

A tentativa de apagar a história de violência contra os grupos étnicos tem se estendido por meio das reformas que se apresentam no cenário da política brasileira que visa reprimir e limitar o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas. A temporalidade com

³²Foi instituída em 26 de novembro com finalidade de criar Cadastro de Remanescente das Comunidades dos Quilombos e elencar os procedimentos para emissão da certidão de autodefinição.

³³ Estabeleceu os procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinvasão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

que as normas jurídicas circulam como processo de regularização fundiária das terras quilombolas é uma tarefa complexa e não correspondem ao interesse das comunidades quilombolas. As instruções normativas que já foram elaboradas são reflexo das constantes mudanças que ocorre na política de regularização fundiária, ou seja, para cada publicação de nova instrução normativa há um retrocesso no processo de regularização e reconhecimento das terras dos territórios quilombola. Depreende-se que as Instruções Normativas é um tipo de linguagem que o Estado utiliza para permitir a flexibilização dos procedimentos que sofrem influência de interesses conservadores. Destarte, além de se ter uma variação na publicação de cada IN, o conteúdo assume tendências para um perfil mais jurídico como a IN 57.

O decreto 759/2016³⁴ é exemplo do processo de desregularização fundiária sendo uma ofensiva conservadora liberal contra os povos e comunidades tradicionais que demanda o reconhecimento de suas terras.

Assim, nas diversas ações promovidas pelo Estado fica evidente que o objetivo é estabelecer para os grupos étnicos um processo de “inclusão social” com base em um resgate de situações sociais e econômicas que de fato se apresenta como um processo de compensação a esses grupos, o que Bourdieu aponta em seus escritos no *Curso de 18 de Janeiro de 1990*, descrevendo que:

[...] Há uma política reconhecida como legítima, porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada. Esses atos políticos legítimos devem sua eficácia a sua legitimidade e a crença na existência do princípio que os fundamenta (BURDIEU, 2014, p. 47)

Porém, os grupos étnicos estão sempre disputando e lutando por questões de interesse que envolve a demarcação e titulação de suas terras. Entretanto categoricamente se pensa o isolamento desses grupos e, conseqüentemente, implementa-se um diálogo baseado na concepção desenvolvimentista de discursos e enunciados convergentes. Foucault (2008) apresenta a propósito o argumento seguinte:

[...] noções de desenvolvimento e de evolução: elas permitem reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos; relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador; submetê-los ao poder exemplar da vida (com seus jogos de adaptação, sua capacidade de inovação, a incessante correlação de seus diferentes elementos, seus sistemas de assimilação e de trocas); descobrir, já atuantes em cada começo, um

³⁴ Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. (<http://www2.camara.leg.br>).

princípio de coerência e o esboço de uma unidade futura; controlar o tempo por uma relação continuamente reversível entre uma origem e um termo jamais determinados, sempre atuantes (FOUCAULT, 2008, p. 24) .

Nas noções “desenvolvimento” ou “evolução” de um determinado contexto étnico emerge o argumento etnocêntrico que não leva em consideração as especificidades do grupo social enquanto grupo étnico que apresentam cultura, costumes, danças, crenças, sentimentos manifestados na relação direta com a terra.

Voltando para a relação entre a Filipa e o Estado, pode ser entendido a partir da transformação do Entroncamento em assentamento no ano de 1987 através da portaria nº 052 de 19 de janeiro de 1987. Entre as oito comunidades que foram incluídas no assentamento, Filipa e Outeiro foram as únicas que não permitiram ser loteadas. Esse processo de demarcação das terras a partir da reforma agrária surge como uma forma de estancar os conflitos que estavam acontecendo naquela área em meados da década de 50 a 70.

Quando identificamos a existência de conflitos na região de Itapecuru-Mirim que implicou na criação do PA entroncamento, procuramos apresentar uma perspectiva histórica a década 50, momento em que no Maranhão, os conflitos ganharam vultosa dimensão. Para tanto, a pesquisa se apropria de matéria publicada pelo Jornal *Tribuna do Povo* dirigido por Maria Aragão que descreve como aconteciam esses conflitos em áreas do interior de Itapecuru-Mirim, nas proximidades da Filipa, daí em diante foram este tipo de violência e intervenções que foi assumindo formas diferentes de se manifestar, entretanto apresentando as mesmas características de uma sociedade colonizadora e dominadora sobre o controle de Oligarquias.

Nesta configuração, o município de Itapecuru-Mirim foi marcado por conflitos entre os latifundiários e os camponeses. O jornal *Tribuna do Povo* dedicou espaço ao movimento das comunidades acompanhando os conflitos agrários no Estado do Maranhão.

A reportagem de 03 de julho de 1954 publica matéria apresentando situações de conflitos nas comunidades de São Francisco e Santa Rosa no município de Itapecuru-Mirim. A edição do *Jornal Tribuna do Povo* apresentou como destaque o título “**Município de Itapecuru Teatro de Pânico e Terror Policial**”. Na notícia os agentes envolvidos eram um fiscal de Estatística, um cabo da polícia, considerados agentes utilizados por Eugenio Barros na coerção dos povoados localizados na área e cerca de 60 famílias camponesas agredidas ou ameaçadas pelos ditos “*Lumpens*”.

Na primeira edição do *Tribuna do Povo*, o jornal escreve: “há vez por outra, se ocupa de violência ocorridas no município de Itapecuru-Mirim, como sempre provocada por agentes do governo” (*Tribuna do Povo*, Nº 405 de 03 de julho de 1954). O jornal fazia uma

crítica ao governo o qual apoiava a violência no interior de Itapecuru, assim, denunciava constantemente a “grilagem de terras” cometidas pelos fazendeiros no município. As ações dos conflitos eram promovidas por agentes que estavam a serviço do governador Eugenio Barros, o texto da reportagem confirma:

Mas, toda a brutalidade que se passa **dentro da cidade** representa uma gota d’água num oceano, em relação ao que sucede com os camponeses no interior do município. Todos se lembram que ainda das refregas que o sindicato daqueles camponeses travam contra os **agentes do governo**, difundindo seus associados que mesmo com a intervenção da polícia, os lavradores fizeram ser respeitadas as suas reivindicações (**Tribuna do Povo**, Nº 405, 1954).

Essa questão é também abordada por Almeida no livro “**Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. Um estudo sobre as reformas de organização dos trabalhadores rurais de 1950 a 1980. História e documentos**”. Almeida (2015, p. 53) afirma que “As associações, ao encaminharem as reivindicações pela reforma agrária democrática e ao se posicionarem na cena política tentavam romper simultaneamente com as bases da dominação dos grandes proprietários.”

O autor faz uma abordagem do contexto social no interior do Maranhão entre 50 e 80, marcado por conflitos e que o município de Itapecuru estava imerso nesse tipo de dominação. Neste contexto a obra apresenta as situações sociais que levaram os sindicatos dos trabalhadores rurais no Maranhão a se organizar e mobilizar frente aos dominadores latifundiários, demonstrando “ao mesmo tempo outras Associações, que haviam sido fundadas...eram reconhecidas como de utilidade pública” (ALMEIDA, 2015, p. 40). Destacando a campanha “lançada pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão-A.T.A.M. de expandir o movimento e criar novas Associações no interior do Maranhão.” (ALMEIDA, 2015, p. 40).

Com base nesta convocação a Associação dos Trabalhadores Agrícola de Itapecuru (ATAI) foi fundada em 04.05.1958, “cujo ato contou com a presença de várias dezenas de lacradores deste município, de dirigentes sindicais e do presidente da Associação” (**Tribuna do Povo**, Nº 161 de 10.05.1958).

Essas lutas eram denunciadas em matéria publicada no *Jornal Tribuna do Povo*, e através das narrativas mostrava que havia no interior de Itapecuru um homem por nome “Ananias Ferreira da Silva” que residia no lugarejo São Francisco. O jornal denunciava a forma violenta e agressiva como os moradores dessas localidades eram tratados, apresentando à origem dessas ações, em matéria publicada sob o título “**O Roubo de Terras em Itapecuru, a**

causa das violências policiais ” (**Tribuna do Povo**, Nº 161 de 10.05.1958, grifo meu), o veículo de comunicação mostrou toda problemática a qual estava vivendo as comunidades, conforme faz destaque em reportagem como apontado a seguir:

Ananias Ferreira da Silva, cuja afeição para o crime já trouxera do berço. Mas não é desses criminosos que tinha a coragem de pessoalmente executar: precisava de alguém que aplique o remédio saído do seu cérebro doentio tendo ido para ali de “encomenda”, se esforçou até conseguir alguém que seguisse condicionadamente sua ordem. Arranjou o cabo da força pública do Estado, de nome José. Dotado de uma formação de “lumpen” perseguidor na mais alta expressão da palavra, enfim, assaltador, o agente do Sr. Eugenio Barros encontrou a ‘tampa que deu na sua panela’. Daí em diante Ananias agente de estatística e Jose Luiz atuando no Posto Fiscal daquela localidade passaram a dominar completamente o lugar, espalhando o pânico e o terror” (**Tribuna do Povo**, 1954).

O jornal fazia a denúncia da violência e das injustiças praticadas por agentes que eram ligados ao governo e que esse mesmo governo acobertava. Daí em outra reportagem da edição do Jornal Tribuna do Povo com o título *“A política Apóia o Assalto”* (Tribuna do Povo, Nº 155 de 06.03.1958, grifo meu) mostra que o próprio governador Eugenio Barros era quem empregava essa política dominante, considerados os ladrões de terras dos camponeses usavam a violência, contavam sempre com o apoio da polícia. Este contexto de conflitos os camponeses procuram se organizar em associação para discutir e debater medidas que pudessem garantir a defesa de seus direitos.

Nesse contexto, não apenas São Francisco e Santa Rosa, comunidades de Itapecuru, sentiram esse poder que colocava pânico entre os camponeses. Isso foi estendendo para os outros povoados e explica a necessidade da demanda pelos movimentos negros e pelo sindicato dos trabalhadores rurais em inserir grande parte dos povoados no assentamento do Entroncamento na década de 80. O que resultou que a comunidade Filipa acabou sendo inserida neste programa de reforma agrária e conseqüentemente passou a ter concessões para adentrar nas políticas públicas dos chamados programas assistencialistas.

Isso mostra as relações antagônicas que tem sido construída no contexto social desses grupos e no início do século XX e no começo do século XXI essas formas vão tomando outros rumos e outros formatos, porém com o mesmo sentido. Logo, toda essa situação antagônica foi assumindo linguagens diferenciadas.

A violência a qual as associações empenharam-se tão veemente em reduzir tem novas manifestações. Na contemporaneidade este contexto social tem sua continuidade através das empresas de agronegócio que se instalaram nas proximidades das comunidades, principalmente próxima ao quilombo Filipa como exemplo interessa apontar a empresa Camil

Alimentos. A violência vai tomando outro formato e se configura pela cooptação que acontece junto aos moradores dessas áreas, o que corresponde à própria lógica do modelo econômico que contribui para configuração de uma apatia em relação as lutas que outrora foram travadas insistentemente.

Filipa, no contexto de mobilização pela reconhecimento da terra, é inserida no projeto de assentamento do Entroncamento no ano de 1987. Nesta etapa, é importante destacar que as terras já eram ocupadas de forma tradicional pelos agentes sociais. Tal ligação vai se manifestando através de solidariedade, de parentesco e econômicos, com base no trabalho familiar investido sobre os recursos naturais.

Almeida (2011) nos lembra que as mobilizações quilombolas passaram a fazer parte de um contexto de reflexão e foi o Projeto Vida de Negro -PVN um lugar de debate. O projeto aconteceu através dos trabalhos de mapeamento social dessas referidas comunidades, em 1988, período em que as “*Comunidades Negras Rurais*” lutavam pelos seus direitos e garantia de terra. Conforme as atividades desenvolvidas no PVN os pesquisadores visitaram diversos povoados coletando informações sendo que “centenas de povoados foram alcançados nos anos que sucederam imediatamente à promulgação da Constituição de 1988 e o PVN se tornou um dos mais destacados agentes na propagação dos direitos étnicos e territoriais” (ALMEIDA, 2011, p. 149).

Todavia, os procedimentos convencionais levantados sobre as comunidades passaram por rupturas. Embora, tais práticas possibilitassem a ocorrência de três rupturas simultâneas com procedimentos militantes até então convencionais, nos levantamentos de dados relativos a essas comunidades. Sendo que essas três rupturas foram categoricamente pensadas com base no contexto próprio dos grupos étnicos,

A primeira clivagem consistiu na orientação de registrar os termos e expressões de autoatribuição de que os próprios agentes sociais faziam uso na vida cotidiana, seja para designar suas relações com as terras em que habitavam e cultivavam, seja para se autodenominarem, rompendo com as identificações e o significado das classificações historicamente impostas. A segunda ruptura consistiu em destacar os componentes intrínsecos das situações levantadas, considerando que, em torno de um conflito singular e localizado, colocavam-se em jogo forças políticas de caráter nacional, que influíam nas próprias estratégias do Estado. A universalidade de relações de conflito, em face das formas de mobilização específicas, constituía um recurso para se pensar aquelas mencionadas comunidades, escapando das autoevidências e da ilusão de “isolamento”. Os fatores intrínsecos foram interpretados, neste sentido, como relacionais. O terceiro rompimento consistiu em compreender que os próprios agentes sociais contatados, mais que os mediadores inicialmente escolhidos, tinham proposições concretas a respeito das territorialidades específicas onde eram realizadas suas ações de reprodução física e cultural. De certo modo, a autodefinição já era levada em conta, tanto na denominação das territorialidades específicas, assinaladas como terras de preto, terras de índio, terras

de caboclos, terras de santo, terras de santa, terra comum e suas variações, quanto na própria maneira como os agentes se investiam de identidades coletivas e contrastantes frente aos aparatos de Estado. (ALMEIDA, 2011, p. 150)

Com estas palavras, o autor apresenta não somente uma ruptura com o contexto positivista, mas apresenta a capacidade desses grupos em pensar por dentro e por fora, percebendo o contexto social em que estão inseridos, buscando assim a concretização de políticas que possam atender suas demandas e distintas formas de organização.

Neste interregno, Filipa participa desta dinâmica mobilizando-se através da constituição da “Associação São Sebastião dos Produtores do Quilombo de Filipa”, criada em 1989. Assim, pensar a Filipa inserida no PA Entroncamento revela-se como uma estratégia necessária e ação em que a inclusão deste direito era uma possibilidade de não ter suas terras expropriadas em favor dos grandes latifundiários. Neste momento político, os movimentos sociais aproveitaram para ter garantia à terra e o processo de reforma agrária se constituiu em oportunidade. Silva (2005, p. 75) argumenta que “[...] o I PNRA, foi constituído de uma série de pontos que convergiam para algumas proposições do movimento sindical. Destacava-se, dentre eles, a política de assentamento mediante a desapropriação por interesse social.”

Desta feita, a criação do assentamento ocorreu “no contexto da implementação do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA” (SILVA, 2005, p. 73). Motivado pelos movimentos sociais, neste contexto Filipa integra o Projeto de Assentamento do Entroncamento. Silva acrescenta detalhes dessa decisão:

O I PNRA foi apresentado pelo presidente José Sarney e sua equipe de ministros, no IV Congresso da CONTAG, o qual teve como tema: “Reforma Agrária para acabar com a fome e desemprego no campo e na cidade”, cujo ato foi interpretado como a busca de uma legitimação do governo no seio do campo sindical. (SILVA, 2005, p.75)

A esse respeito, é importante destacar que para a Filipa foram destinados 429,5272 hectares, essa foi a quantidade de terras distribuídas no assentamento do INCRA referente a divisão entre 25 famílias que moravam na localidade na época da reforma. Somente após a Filipa se tornar uma área assentada, juridicamente reconhecida, foi que começou a ter à garantia de direitos que foram sendo convertido em demandas sociais ligados a atividades econômicas e que tinham como objeto principal a geração de renda de modo a fazer da Filipa um ambiente que conseguiria alcançar a participação em políticas assistenciais.

A busca pelo reconhecimento e titulação de suas terras consta em documentos no INCRA. Em 19 de julho de 2004, na ordem de serviço nº 52/2004 é constituída Comissão Técnica integrada para a execução dos trabalhos de Identificação, Reconhecimento,

Delimitação e Titulação das terras ocupadas por comunidades remanescente de quilombo. No caso do quilombo Filipa, de acordo com as orientações contidas na IN/INCRA/Nº 16 de 24 de março de 2004, através do documento MEMO/INCRA/SR/12 datado em 27/09/2004 a Filipa passa a ter processo constituído o Relatório Técnico de Identificação e Reconhecimento – RTID.

Na perspectiva do INCRA, Filipa é um imóvel rural, o RTID a descreve como um modulo rural, apresentando a Estrutura Fundiária e situação dos imóveis rurais, conforme o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR³⁵ do INCRA que aponta o perfil da estrutura fundiária local. Destaca-se que a territorialidade da Filipa³⁶ é constituída por vários elementos que foram sendo acionados pelo grupo étnico e que expressam uma relação próxima com a terra a partir da sua ancestralidade e são perceptíveis nas relações sociais apresentadas no dia a dia.

A linguagem da Filipa vai se constituindo dentro dessas normas jurídicas que enquadram as reivindicações dos agentes sociais. A certificação é quando a comunidade se “auto-declara”, não há quem indica quem é quilombola e quem não é, são as comunidades quilombola que relatam como ela vive, como reproduz a cultura de todos os antepassados, como ela se organiza economicamente.

O decreto 4.887/2003 que é uma musculatura intensa do artigo 68, é o principal marco legal extraordinário para construção de direitos territoriais e étnicos, situa um processo que materializa a linguagem das comunidades quilombolas. Nele constam as atribuições e requisitos legais que são designadas para o processo de titulação das terras quilombolas. Isso acontece no primeiro ato de auto-reconhecimento, através de uma certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares-FCP.

Então ao ficar sabendo do artigo 68 por meio do movimento negro, do sindicato dos trabalhadores rurais, intermediado pela Associação São Sebastião dos Produtores Rurais do Povoado Filipa, através de reunião, os agentes sociais buscaram nos órgãos competentes a certidão de auto-reconhecimento, conforme conversa com dona Nielza. Esse ato tem como principal objetivo a titulação e reconhecimento do seu território. Com isso a FCP³⁷ em 10 de novembro de 2004 emitiu certificado a Comunidade Filipa como Remanescente das Comunidades dos Quilombos.

³⁵ Criado pela Lei 5.868, de 12 dezembro de 1972, mantido e gerenciado pelo INCRA.

³⁶ Segundo Almeida (2008, p. 133) A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob a acepção corrente de “terra comum”.

³⁷ Conforme Certidão de Auto-reconhecimento o livro de Cadastro Geral nº002, Registro n. 100, F.05, nos termos do decreto 4.887/2003. Portaria interna da FCP nº 06 de 01 de Março de 2004.

A reivindicação perante os órgãos obrigatoriamente segue alguns critérios, o processo acontece com a elaboração do RTID, acompanhado da Certidão da Fundação cultural Palmares e por último a peça técnica principal o relatório antropológico, peça que formaliza a titulação das terras quilombolas.

Cabe destacar que após treze anos de elaboração do RTID, somente em fevereiro de 2017, o INCRA voltou a mencionou o quilombo Filipa, isso porque passou por um processo de cobrança das entidades representativas que participam da Mesa quilombola em que os técnicos apresentaram que e uma das comunidades que falta elaboração do relatório antropológico.

Dando prosseguimento ao estudo, no próximo tópico a discussão sobre a formação territorial do quilombo Filipa perpassa a idéia formal de quilombo. A análise será desenvolvida com base na concepção de *dentro e de fora* da Filipa, ressaltando seus interesses, as relações que foram construídas com outras comunidades que tem sua própria concepção de direitos territoriais e culturais.

3.2 As narrativas de dona Nielza: “hoje só resta o interesse por todo lado”

O respeito o povo perdeu. O amor se acabou A vergonha morreu queimada. O Cuidado morreu afogado. E o hoje só resta o interesse por todo lado. (NIELZA, 2016)

Maria Filipa Ferreira, ex escrava alforriada, não é encontrada na história oficial do município de Itapecuru-Mirim, muitos pesquisadores chamam “Felipa”, mas dona Nielza contra argumenta dizendo “*olha vou pedir licença, mas tem um erro que não me agrada, o correto é Filipa, com ‘i’ “.Filipa era conhecida pelos vizinhos como “negra veia” ou a “ veia Filipa”*. Seus descendentes deram continuidade ao que já havia sido estabelecido por Filipa pela relação com a terra, de uso comum e coletivo.

Com base nas narrativas de dona Nielza, a mesma enfatiza que “*Filipa é nossa terra, minha bisavó Maria Filipa Ferreira ela era uma ex-escrava, por isso somos um quilombo, veio para cá com Marcos, e aqui estamos.*”(Nielza, 2016). A terra e permanência dos descendentes de Filipa no mesmo local que Maria Filipa encontrou para viver sua liberdade juntamente com o seu filho Marcos representa a construção de relações sociais organizada na forma coletiva.

Maria Filipa, se apresenta como uma força de trabalho livre:

[...] unidade familiar que suporta um sistema produtivo específico, que vai conduzir ao acampesamento ou a unidades de trabalho familiar autônomas economicamente em virtude do processo de desagregação das fazendas de algodão e cana de açúcar e com a decorrente diminuição do poder de coerção dos grandes proprietários territoriais. (ALMEIDA, 2011, p. 62)

Confere-se uma unidade de significados. Dessa forma, para dona Nielza, a reivindicação está ancorada na relação, pois sua bisavó Filipa construiu as terras que passou a viver. Afirma ainda que *“depois eles foram desbravando matos e buscando um local mais distante do rio Itapecuru, encontraram uma terra boa, rica em caça”* (Nielza, 2016). Antes era conhecido como “Sítio da Filipa”, depois “Morro da Filipa” “Barriguda”, pois as terras ficam entre morros e por fim eles definiram apenas como “Filipa”. Dona Nielza (2016) conta um pouco como era a vida na Filipa:

[...] aqui antes a gente passava muita dificuldade na estrada, tinha muita lama nosso caminho saia perto do rio [...] eu quando atravessa a estrada ficava com uma lama que era difícil para sair do pé. A Filipa sempre foi distante da BR comércio aqui não tinha, meu Pai Sr. Hipólito tinha uma mente boa, ele sabia fazer uma conta rápido, ele ia na cidade em Itapecuru para fazer compra e aqui todo mundo confiava nele para comprar as mercadorias, ele sabia direitinho de quem era as compras

Desse modo, a construção da relação com o território aconteceu com base em firmar naquela localidade um ambiente livre distante dos alicerces da casa grande (ALMEIDA, 2011). Isto fez da Filipa, um quilombo que preservou os saberes e conhecimentos existentes na localidade, tornando-se assim um ambiente de acontecimentos, de autonomia e de significados. Entretanto, Almeida (2011) observa que há necessidade de ruptura com geografismos ou interpretações por ela inspirados, como escreve:

O quilombo, em verdade, descarnou-se dos geografismos, tornando-se uma situação social de autonomia, que se afirmou ou fora ou dentro da grande propriedade. Isso muda um pouco aquele parâmetro histórico, arqueológico, de ficar imaginando que o quilombo consiste naquela escavação arqueológica onde há indícios materiais e onde estão as marcas ruinfornas da ancianidade da ocupação (ALMEIDA, 2011, p. 69)

A noção de quilombo surge suscitando elementos como a identidade étnica, a autonomia e a relação afetiva com o território. Diante disso, dona Nielza, conta que *“as terras da Filipa já foi alvo de conflitos”*. Os sentimentos expressos pela perda de área do seu território,

para dona Nielza: “*as terras eram dos parentes, não era para ser vendida, todos iam viver aqui*”. Ao contar a situação, dona Nielza expressou um descontentamento.

A questão é que o Sr. Hipólito, neto de Filipa e pai de dona Nielza, tinha outros filhos fora da Filipa. No primeiro casamento teve seis filhos com dona Pertunilha Belfort conhecida como “Pituca” que morava em Santa Rosa dos Pretos. Entre os filhos estava o Sr. Miguel Belfort que por ser o filho mais velho, ficou com procuração sendo responsável direto pelas terras da Filipa. Dona Nielza (2016) fala que “*a gente confiava nele, ele era o mais velho, então não podia vender a nossa terra.*”

A terra estava sob o domínio do Sr. Miguel Belfort, acabou sendo vendida. Belfort vendeu 100 hectares³⁸ para o Sr. José Raimundo Boga França. Segundo dona Nielza a partir desta situação o Sr. Antônio dos Santos³⁹ depois da venda da terra, para evitar conflito com o irmão Miguel Belfort, saiu da Filipa “muito contrariado” (NIELZA 2016).

Essa situação foi apontada por Dona Nielza, que explica que nesse momento passou a existir a mobilização para reivindicar a titulação das terras de Filipa e conseqüentemente a posse dos 100 hectares que foram vendidas pelo o Sr. Miguel Belfort. Havia uma ameaça de se perder as terras, visto que na região são diversas as fazendas e neste sentido há uma luta histórica firmada entre os agentes sociais da Filipa e donos de terras (expropriadores) que vai de encontro com as relações construídas historicamente.

Cabe destacar que esse fato aconteceu justamente na década de 60 momento de conflitos de terras em Itapecuru, as vendas das terras naquela área, como especifica no *Jornal Tribuna do Povo*, denuncia os conflitos na década de 50 e que teve impacto nas décadas posteriores, isso teve repercussão durante todo o período da ditadura militar, pois era também um momento de tensão social.

A reivindicação dos quilombolas para ter de volta o controle dos 100 hectares foi atendida pelo INCRA somente em 1986 em que foi impetrado pelo INCRA um mandato de cancelamento e registro com a ação de desapropriação nº 4.663/86 referente os 100 hectares de terras do imóvel denominado “Felipa” na data de 14.11.1986.

Para o INCRA essa desapropriação era de apenas um modulo rural, mas para a Filipa tinha um significado social, tinha uma função social, como descreve dona Nielza (2016) “*tirar essas terras da gente foi um sofrimento, até hoje o que resta é o interesse por toda parte,*

³⁸Certidão de Imóvel Livro nº 03 – F, Imóvel nº ordem 1.290 Data: 10.09.1962, Circunscrição: Itapecuru-Mirim, Denominação: Morro da Felipa com área de 559,30,00 (quinhentos e cinquenta hectares e trinta ares) (RTID, 2005, p.62)

³⁹O Sr. Antônio dos Santos faleceu no dia 04 de outubro de 2016 aos 90 anos e o corpo foi sepultado na Filipa.

acabou que muitas famílias saíram daqui, isso prejudicou muito, porque depois a terra não ficou mais pro nosso povo”.

Nesta situação após o processo de aquisição dessas terras pelo INCRA, Filipa acabou perdendo novamente, visto que por ter apenas 25 famílias morando na localidade, pois muitas saíram para morar em Itapecuru por conta dos conflitos, as terras foram distribuídas para outra comunidade vizinha, no caso Picos II.

Essa situação é sempre evidenciada na Filipa e apresentada pelos informantes que acabam contestando essa perda de terra e sempre relacionando ao crescimento das famílias, sendo visto como um laço afetivo. O que se observa é uma longa história de resistência, narradas pelos agentes.

Entretanto logo após a elaboração do RTID no ano de 2004, o quilombo Filipa entrou em outras pautas – especificamente das políticas intervencionistas e desenvolvimentistas, o que passou a ser a discussão maior através da implementação dos *projetos econômicos* que tem ocupado um espaço nas discussões do grupo, sobrepondo outras demandas no caso a mobilização junto as instituição pela agilização do processo de regularização fundiária e que se tornou apenas um entre os processos em tramitação no INCRA.

Por vezes as discussões ainda são arrastadas como questão que precisa ser novamente discutido pela comunidade. Após essa desapropriação pelo INCRA, tem-se que em 2005, o quilombo Filipa juntamente com comunidade Brasilina, encaminharam para o INCRA um requerimento formalizado pelas Associações das respectivas comunidades, o documento consta no RTID do quilombo Filipa.

Essa reivindicação é apresentada diante da Comissão Quilombola/INCRA. São reivindicadas duas áreas de terras que ficam localizados entre Filipa e Brasilina, com aproximadamente 1200 ha (mil e duzentos hectares), sendo uma de aproximadamente 1000 ha (mil hectares), pertencente a Fazenda Fortuna (Plopran) de propriedade do Sr. Flavio Barbosa e a outra área de aproximadamente 200 há (duzentos hectares) de propriedade da Sra. Magaly Ferreira da Silva.

No documento consta que essas duas áreas são improdutivas e que por motivo de crescimento do número de famílias as duas comunidades estão demandando-as. O requerimento foi expedido na data de 12 de janeiro de 2005. Esta solicitação integra os documentos anexos ao RTID da Filipa na página 64.

Durante a pesquisa documental foi identificado que a propriedade da Sra. Magaly Ferreira da Silva já se encontra no domínio de outro proprietário, isso foi também identificado pelo Sr. Francisco Xavier. Essa é uma questão muito comum nos processos em que

comunidades quilombolas solicitam a titulação de suas terras, a morosidade leva a novas situações.

Para o Sr. Raimundo Bezerra (2016) “*a Fazenda de Fortuna, é pertencente à família Sarney*” local que tempos atrás havia uma plantação de urucum, criação de peixe e de camarão e que utilizava força de trabalho dos próprios moradores da Filipa como observa o Sr. Ilton Santos (2017) “*Eu cheguei a trabalhar lá na fazenda, passei um tempo na Plopran*”.

Neste sentido, o INCRA em resposta à solicitação encaminhou ofício circular para os Fazendeiros: Flávio Barbosa Lima, Flávio Bezerra Mendes, Magaly Ferreira da Silva, José de Ribamar Lauande Fonseca, José da Paz Barros, Cláudio Nunes Bezerra, para verificação dos limites da área ocupada pela Comunidade Remanescente de Quilombo Filipa e o quilombo Brasilina, que envolve área de propriedade dos mesmos. No documento o INCRA solicita a colaboração dos mesmos na autorização dos procedimentos da área em questão (RTID, 2004).

Interessa destacar que em ofício encaminhado para o INCRA, o Sr. Flavio Barbosa Lima, nomeia o Sr. Jose Romão para responder as solicitações do INCRA. Nesta relação que envolve Filipa e Brasilina existe outra questão, em que na época a solicitação, o Sr. José Romão era funcionário do Sr. Flavio Barbosa e ao mesmo tempo exercia a presidência da Associação da Brasilina, o que é possível perceber uma relação contraditória.

Analisando os documentos anexos ao RTID do quilombo Filipa não consta nos autos nenhuma informação de possíveis respostas e resultados dos fazendeiros à solicitação do órgão de terras. Diante dessa situação dona Nielza lamenta, porque antes ela estava sempre a frente do movimento, “ah antes eu ia para todo lugar, para o INCRA, agora não tenho muita força, isso tem entristecido muito, porque nossos jovens precisam participar mais” (NIELZA, 2017). O Sr. Cecílio relata que “Aqui minha preocupação tem sido com os jovens para (...) participar nas reuniões na Associação comunitária, para eles irem acostumado, saber as coisas que tratada na comunidade”.

Entretanto, dentro deste contexto em que o quilombo Filipa se manifesta mostrando sua posição no campo político vai se revelando seus critérios de pertença. Esses critérios são acionados nas mais diversas práticas desse grupo, como ocorre no tambor de crioula, nos festejos, na roça que é uma pratica que expressa o modo como o grupo social Filipa se organiza economicamente, na forma como a comunidade se organiza para dialogar com o Estado, na produção de farinha, nas relações de solidariedade dentro da comunidade, na forma como a comunidade reza seu festejo, prepara as novenas, como apresenta o tambor de Crioula e como se organiza economicamente.

E o saber se organizar economicamente tem sido uma realidade social que não é considerada junto às instituições que empreendem os projetos econômicos no quilombo Filipa. A sensação é que o tratamento estará sempre acontecendo com uma comunidade negra e que a mesma precisa passar por um processo de “mudança social” ou seja a transformação mais ampla do grupo no todo do seu contexto social, desconsiderando o modo de vida do grupo. Pareceria que não existe no quilombo Filipa nenhuma resistência a mudanças. Entretanto através da organização coletiva é possível encontrar respostas adequadas aos saberes e costumes do grupo que resistem tanto a presença de grandes latifundiários quanto a presença de políticas intervencionistas que não acompanham o modo próprio do grupo se organizar.

Vejamos antes o tambor de Crioula na Filipa. Nessa festa o único instrumento usado era o tambor, mas em 2016 a radiola também passou a fazer parte desta festa, e foi colocado no terreiro. No início os mais velhos, como o Sr. Cecílio e o Sr. Patrício, não estavam a favor, mas conforme as narrativas de dona Nielza (2016):

Ah teve gente que disse que não ia participar, nem cantar nem contribuir, mas depois eles foram se achegando mais e ai todo mundo participou, agora o tambor de crioula tem a radiola, a gente descansa um pouco da dança e liga a radiola, depois a gente volta de novo e assim vai.

Esse se “achegando” é resultado de toda uma discussão, de posicionamento, de contestação, mas todos chegaram a uma mesma concepção. Isso não foi identificado com a forma pela qual o Estado dialoga com o quilombo Filipa.

Destaco ainda que o tambor de Crioula é conhecido como um das festas mais animadas do quilombo Filipa, sendo uma manifestação identitária que “*chama gente de longe*”(Nielza, 2017) . Para dona Nielza esse tempo em que a radiola fica ligada, os visitantes vão se divertindo também, enquanto que os donos da festa preparam a recepção, diz dona Nielza (2016) “*aqui vem muita gente e quem tem que receber somos nós que oferecemos a festa*”. Essa receptividade acontece de forma partilhada todas as casas estão prontas para acolher quem vai participar da festa.

Essa situação é apenas para corroborar que os critérios de pertença estão em constante movimento, uma dinâmica que se apresenta quer no campo político e social, mostrando assim elementos da identidade étnica do grupo, permitindo com que seja manifestada a reivindicação dos agentes sociais da Filipa. Essa manifestação é usada também para receber os visitantes: “*a nossa dança é tudo, aqui a gente se entende, cada passo, o canto,*

tudo, é o que a gente fala...e traz outro povo”(Nielza, 2016), o que singulariza as relações sociais que são estabelecidas enfiçadas na vida social do quilombo.

Outro aspecto levantado na Filipa está relacionado ao “caminho tradicional” uma estrada vicinal que liga o quilombo Filipa à BR 222, e que para os agentes sociais tem um significado, é um caminho de fácil acesso ao quilombo, porém precisa de reparos de infraestrutura. O tempo de políticas desenvolvimentista no quilombo Filipa não permitiu com que fosse garantido esse acesso ao quilombo sem que houvesse conflitos. Dona Raimunda Pinto (2017) explica “*as estradas tudo destruído, aí todo mundo que chega aqui ver, outro dia tavam querendo fechar a estrada, colocar um portão na entrada, bem na entrada, aqui todo mundo se reuniu com os homens e dissemos pra eles que não ia ser aceito*”.

Esta situação está relacionada a um Depósito de Distribuição de Bebidas que foi construído bem ao lado da estrada principal para o quilombo Filipa e outras comunidades. O objetivo dos proprietários do depósito era erguer um portão fechando a entrada, isso porque a estrada corta áreas privadas pertencentes ao dono do depósito. O fundamento de tudo isso seria impedir a movimentação dos moradores da área naquela localidade. Fato explicado por dona Raimunda Pinto argumentando que

Eles queriam abrir uma estrada para sair no entroncamento, veja só, é muito longe, a gente sair daqui com uma pessoa doente, muito longe. Depois eles fizeram aquela curva no começo da estrada, aquele depósito de bebida, parece que foi uma coisa, na primeira vez deu uma chuva que o depósito caiu, até que eles conseguiram fazer ali, mas agora desviaram um pouco a entrada, não era assim não, aquela estrada era de muitos tempos, sempre foi. (Pinto, 2017).

O objetivo assim era interditar toda a área, diminuir e impedir a movimentação dos moradores nas proximidades do Depósito de bebida, isto também pelo fato de que as terras próximas estão sendo loteadas para construção de casas.

Dona Nielza relatou que essa situação foi resolvida e que o dono do depósito desistiu de fazer o portão, isso porque eles foram chamados para uma reunião e os moradores das comunidades onde passa a estrada vicinal não aceitaram essa mudança.

A tentativa de eliminar o “Caminho Tradicional” impacta na vida social do quilombo Filipa, pois este caminho é a única via de acesso com “piçarra” que a torna próxima da BR 222 e próxima de outras comunidades vizinhas. Conforme especifica Dona Raimunda Pinto (2017) “estrada de muitos tempos”, conseqüentemente seria contraditório isso acontecer dentro de um contexto em que instituições públicas buscam promover políticas

desenvolvimentistas como forma de eliminar pobreza e aproximar as comunidades quilombolas ao modelo econômico urbano.

Nesta situação o que se percebe é um território que está relacionado a uma série de outros espaços: sociais, de troca, de cultura, de religião (O'DWYER, 2011, p. 112). Deste modo esse acontecimento afirma o sentimento de pertença na situação em que os agentes sociais definem aonde é o lugar nos quais eles se movimentam e, portanto, não permitem a mudança da rota da estrada.

O que acontece é que há uma tentativa de expulsar os quilombos das áreas próximas as fazendas e o deslocar um “caminho tradicional” é uma versão moderna da cultura da “Casa Grande” dos sucessivos deslocamentos dos seus domínios e da existência do quilombo, como escreve Almeida:

[...] a noção de quilombo se modificou: antes era o que estava fora e precisava vir necessariamente para dentro das grandes propriedades; mas numa situação como a de hoje, trata-se de retirar as famílias de dentro das fazendas, ou seja, expulsá-las da terra. Antes era trazer para dentro do domínio senhorial, esta é que era a lógica jurídica que ilegítimava o quilombo, e hoje é expulsar, botar para fora ou tirar dos limites físicos da grande propriedade (ALMEIDA, 2011, p. 69).

Todavia, a dinâmica do quilombo Filipa em reivindicar a permanência do “caminho tradicional” está relacionada ao sentimento de pertença que foi construído naquele caminho exposto através da narrativa de dona Nielza “a Filipa já viveu outros momentos, a gente sai daqui pela estrada que era só tabatinga, agora tá melhor” ou como o Sr. Cecílio (2016) explica “aqui se reúne muita gente e sai para abater o mato no caminho”. Então, fazer um desvio dessa estrada é de fato retirar a movimentação dos moradores daquela área que concentra grande número de fazendas, entretanto acumula histórias de lutas e identidades.

Essa situação entra em conflito com a geografia, porque não é apenas um espaço fixo, que deve ser deslocado de um lado para o outro, há um confronto também com a própria economia, porque é uma área em que o mercado imobiliário tem adentrado, sendo que de fato é um “lugar imbricado em processos sociais, históricos e de poder” (O'DWYER, 2011, p.114).

A autonomia em não aceitar mudança de um “caminho” está conectada à reivindicação da Filipa pela titulação de suas terras que teve força a partir do artigo 68 e faz surgir toda uma perspectiva de reconhecimento o qual pode ser evidenciado nas práticas cotidianas do quilombo Filipa, mas isso em contradição com a política desenvolvimentistas que

foi implementada no quilombo Filipa, as formas como os agentes sociais lidam com esses programas e como passam a ter efeitos no domínio social.

Neste sentido, de todos os projetos econômicos desenvolvidos no quilombo Filipa nenhum seguiu o modelo planejado, todos sofreram interferência do modo como os agentes sociais se organizam.

No item seguinte, situou os outros agentes ligados socialmente ao quilombo Filipa.

3.3 “Eles” e “Nós”: Para além das instituições interventoras

Quando iniciei a pesquisa de campo, a indagação era basicamente sobre os *projetos econômicos*⁴⁰ implementados no domínio social da Filipa, as perguntas eram baseadas no tipo de projetos, tendo como interventor o Estado e outras instituições não governamentais, isso com base em uma percepção economicista, ou seja, fazendo uso de um análise que se manifestaria para além da organização econômica do quilombo Filipa (economia baseado no cultivo da roça, do extrativismo e da caça). Porém avançando na pesquisa e a partir das entrevistas foram surgindo outras situações sociais que aqui merecem ser argumentadas.

Neste tópico, descrevo como o quilombo Filipa se relaciona com outros grupos sociais. Isto porque compartilham modelos de sociabilidade que vai se manifestando através de normas próprias com base no parentesco, em vizinhança e em afinidade. Neste processo de estudo é ressaltado também os rituais festivos como o tambor de crioula, a festa religiosa de origem católica (o Festejo de São Sebastião) e a festa de *radiola* que é uma brincadeira mantida por uma família no quilombo Filipa, situações que estão postas e vão além do pensar “econômico” que é engessado na concepção economicista.

Dessa maneira, já dito anteriormente a minha segunda etapa de pesquisa aconteceu “fora” da Filipa, isso possibilitou além de conhecer por meio das narrativas, confirmar que este grupo em suas relações construídas é heterogêneo e que matem suas fronteiras étnicas “apesar do fluxo de pessoas que as atravessam” (Barth, 2000). Nesta situação, Barth ajuda-me a entender como que esse grupo se reproduz e mantém a sua estrutura social através das relações constituídas com outros grupos da mesma natureza étnica. De acordo com Barth:

[...] as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de

⁴⁰Lógica econômica autoritária, isso porque emprega um planejamento e uma organização com base em políticas públicas distante da vida social do quilombo Filipa.

incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas. (BARTH, 2000, p. 26)

As concepções da antropologia assinalam como entender o cerne da relação do quilombo Filipa com outros grupos sociais, a partir da descrição das narrativas dos agentes sociais que mantêm contato com Filipa, respeitando as diferenças e os quais são marcados pelos seus critérios de pertença.

No decorrer da pesquisa, tive a oportunidade de escutar vários agentes sociais que mantiveram uma ligação próxima com Filipa, procurei ouvir de forma atenta as histórias de narradores homens e mulheres, já de cabeça branca, que sempre participaram das causas sociais, na “luta pela terra” enfrentando “perseguição no campo”. Nessas histórias vinha sempre a emoção como reflexo dos tormentos vividos como no caso do Sr. Justo Evangelista.

Escutei atentamente as histórias que foram sendo reveladas passo a passo; nas conversas havia sempre pausas, esse rápido silêncio era expresso na fala, quando se dizia dos absurdos que viveram nas mãos de grandes latifundiários e também quando se falava dos tempos em que era mais fácil se chegar em uma comunidade em que os vínculos eram mais fortes.

Cada narrativa apresenta uma relação social com o quilombo Filipa, singulariza as experiências vivenciadas diretamente com esse povo. Aqui não se trata de instituições mais uma relação entre “eles” e “nós” como especifica (O’DWYER, 2011, p.45) “embora as diferenças possam mudar, permanece a dicotomia entre “eles” e “nós”, marcada pelos seus critérios de pertencimento”. Neste sentido, é importante salientar que as relações construídas trazem elementos que estão configurados na mesma luta. Nas palavras do Sr. Elias encontra-se esse conteúdo.

*Eu digo assim tem algumas formas de políticas que é assim eu finjo que de dou e você finge que recebe... sabe é assim, então nosso ganho tem sido nessas certificação, isso é inclusão social, é nossa terra que ajuda na nossa reprodução. As políticas de assistência ainda é muito pouca, inclusive do governo federal, olha eu cita um exemplo sabe, veja só, o **Cad único** é um programa do governo Federal e quando se vai ver na prática eles não levam em conta a diferença, olha não tem o item claro, sabe porque eu digo isso é porque essa inclusão que eles falam de dar acesso acaba negando nossa existência, porque quando a gente vai se cadastrar não tem a opção que indica nossa definição, isso é uma deficiência muito grande, como que o governo diz que vai reparar esse direito e tem um cadastro que não leva em conta essa característica específica? A política de Estado parece ser uma política a ser implantada, na verdade são governos capitalista. Essa camada que ta sendo prejudicada é nós. (ELIAS, 2017, grifo meu)*

Nessa discussão expressa clara contestação na forma como o Estado se manifesta para atender as demandas dos grupos étnicos e o Sr. Elias revela o que realmente é interessante para o grupo. Isso é uma ruptura com a linguagem que o Estado e outras instituições intervencionistas mantêm com as comunidades comumente. Almeida focaliza o sentido da interlocução:

[...] observa-se que os agentes sociais que se autorepresentam ou são definidos, direta ou indiretamente, através da noção de quilombo, evidenciam que ela adquire sentido ao expressar o reconhecimento de suas formas intrínsecas de apossamento e uso dos recursos naturais e de sua territorialidade, descrevendo uma nova interlocução com os aparatos de poder. (ALMEIDA, 2011, p. 47)

Dessa forma, o autor sinaliza para uma forma de resistência dos grupos sociais especialmente no que se refere à defesa dos seus direitos, da conservação e preservação dos seus recursos. Aqui apresento as narrativas de lideranças de movimento negro, de representantes de comunidades e outros agentes que tem histórias ligadas ao quilombo Filipa.

3.3.1 “Olha a gente ali já tem muitos anos de ligação, muita amizade, na luta”

Entre os entrevistados está o Sr. Justo Evangelista, um personagem do movimento negro e ex presidente do sindicato, que atuou desde a década de 70 e 80 na região de município de Itapecuru-Mirim, até os dias de hoje. Na narrativa aqui organizada outros nomes foram surgindo, alguns sugeridos pelo próprio entrevistado e outros que ficaram destacados durante a realização da pesquisa, como no caso de Dona Nielza, Sr. Cecílio, Sr. Bernadino.

A rede de lideranças integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru-Mirim mantém contato estreito e continuam articulados dentro das causas ligada à questão de terras e conseqüentemente a relação dos agentes sociais com questões relacionada à sua ancestralidade, aos embates com o poder e lutas pela visibilidade, reconhecimento dos seus direitos. As lutas para combater a invisibilidade dos grupos negros e criminalização das lideranças negras não pararam, pelo contrário. Leite situa a violência simbólica dos que lutam pelas suas terras:

A invisibilidade dos grupos rurais negros no Brasil é a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica e também expõe uma forma de violência simbólica. Sua característica principal é a criminalização daqueles que lutam para permanecer em suas terras. (LEITE, 2010, p. 18)

O contato com o Sr. Justo Evangelista aconteceu intermediada por um membro do sindicato que informou que o Sr. Justo seria uma pessoa ideal para conversar sobre comunidades quilombolas. Por telefone combinei com o Sr. Justo a entrevista que aconteceu em sua residência. Ao longo da conversa descreveu detalhes de sua participação no movimento negro e sua relação com Filipa.

Não tinha nenhuma movimento quilombola aqui, tinha comunidade, mas não tinha certificação, não tinha reconhecimento das comunidade historicamente, não tinha nada só dizia assim comunidade da Filipa, uma “comunidade negra” não dizia quilombola (Justo Evangelista, 2017, grifo meu)

Para o Sr. Justo Evangelista, Filipa nunca foi isolada, mas uma unidade social dinâmica e participativa principalmente em questões sociais referente ao movimento negro, isso antes de qualquer política assistencialista e/ou programas sociais. Como especifica a narrativa do Sr. Justo Evangelista (2017) “*Olha a gente ali já tem muitos anos de ligação, muita amizade, na luta, eu fazia roça nas terras de Filipa, os antigos, a festa, é uma ligação muito forte com aquele povo.*”

Ouvi em tom de confirmação que a relação construída está baseada em “luta” o que revela uma unidade com base em determinadas causas sociais que sempre foram articuladas em todo domínio social da Filipa. E, nessa direção foi se constituindo o que o Sr. Justo Evangelista chama de “ligação muito forte”.

Esse conhecimento foi sendo construído para além das instituições. O Sr. Justo Evangelista (2017), afirma que a Filipa como território, “não faz parte do Entroncamento não” e explica que Filipa faz parte do entroncamento como PA. Essa situação social chama atenção para a questão de fronteiras construídas, limites que não estão estabelecidos dentro do padrão técnico de espaço geográfico que é considerado pelo INCRA na demarcação das terras quilombolas.

A propósito da extensão e domínio territorial da Filipa o Sr. Justo Evangelista avançou:

Aí ela se torna maior, porque ela pega aquela Plopran, aí aumenta a área como território, porque ela pega aquela Plopran que é da família Sarney, que tinha criação de camarão, tinha a plantação de urucum, de uma porção de coisa que eles cultivam ali. Não sei de quem era antes, porque lá detrás entre a Filipa e o rio, não sei quem era o proprietário, parece que era Pedro Padeiro. Essa também é do território, não como PA, aí tinha uma outra fazenda que era da Filipa sim. Tem oito associações PA Entroncamento.” (Justo Evangelista, 2016)

Após reforma agrária, o assentamento do Entroncamento tem experimentado o crescimento do processo de “mercantilização de terras” prática que tem sido comum em comunidades pertencentes ao PA, possibilitando assim um controle individual sobre a terra.

Diferente da Filipa, que segundo o Sr. Justo Evangelista (2017) esclarece que na Filipa “*todo mundo de lá é dono de qualquer lugar de lá [...] aí eu quero fazer uma roça lá eu já fiz uma roça lá*”. Desse modo, *uso comum* da terra representa um controle coletivo que apresenta a unidade familiar como elemento essencial, vinculada ao uso comum dos recursos e que se torna uma particularidade, [...] tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens que são acatadas de maneira consensual nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares (ALMEIDA, 2004).

A questão da regularização do território quilombola é abordada pelo Sr. Justo Evangelista frisando o significado do território:

*Agora com a questão de legalizar o território da Filipa, porque aumenta área, porque me parece, **aumentando o território da Filipa**, pega mais umas duas a três fazendas a mais, fica dentro do território, e é **uma vantagem para o território**, porque hoje nosso Itapecuru a terra é toda pertencente a quilombo, e o que diz a lei, porque a lei que desapropria. Vamos dizer o Entroncamento foi desapropriado, ele foi desapropriado pelo artigo 184 da constituição federal, o quilombo, foi depois que entrou já tinha o artigo 68. Então, o que ele diz todo território tradicional, quilombola, que tem **descendência do negro**, tem mocambo, **deve ser regularizado capacitado para os tradicionais dos povos**, mas só sendo ele quilombo, quem chegou só pode ser cadastrado, depois de regularizado se a comunidade disser ele mora aqui tantos anos, mas o território quilombola é pra isso, como a Filipa é. (Justo Evangelista, 2017, grifo meu).*

A partir do exposto, a idéia de território não institucionalizado é construído com base em diferentes configurações de pertencimento e baseado na relação com a terra; o aumento do território, sua abrangência é configurada no pertencimento à terra que envolve a sobrevivência que se faz de uma maneira específica diante de uma lógica sociocultural e que não está circunscrita em módulos como estabelecido pelo INCRA.

Dentro deste contexto, o Sr. Justo Evangelista complementa afirmando com base nos procedimentos e com mais força na noção de uma terra tradicionalmente ocupada:

[...] para ser regularizado como território quilombola é o seguinte tem que ser feito o pedido para o INCRA, através do sindicato ou da associação, depois fazer o pedido para o INCRA, o INCRA tem que averiguar se é mesmo aquilo que a gente pediu de quantos hectares é assim, tem que ser, depois de reconhecido que é feita a história da

comunidade pegar quem era o mais velho daqui é a Filipa que era uma dona. quem foi mais, qual é o vestígio daqui que era de quilombo, que era do negro, tem casa de farinha antiga, tem engenho que pode provar como vestígio, tem caco de louça assim, tem alguma coisa lá como louça antiga, quando fizer aquele documento que ta reconhecido através da história que é quilombola mesmo, ai parte para certificação, a certificação faz o pedido para fundação cultura palmares, a cultural palmares da uma certidão, certificado com essa que abre o processo de regularização, só isso que é novo que eles indicaram lá, só que é o seguinte depois da certificação, ai que entra o trabalho dos antropólogos, vai pegar os limites, por isso que dentro desse limite como território de Filipa é que ela é maior, na desapropriação do INCRA ela é menor, agora como território, porque ela vai pegar dentro da regularização tudo que por onde era domínio dos negros, dos tradicionais negros, eles trabalhavam em tal lugar, aquela fazenda de fulano de tal, mas eles trabalhavam lá dentro no passado os negros do passado” (Justo Evangelista, 2017)

Barth, ao discutir sobre as categorias étnicas, reforça que “as características a serem efetivamente levadas em conta não correspondem ao somatório das diferenças ‘objetivas’; são apenas aquelas que os próprios atores consideram significativas” (BARTH, 2000, p. 32). Assim pelo relato colhido o processo de reconhecimento das terras do quilombo Filipa foi sendo deixado de lado, logo após os projetos econômicos o que aconteceu no mesmo período de elaboração do RTID; em 2005 os projetos começaram a ser implementados. Daí decorre a expressão do Sr. Justo Evangelista (2017) “[...] *mas coitado aqui nós criamos um movimento e mais também porque a coisa não é você querer fazer, é saber fazer e ter vontade de fazer e partir para fazer, senão não acontece*”.

Com base nesta situação a pratica comum em processos de reforma agrária, a divisão de terras em lotes tem se apresentado como um elemento de conflito em áreas próximas a Filipa, situação que tem sido rotineira no assentamento do Entroncamento. Segundo informações do Sr. Justo (2017):

Aqui hoje em Itapecuru-Mirim só tem dois PA que foi loteado o entroncamento e Leite, que foi uma coisa, foi a pior que houve, o INCRA hoje não faz mais isso, nem área de assentamento desapropriada pelo INCRA, nem área de território quilombola, não faz, porque o que acontece, nesse PA entroncamento, só Rogério Bahiano comprou 10 lotes e se não fosse loteada ele não estava lá hoje.

Os assentados vendem os lotes de terras para fazendeiros e mudam-se para a cidade, esse fato tem acontecido na comunidade Brasilina localizada entre duas fazendas nas proximidades de Filipa. Brasilina tem certidão de auto definição emitida pela Fundação Cultural Palmares em Julho de 2007, apresenta junto ao INCRA um relatório que ainda encontra-se em fase de juntada de documento para produzir o RTID. Especula-se que esta demanda está associada à participação dos moradores no programa “Minha casa, Minha vida”.

Essa tem sido prática comum entre muitas comunidades, incentivada pelos empresários do ramo da construção que estão involucrados na atividade. O Sr. Justo aponta que:

[...] pelo o que o INCRA fala é que se a pessoa comprou um lote dentro do PA e registrou no cartório como dele já com determinado ano que ele tá com o domínio dela, ela é difícil, porque não pode ser desapropriada duas vezes. Ai que é a questão de briga de Santa Rosa dos Pretos, com pessoal de Picos II, o pessoal de Picos II, quase todos venderam o lote e quase todos estão dentro do PA, venderam o direito e não saíram, vieram para área urbana, e aí parte dos lotes fica dentro do Território de Santa Rosa hoje.

Este contexto é semelhante na comunidade Brasilina, pois segundo dona Marinalva da Cruz⁴¹ existem na região fazendeiros e já comprou mais 11 lotes de terras na localidade da Brasilina. De acordo com o Sr. Justo (2017), as terras da Brasilina,

Ali o território fica dentro do território da Filipa, porque a fazenda Plopran ali é mística, quando a gente sai de la da Brasilina, aqui na estrada que vai para Filipa, quando desce aqui, sai bem aqui a fazenda já tá bem aqui, vai até o morro, bem no descer do descampar, ela assim tem um ramal é, agora ela já toda desativada, a casona que tinha aqueles forro por dentro, cano, campo, tudo abandonado. A Brasilina pediu a certificação, quase toda a comunidade pediu, porque a certificação vamos supor, pois é a Santa Maria aqui o território de santa Maria tem certificado, Santa Joana, tem certificado, santa Maria dos pretos tem certificado dentro do território, quer dizer todas elas tem certificado, só que os território é conhecido como santa Maria dos pretos, o certificação de uma associação não significa que ela tem o território dela, ela tem o certificado mais faz parte de outro território.

A partir desse relato compreendo que uma das formas de organização da Filipa foi optar em manter uma só extensão continua de terras sobre sua posse, um discurso que é bastante visível no discurso dos agentes sociais. Foi por iniciativa do quilombo Filipa que Brasilina deu entrada na certificação junto à FCP.

O Sr. Justo (2016) acrescentou sobre a comunidade Brasilina que ela “*tem o certificado ela tá dentro do território, da Filipa*” complementa que “*agora só que o Sr. José Romão era mais esperto de que o pessoal da Filipa, não tinha a organização que a Filipa tinha, mas ele era muito mais esperto, porque ele era entrosado ele era danado*”. Esse entrosamento estava diretamente ligado à relação que o Sr. José Romão tinha não apenas como presidente da Associação da Brasilina, mas do envolvimento do mesmo com o dono da Fazenda Plopran, havia uma relação de contradições entre a função que ele ocupava na comunidade e a ligação com o Sr. Flavio Barbosa da Fazenda. Segundo alguns entrevistados o Sr. José Romão era funcionário da Plopran e também realizava negociação com lotes de terras.

⁴¹ Presidente da Associação Quilombolas dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Brasilina e assumiu o cargo em dezembro de 2016.

Atualmente, Brasilina sofre por conta da presença de búfalos, originários das fazendas vizinhas que estão destruindo os igarapés desta comunidade outro fator é ocorrência de venda de lotes de terras. O mercado mobiliário aos poucos está adentrando nas terras, em muitas situações os próprios fazendeiros estão loteando as áreas. A comunidade Brasilina está marcada por outra situação que tem apresentado preocupação para os agentes sociais. A fazenda que fica de frente para Brasilina tem sido utilizada para o agronegócio, restando apenas uma frente de terras que é considerada como área de preservação a qual se encontra em risco de ser devastada afirma dona Maria Raimunda (2017) moradora da comunidade Brasilina.

Nesta área a empresa Camil Alimentos que tem parceria com a empresa BB Mendes pertencente ao Sr. Benedito Barbosa Mendes tem se firmado na área através da cultura do arroz. A BB Mendes arrendou uma grande área nesta fazenda que faz limites com Brasilina, para plantação de arroz em produção com sistema de irrigação, prática que tem se estendido para outros municípios do Maranhão como Vitória do Mearim e Arari. Em algumas narrativas é possível observar que as terras pertencem ao Zé Pernambucano. A situação de perda das terras tem indicações de agravamento como revela em conversa dona Maria Raimunda:

Aqui não tem nada. Aqui a alguns anos até o coco vai acabar, eu faço roça no campo comunitário que foi reservado para nós fazer as roças, no meu quintal eu não roço não, porque se eu preciso de um cipó, de uma estaca eu tenho que tirar de lá, se eu fizer roça de onde eu vou tirar ? Aqui enfrente tem a fazenda do Pernambucano Zé da paz e lá dentro tem uma construção velha que parece ser um engenho velho. Esse fazendeiro arrendou a fazenda para um empresário em Itapecuru que trabalha produto CAMIL e ai nesta terra tem uma grande plantação de arroz, antes era só palmeira, agora é só campo e olha essa área aqui na frente da Brasília eles vão devastar toda, já foi denunciado para o INCRA, mas ninguém resolve, quem manda é o dinheiro. Outro eles despejaram veneno de avião, primeiro foi o veneno para matar os matos, depois tudo tava seco, e ai eles fizeram a plantação, depois jogaram mais veneno de avião. Aqui as coisas vão ficando difícil, nossa terra é pouca e tem gente que vem da cidade comprar terra aqui, até mesmo fazendeiro, porque tem pessoas que vende os lotes, muita gente que não é da terra. (Maria Raimunda, 2017)

Dona Raimunda (2017) ressalta ainda que a preocupação é com seus filhos “*porque lá em casa tem meus oito filhos, como eu vou fazer casa pra eles?*”. Discorre, ainda: “*naquelas terras é que fica fazenda do Pernambucano tem um engenho velho, eu já vi, os restos de cimento, de construção, lá eu vi.*”

Confere-se a estratégia empresarial que não está restrita somente ao contexto social da Filipa e Brasilina, mas está no formato criado pelo projeto MATOPIBA⁴², que tem avançada

⁴²A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela

na Baixada e no Meio Norte Maranhense, aonde o grande empreendimento como a CAMIL ALIMENTOS realiza avanços. Fazendo parte da cadeia produtiva do projeto de rizicultura da Camil Alimentos a qual é proprietária de uma Fábrica instalada em Itapecuru-Mirim que processa o arroz proveniente de Arari, Vitória do Mearim e atualmente oriundo também de plantações localizadas em Itapecuru-Mirim através da atividade da monocultura de arroz em campo irrigado, situado nas proximidades e em franco avanço para Filipa.

A partir das informações tem-se clareza sobre as tensões e o conflito que tem se constituído nessas áreas próximas à Filipa face à presença do agronegócio nas fazendas vizinhas. O enfrentamento de povos tradicionais na região com agentes do agronegócio tem afetado as famílias que vivem da quebra do coco, da roça e da pesca, conforme foi relatado por dona Maria Raimunda, situação que não é diferente da realidade apontada na década de 50 e 60 com forte presença do grande latifundiário.

Iniciativas ditadas pela modernização são colocadas em prática. A Secretaria de Agricultura de Itapecuru-Mirim ofereceu de forma gratuita o curso de operador de máquinas agrícola no segundo semestre de 2016, conforme informação do Sr. Ilton dos Santos (Toió) presidente da Associação dos Produtores Rurais do quilombo Filipa. Esse relato foi confirmado pelo Secretário de Agricultura do município. O Sr. Ilton participou da turma dessa formação, que parte do plano da cadeia do arroz no vale do Itapecuru no qual participa da elaboração a SAGRIMA⁴³.

expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias modernas de alta produtividade. O projeto prevê o desenvolvimento e a operacionalização de um sistema de planejamento territorial estratégico para a região do MATOPIBA (SITE – MATOPIBA). Ele reúne informações numéricas, cartográficas e iconográficas e a caracterização territorial do quadro natural, agrário, agrícola, rural e socioeconômico de 31 microrregiões e 337 municípios dos quatro estados que compõem a região. Ele resulta de um significativo Acordo de Cooperação Técnica assinado entre o INCRA e a Embrapa, através do GITE em 2014. O Acordo tem como objetivo principal dar apoio técnico e científico da Embrapa ao INCRA em questões de governança e inteligência territorial estratégica. O Plano de Trabalho prevê o repasse de recursos financeiros para a Embrapa e a execução de cooperação. (<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/index.html>).

⁴³Estão envolvidos nesse trabalho os municípios de Santa Rita, Itapecuru Mirim, Anajatuba, Miranda do Norte, Matões do Norte, Pirapemas, Cantanhede, São Mateus, Arari e Vitória do Mearim. Além das prefeituras, instituições parceiras como a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Agência Estadual de Pesquisa e Extensão Rural (AGERP), assim como empresas ligadas à produção de arroz. (<https://jornalpequeno.com.br/2017/03/10/sagrима-participa-de-elaboracao-plano-da-cadeia-arroz-no-vale-itapecuru/>)

4 “NÓS SE SEPAROU PELA ESTRADA”: uma trilha entre Santa Rosa dos Pretos e Filipa

“O Itapecuru em si próprio é quilombola”
(LIBANEO, 2017)

No trabalho de campo fiz uma extensão para além do quilombo Filipa, como dito anteriormente, além da comunidade Brasilina, estive em Santa Rosa dos Pretos. Ouvi as narrativas do Sr. Justo Evangelista para também compreender os elementos sociais que vincula essa comunidade ao quilombo Filipa. Compreender a relação social que existe entre esses dois quilombos representa um olhar de fora que é sempre instrutivo e apresenta as trilhas que propuseram o encontro entre Filipa e Santa Rosa dos Pretos. São, portanto, realidades localizadas que tem uma aproximação tanto histórica, de parentesco e de lutas.

Aqui tratarei da relação construída entre o quilombo Filipa e o quilombo Santa Rosa dos Pretos. As formas como se manifesta essas relações está baseada principalmente no parentesco e pertencimento. Ainda em comum o mesmo dono de terra, o Barão de Santa Rosa Joaquim Raimundo Nunes Belfort, revelada através das narrativas dos moradores tanto de Filipa quanto de Santa Rosa. A história de Santa Rosa está intimamente relacionada a Filipa, pois ambas fazem parte de uma mesma memória, existindo relato de trabalho escravizado e os mesmos senhores de escravo.

Cheguei no quilombo Santa Rosa dos Pretos indicada por uma ex-professora Maria do Carmo Cabral⁴⁴. Por meio de telefone consegui agendar uma visita no dia 27 de março de 2017 com as principais lideranças de Santa Rosa dos Pretos. Na ocasião foi entrevistado o Sr. Libaneo Pires⁴⁵, dona Maria Dalva Belfort⁴⁶ e o Sr. Custódio Bispo Belfort⁴⁷. A visita teve como objetivo compreender as relações existentes entre Santa Rosa dos Pretos e Filipa.

O quilombo Santa Rosa dos Pretos fica a 89 Km do município de Itapecuru-Mirim, também é conhecido como quilombo Barão de Santa e constitui as chamadas “terras de herança”.

Relativamente distante da sede do município, o meio de transporte foi um taxi, dirigido por “Zé Pretinho” morador de Santa Rosa o qual todos os dias faz linha de Santa

⁴⁴ Primeira professora com Magistério de Santa Rosa dos Pretos, historiadora e ficou no quilombo de 1978 a 1992, realizou trabalhos no quilombo e diz que quando chegou o nome era Santa Rosa do Barão, todos o conheciam, desde os idosos, por este nome. Sua saída do quilombo foi uma estratégia política na época por conta da ligação que a mesma tinha com os agentes sociais. Afirma que trabalhou também no censo de 1980 e Santa Rosa dos Pretos estava com o nome de Barão de Santa Rosa.

⁴⁵ (82 anos), liderança em Santa Rosa dos Pretos

⁴⁶ (65 anos). Integra o tambor de Crioula em Santa Rosa dos Pretos

⁴⁷ (66 anos) liderança política de Santa Rosa, presidente de uma das Associações do quilombo, presta serviço para prefeitura a mais de 40 anos na escola municipal Barão de Santa Rosa

Rosa/Itapecuru/ Santa Rosa. Em conversa com Ze Pretinho, ele foi também indicando quais seriam as pessoas que eu deveria procurar. Com sua ajuda cheguei até casa do Sr. Libaneo Pires.

Então, a realização das entrevistas e obtenção de informações teve como primeiro entrevistado o Sr. Libaneo Pires em que o encontro aconteceu em sua residência. Embora a minha intenção estivesse voltada para indagar os elementos que são manifestos na relação Filipa e Santa Rosa dos Pretos, em momentos oportunos sempre tentei conversar sobre algum tipo de projeto econômico que estaria sendo implementado em seu domínio social. Embora no final, toda a conversa foi baseada nas relações próximas existentes entre as duas comunidades. Assim, o diálogo foi marcado de fato por uma unidade que apresenta suas diferenças, ou seja, dois grupos étnicos que demarcam claramente suas fronteiras étnicas (BARTH, 2000).

A argumentação do Sr. Libaneo Pires esteve voltada para comentar como Santa dos Pretos firmou os laços com Filipa, acabei deixando a questão de projetos econômicos e dei atenção às fortes relações entre os dois quilombos de modo a destacar o isolamento tratado nos principais programas sociais ou nos chamados projetos econômicos assistencialistas sobre Filipa o que não é um fato real. Friso aqui observações de Almeida concatenadas com as narrativas do entrevistado

Quilombo se mescla com conflito direto, com confronto, com emergência de identidade para quem enquanto escravo é “coisa” e não tem identidade, “não é”. O quilombo como possibilidade de ser, constitui numa forma mais que simbólica de negar o sistema escravista. É um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis. (ALMEIDA, 2011, p.44).

A autonomia no processo produtivo e o não reconhecimento da autoridade do “dono”, sem pagar *renda, foro* ou *meia*, sem acatar a autoridade histórica recoloca a força de uma identidade emergente, antes mesmo da abolição formal em 1888, enunciadora de um campesinato livre, que enquanto subordinado conhecera situações diversas, tanto da experiência no quilombo, quanto da captura e do retorno à senzala nas proximidades da casa grande. (ALMEIDA, 2011, p. 45).

A constituição dessa autonomia no processo produtivo vai estabelecendo-se a partir de vínculos que emanam das relações sociais construídas com outros grupos que foram se organizando a partir do desmembramento dos extensos domínios da grande plantação, como Almeida destaca:

que não é mais uma unidade de produção, senão uma constelação de pequenas unidades produtivas, autônomas, baseadas no trabalho familiar, na cooperação simples entre diferentes grupos domésticos, e no uso comum dos recursos naturais. As situações sociais designadas pelos agentes sociais que as vivenciam como terras de preto ou classificadas como “comunidades negras rurais” estruturam-se nos desdobramentos dessas transformações. (ALMEIDA, 2011, p. 45)

Neste sentido, a relação social construída entre o quilombo Filipa e o quilombo Santa Rosa dos Pretos surge dessa constelação de pequenas unidades produtivas autônomas, baseadas no trabalho familiar. Antes o que era uma trilha de encontros, de festa, de brincadeira e até mesmo da constituição de relações por casamento e os laços de parentesco serviu de elo entre esses dois grupos étnico revelando as raízes que possuem pela terra.

Destarte, poderemos utilizar essas informações para demonstrar como são “fortes” os “laços” que foram sendo constituídos entre esses dois quilombos ao longo de sua existência. O Sr. Libaneo, comenta que a aproximação de Filipa e Santa Rosa dos Pretos vem de muito tempo e que foi construída por vínculos de amizade e principalmente pelas vias matrimoniais, pois os negros de Santa Rosa realizavam casamentos na Filipa. O Sr. Libaneo conta como era essa relação:

Nós se separou pela estrada, não em termos de amizade, mas em termos de luta, em termos de amizade nos ainda continua com a mesma conversa, com a mesma amizade, nós não se separou, eu vejo né tem Nielza, Bernardino que tá doente lá, Ilton, Cecílio, nós temos vários companheiros lá que eu considero como meus irmãos, entendeu, mesmo de infância.

O vínculo de amizade ainda é forte, apontando que depois da construção da estrada houve uma intervenção do Estado que separou não apenas um grupo, mas um processo de relação que acontecia:

Eu digo assim separou, porque a estrada veio por onde nós trabalhava, por onde nos andava, nossa interligação primeiro era o caminho era o mato né isso, então nos entrava aqui nos ia batendo caminho desde os limite da gente ne com eles, e lá quando nos marcava assim essa batição de caminho, coincidência caia também que eles vinha de lá, nós se topava sempre. Nós se topava naquele lugar, lá nós ia brincar um pouco, atracava, apertar um com outro, acabar nos se despedia e ia embora, o jogo nós saia daqui para jogar na Filipa, quando terminava o jogo seis horas nos tacava o pé na carreira vinha embora, assim também eles fazia com a gente, o vínculo da gente com a Filipa nunca se separamos, todo tempo é, o vínculo é o mesmo, mesmo que embora que hoje se distanciou um pouco de conhecimento, que hoje ité a juventude da Filipa talvez não conhece todos os jovens daqui de Santa Rosa, assim como também os jovens daqui de Santa Rosa a metade, não conheça a Filipa, porque logo também na Filipa eles tem casa na Filipa mais muitos se mudaram para Itapecuru também ne, então aquilo ali, agora na hora do festejo de São Sebastião, é uma ligação forte os de cá vão pra lá e os de lá vem pra cá, então são essas maneiras que ligação com a gente, o limite da Filipa é limitado aqui na santa rosa não tem jeito, o território da Filipa é limitado aqui com santa rosa. (LIBANEO, 2017).

Na narrativa a afirmação de que “*nós se separou pela estrada*” (Libaneo, 2017) está caracterizada, pois foi a estrada que liga o Maranhão ao restante do país, a BR 135 que atravessa o quilombo Santa Rosa dos Pretos. Esta “fala” revela um dos impactos causados pela forma

como o Estado intervém. Talvez este grande projeto aconteceu com a mesma linguagem dos projetos econômicos, pois o propósito foi dito de levar o “desenvolvimento” para o Estado. Porém foi construído em terras tradicionalmente ocupadas e não foi levado em consideração a relação social existente dentro e fora de Santa Rosa dos Pretos com outros grupos étnicos.

A visão inspirada do geografismo e a própria concepção econômica em relação à região como sendo favorável para implementação do projeto de construção da BR 135, isentou-se de qualquer “olhar” que viesse considerar a realidade local. O Sr. Libaneo esclarece essa interferência do Estado que impactou as relações construídas entre o quilombo Filipa e Santa Rosa dos Pretos.

Bourdieu interpreta as diferentes áreas de conhecimentos que realizam uma di-visão sobre situações sociais a partir de relações constituídas entre diferentes grupos: “Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo. (BOURDIEU, 1989, p.113).

Assim, as circunstâncias que levaram a essa “separação” apontada pelo Sr. Libaneo, está sobreposta dentro de argumentação estabelecida pelo próprio sistema que prioriza uma totalidade em detrimento as especificidades de um grupo que conseqüentemente apresenta suas fronteiras étnicas. Essas fronteiras são constituídas no campo social, político e também econômico, visto que as relações constituídas entre os dois grupos também se baseavam na troca de mercadoria, entretanto o fluxo do sistema de troca não era baseado propriamente no custo, mas no encontro do grupo e na festividade mostrando que havia uma ligação, uma representação étnica, como afirma o Sr. Libaneo.

*Pois é então essa ligação era uma mistura, a família nossa aqui tá misturada. Como os nossos pretos levava daqui como os daqui ia buscar de lá. A Pituca mulher de Hipolipo teve, essa geração elas cruzaram né, eu acho que **aonde tem negro é muito difícil não ta misturado**. Então são essas maneiras agora a ligação com gente com a Filipa, ela nunca acabou não, quando tem as vezes uma representação forte eles ainda convidam a gente para ta ajudando eles ali, Até hoje quando tem uma representação forte eles chamam a gente, um tambor. (LIBANEO, 2017, grifo meu).*

Dessa forma, de acordo com o Sr. Libaneo, a ligação existente entre o Quilombo Filipa e Santa Rosa dos Pretos foi marcada também pela mistura entre os dois grupos através da união, ou seja, vínculo de parentesco essa é uma afirmação étnica com formas distintas de organização e cultura. De acordo com Barth (2000, p.35) “[...] a persistência de grupos étnicos

em contato implica não apenas a existência de critérios e sinais de identificação, mas também uma estruturação das interações que permita a persistência de diferenças culturais”.

Na leitura da história de Filipa, o Sr. Libaneo expõe seu conhecimento sobre uma ex escrava pertencente à Fazenda do Barão.

Com certeza, e a veia lá me parece também eu não sei se era Irma desse barão, a velha era alguma coisa do barão, a velha patrocinadora de lá, não sei como era o nome dela, em cada um lugar ele tinha um parente que era o responsável ficava uma pessoa, cada um lugar desse ficava uma pessoa. (Libaneo, 2017).

Neste sentido, o Barão Joaquim Raymundo Nunes Belfort, tinha domínio em propriedades que se localizavam em áreas estratégicas, pois o objetivo era “separar os negros” e estes eram distribuindo em Fazendas para que não acontecessem os “motins”. Os responsáveis pelas fazendas eram pessoas de confiança, como no caso da Fazenda “Barriguda” a qual a dona Filipa era originária. Com base nesta situação o Sr. Custódio comenta que:

Olha todas as terras do Barão colocou nome de Santa Rosa, até Rosário ia as terras, hoje porque foram construindo estrada, que nos separou, mais tudo era do domínio dele, olha eu não sei não mais acho que Filipa pertencia. O Barão, a casa de morada dele era na beira do Rio, aqui, lá tem uma morada antiga que é uma verdadeira beleza, o muro é igual um relógio, lá é uma verdadeira beleza, muito bonita, fica abaixo de Barriguda, próximo de Boa Vista, não ‘tou lembrando o lugarzinho, eu já fui lá com uns pesquisadores daqui, nós fomos lá, fomos para Boa Vista de lá partimos para o lugar lá era a casa do Barão, aqui na Santa Rosa era a fazenda dele, aqui passou até mais acesso nos anos 50 pra., nos anos 50 que passou a ferrovia, aqui não tinha essa BR lá de Santa Rosa pra Itapecuru se vinha pelo caminho do mato.

A memória individual, conforme as narrativas tanto do Sr. Libaneo quanto do Sr. Custodio, leva à memória social do grupo, que mostra grupo social distinto, porém que mantém uma relação social próxima e por meio dessa memória vai realçando como esses grupos vivem e se comunicam. A relação entre a memória e a história entre esses dois grupos sociais vai tomando forma nas relações constituídas e nas situações sociais:

Tô dizendo que a gente separou só por causa das estrada, mas os limites das áreas eram trepado, a Filipa vinha ligava com a gente, vinha a brasilina, a mata, bem encima, no Itapecuru, naquela subida grande, saia um caminho velho justamente que vinha fazendo essa divisa que pegava do barro preto e aonde estão construindo aquele conjunto, sei lá aquela cabana, Santarém, o caminho descia ali próxima da ferroria, saia aqui, assim a divisa da Brasilina, a Filipa, depois vinha a pessoa de vidinha, assim que era o limite das áreas era tudo ligado. Essa daí a Dalva, sai ia lá para a BR, pegava a Mata, santa Maria dos pinheiros, a mata de são Benedito, lá era mata do jaborandi, Eu conheci aquele caminho velho tudinho, eu conheci, e outra coisa, é estranhoso, é uma história bonita, o Itapecuru em si próprio é quilombola (Libaneo, 2017).

minha mãe era daqui, mas se juntou com meu pai lá da mata do Jaborandi, meu avô foi buscar uma negra da Filipa, meu pai foi buscar uma de Jaborandi, o meu pai no meu entendimento ele estava com a cabeça branquinha, só para você vê como era a capacidade deles e o encontro, assim a idade, porque hoje quem mora na mata, não tem nenhum desses jovem hoje com mulher da mata, pra você vê, então ele já me fez velho, e eu tenho uma irmã que eu acho que puxa mesmo na família da gente, quando ela ver muita gente, ela sai, pra você como é hoje, ela tá diferente. (Dalva, 2017)

A aproximação entre Filipa e Santa Rosa dos Pretos é fruto da desagregação do modo de produção escravista e conseqüentemente abolição escravocrata. Quem diz que esses grupos é um agrupamento social é o próprio agente social, o Sr. Libaneo que em sua narrativa afirma que eles abriam o “caminho” o qual acontecia o “encontro” entre os dois grupos sociais, crescia a circulação de mercadoria, tipo farinha, arroz, peixe, a “relação matrimonial” entre os agentes, conforme narrativa do Sr. Custódio.

Eu tenho irmão lá na Filipa, é Zequinha, é o José Belfort, são aquela primeira casa que chega na Filipa, meu irmão de Pai e Mãe, ele mora ali perto do campo, ele e os filhos deles, ele casou ali com uma mulher da Filipa, aquelas casas ali eles moram. A Marilene, a Lindalva é minha sobrinha (Custódio, 2017)

Segundo o Sr. Libaneo (2017), a luta pela terra continua até hoje “meia braba”. Ele se refere também ao Quilombo Filipa, apontando que “Filipa também perdeu, depois recuperou com o decreto 4887/2003, o INCRA fez um trabalho lá que recuperou uma área pertencente a Filipa”.

Tem pessoas que são assentados que não são própria deles, tem que ter uma consulta, tem gente diferente que não é nada da Filipa e tá dentro da Filipa, o terreno que era dos pretos da Filipa, só que hoje nós ficamos aqui lutando, e já tamo conseguindo e estamos aqui, ainda continua ficando mais aperreado, naquela época em um certo tempo, nós era pouca gente, das sete família que ficou aqui, hoje nos tamo chegando, hoje parece que umas 400 e poucas famílias, umas três mil pessoas que aqui dentro desse território, a área tá muito pequena pra muitas pessoas, eu gosto muito de relatar isso pra mim não é vergonha. Aqui o que tinha antes, o respeito e hoje não tem mais esse respeito, isso tem acontecido com todas as comunidades, não se sabe o que é. (Libaneo, 2017)

Ao descrever a situação social no quilombo Filipa, o Sr. Libaneo menciona a presença de moradores no “terreno que era dos pretos”. Toda essa narrativa mostra uma forma de conflito que vem se estabelecendo tanto dentro das terras de Filipa, quanto nas proximidades.

Outra questão apontada pelo Sr. Libaneo está relacionada a saída dos moradores do quilombo Filipa, por conta das terras que não são suficientes ele também aponta isso e tem

refletido na luta do grupo, pois as famílias que saem vão se desagregando das lutas organizadas pelo movimento negro. Todavia essa questão não acontece no quilombo Santa Rosa dos Pretos, segundo suas observações:

Os moradores de Filipa tem casa na Filipa, mas a metade daqui da Filipa com essa destruição da terra da Filipa, foram embora, tem casa em Itapecuru, mais eles começaram a largar, e não foi só a Filipa, isso vem de tantas outras, e também saíram, depois desses projetos, a saída foi por causa de tomada de terra, começa tomar, invadir, vai enfraquecendo, pra onde eles vão, cai fora quando chega na cidade o que acontece, a leitura é muito pouca, nós sabemos que tem gente que tem um grau de instrução mais não tem emprego, o que ele vai fazer, vai fazer alguma coisa, ele precisa, ter a roupa dele, de um emprego, precisa pagar uma casa, pagar uma conta, tem vontade de vestir, de usar um celular. A briga de todo governo é emprego, será que esse governo, o Estado, o Município tem qualidade de empregar todo mundo do município tem não, tem condição de empregar todo esse povo, tem não, na terra ele vive de plantar (Libaneo, 2017)

Essa situação social foi identificado durante as entrevistas realizadas na Filipa, em que muitos agentes sociais do quilombo Filipa passaram a residir em Itapecuru em sua maioria no bairro da Malvina área da periferia, entretanto esta mobilidade não desvincula esses grupos de sua origem a maioria continuam tendo residências em Filipa, fazem roça de “meia” com parentes e também participam dos movimentos da comunidade. Então, a saída dessas famílias está relacionada à questão da terra e também em busca de trabalho “formal”, ou seja, na cidade, como especifica o Sr. Libaneo.

Apesar de não ter sido possível identificar todas as famílias que hoje estão nesta situação, consegui entrevistar dona Domingas Santos Tataraneta de Filipa, que confirma que a saída está relacionada à demanda por emprego, educação e a terra que atualmente não é suficiente. O Sr. Libaneo complementa que toda essa situação social de instabilidade leva as famílias a deixarem suas terras para viverem à margem dos centros urbanos:

Veja outra coisa quem é que ta morrendo, é o rico? Não, é o pequeno que pega um celular coitado por causa dessa situação, não tem estudo, não tem nada para fazer, vai preso, se o governo e o município procurassem fazer uma frente de trabalho, onde lá na comunidade de vocês vai chegar, uma estrada um remédio, isso evitaria essa bandidagem que tem em nosso município. (Libaneo, 2017)

Na contemporaneidade o enfrentamento, ou seja, o jogo de forças nessas localidades tem causado grande impacto social, político e econômico, situação que vai assumindo diversas formas de se manifestar. A experiência compartilhada pelo Sr. Libaneo, aponta que:

Em Itapecuru aonde era o Sindicato, ali não tinha casa, hoje eu vejo no Mangal escuro, vinagre, tá emendando com Moreira, Cigana, as áreas da periferia em Itapecuru, enquanto isso eles tão loteamento para vender as terras dos pretos, aquilo ali, aquela área ali que vem descendo próximo a ferrovia, aquela área que eu disse que era dos Vidinha, depois que o ex prefeito comprou, aquilo ali, quando eles compraram então ele comprou com uma afinidade queria dar para os trabalhadores trabalhar...agora (silêncio), quem vai comprar um lotinho.

O acúmulo de ações e intervenção arbitrária tem sido uma constante voltadas para comunidades tendo como principal promotor o próprio Estado. O fato de “as terras dos pretos” estarem sendo loteadas é uma constante e configura-se pela existência agressiva dos grandes projetos agropecuários, sobrepondo os principais interesses dessas comunidades que é o reconhecimento de suas terras, situação apresentada a partir da presença da empresa Camil Alimentos em áreas próximas às comunidades tradicionais.

Sem muitos desvios, comentei um contexto social que apresenta uma série de mudanças sócias envolvendo o quilombo Filipa. As narrativas construídas foram de “fora”, porém, não institucionalizadas, mas de agentes que sempre mantiveram um contato direto com Filipa, viveram e experimentaram nas diversas lutas organizadas as ações formais dos projetos oficiais mais voltados para a desapropriação do que para a apropriação de terras tradicionalmente ocupadas para exploração e utilização a serviço de interesses do mercado agropecuário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que deveria ser uma proposta que viesse gerar novas possibilidades de vida e permanência nas terras ocupadas tradicionalmente, os projetos econômicos distribuídos em atividades produtivas tornaram-se mera política assistencialista que não teve sua implementação associada ao real interesse do quilombo Filipa. A amplitude dessas políticas tomou apenas os rumos de um modelo econômico que na concepção da economia ortodoxa seria uma vantagem, ou seja, um ganho econômico para as comunidades assistidas. Trata-se, conforme Godelier (1974, p. 14) de “[...] uma visão unilateral e apologética da sociedade burguesa e da tese da racionalidade da economia capitalista”.

A teoria econômica, no caso a ortodoxa, amplia os campos de sobrevivência da economia de mercado. Visa simplesmente fazer com que o capital tenha sua reprodução garantida. Essa reprodução parte principalmente das relações que vão se constituindo no campo da troca, do custo, da monetização da economia, do lucro, do juro, que vão assumindo diversas formas de sobrevivência, ignorando todo e qualquer modo próprio de vida social, ou seja, das “formas de organização econômica e social diferentes às da sociedade burguesa” (GODELIER, 1974, p. 14).

Destarte, todos os projetos econômicos que foram verificados e analisados no quilombo Filipa apresentam em seu formato original um planejamento que vai de encontro com a organização própria. Cada projeto econômico possui um segmento de linha de financiamento, ou seja, fundos de financiamento que são caracterizados “sem retorno” ou “com retorno” para agência financiadora. Essa política é baseada na própria concepção desenvolvimentista que é eleita como sendo uma resposta para combater a “pobreza no meio rural”.

A atividade econômica praticada pelos agentes sociais do quilombo Filipa não foi reconhecida a partir dos seus critérios de saberes próprios, ou seja, se revogou uma identidade submissa a modelos econômicos. As propostas dos projetos foram categoricamente distribuídas nos diversos domínios sociais assumindo características de empreendimentos para o pequeno produtor e visando no sentido da educação alfabetizar um grupo que já apresenta seus saberes próprios. A intenção e efeito é negar esses saberes e elevar a capacidade de técnicas e tecnologias de produção em escala mercantil.

Destaco que os agentes sociais em seu constante movimento e dinâmica conseguem adaptar suas técnicas produtivas às novas tecnologias e formas de produção que vem inseridas nos projetos, como exemplo existem projetos que já fazem doze anos que foram

implementados, porém o manejo e pratica da atividade foi automaticamente adaptada às condições sociais do quilombo Filipa.

A presente investigação apresenta um diálogo teórico com algumas correntes de pensamentos da Antropologia Econômica, o que mostra outra perspectiva da análise econômica em um determinado campo social. Neste sentido, instrumentalizei os argumentos da antropologia dialogando com a economia, o que é um desafio frente às relações determinadas pelo modo de produção capitalista que tenta sobrepor outras formas de organização econômica.

Percebe-se nesta lógica a predominância da concepção desenvolvimentista na região Nordeste que tem raízes em estudos sobre a “*Questão Regional*”⁴⁸, assim como também influência de concepções teóricas do “*Regional Science*”⁴⁹ em que os problemas regionais eram tratados de forma isolada sendo analisados com diagnósticos e formulação de políticas econômica e social de órgãos governamental totalmente descontextualizado e que tem permitido o surgimento de um conjunto de políticas governamentais com base nos programas sociais como “solução” para os desequilíbrios regionais.

Dentro deste contexto, o quilombo Filipa ao experimentar a intervenção do Estado a partir da lógica desenvolvimentista, com pratica concreta dos projetos econômicos, tornou-se uma “referência” no sentido de receber atenção de outros órgãos e instituições, como Ong, no caso do IMVF em 2016 tendo apoio da ACONERUQ. Sabe-se, portanto, que o processo de desenvolvimento está atrelado à produção que é a própria essência do capitalismo que vai criando formas de dominação da vida social.

Esta situação levou à construção do debate da concepção econômica substantivista e formalista, discussão que foi empreendida no trabalho. Essa análise permitiu apresentar algumas discussões que são constituídas na Antropologia Econômica. Tudo isso só foi possível perceber no âmbito do quilombo Filipa, através da visita de campo que foi ampliada, visto que não se concentrou apenas na unidade social Filipa, mas se ampliou para Santa Rosa dos Pretos e Brasilina com a finalidade de compreender as relações que foram e continuam sendo constituída entre os agentes sociais e as instituições interventoras representada pelos técnicos dessas instituições.

Assim, conferi que a linguagem do Estado foi sendo construída e correspondida pelos agentes sociais do quilombo Filipa, fato reiteradamente observado na implementação de

⁴⁸A nível internacional, a escola Cepalina chamava a atenção do mundo subdesenvolvido para o enorme e crescente hiato entre as nações ricas e pobres, face aos resultados da forma como se processava a divisão internacional do trabalho, via relacionamento centro-periferia(Cano, 1998, p.22).

⁴⁹“Regional Science” formulada pelas escolas dos Estados Unidos e da França ampliou as discussões sobre os problemas dos desequilíbrios regionais(CANO, 1998, p. 22)

todos os projetos econômicos que foram sendo executados com efeitos no domínio social, porém a idéia de “mercado” constituída pelos agentes sociais da Filipa é distinta da idéia pautada no projeto. Considerando que uma vez realizado o financiamento junto a instituições de fomento, após seu termino poucos agentes aderiram a novos financiamentos, houve um cumprimento de todas as obrigações financeiras junto à agencias financiadores, porem poucos renovaram os contratos ou aceitaram permanecer no projeto, logo sobreviver em uma relação mercadologia não é proposito do grupo.

Identifiquei que a visibilidade junto às instituições provem da forma de organização existente na vida social de Filipa antes do PCPR. Filipa foi uma das comunidades alcançadas pelo Projeto Vida de Negro-PVN, interessa destacar que antes mesmo deste projeto os agentes sociais já discutiam sobre seu território, suas demandas, então o projeto surge como um espaço de discussão dos agentes sociais com os setores públicas. Como Almeida (2011, p.149) observa que “O PVN tem sido um lugar de reflexão sistemática sobre as mobilizações quilombolas, acoplando o conhecimento militante às memórias locais de resistência”.

No quilombo Filipa, o Sr. Justo Evangelista, foi um dos intermediários junto aos pesquisadores que estavam visitando as comunidades para coleta de informação na ação PVN. Reitera-se a afirmação de que o PVN “se tornou um dos mais destacados agentes na propagação dos direitos étnicos e territoriais” (ALMEIDA, 2011, p. 149).

Outro aspecto a destacar é o processo de construção das relações entre o Estado e Filipa com base nas políticas desenvolvimentistas, o qual teve grande impacto social nas relações entre os agentes; muitos aderiram aos projetos, mas teve grupos contrários aos empreendimentos, o reflexo está na atividade de piscicultura que em 2017 teve alguns tanques reativados, entretanto somente um grupo de 10 pessoas assumiu essa atividade.

Acompanhar todo o processo e dinâmica vivenciada no quilombo Filipa no que se refere as políticas de intervenção com base nos projetos econômicos, teve reflexo especial nos movimentos referente ao processo de reconhecimento étnico organizado pelo próprio grupo e sua Associação. Isto porque antes os que estavam à frente desse momento forte vivenciado pelo Quilombo Filipa, atualmente não estão mais na mesma dinâmica como a dona Nielza, Sr. Cecílio, Sr. Bernadino; os jovens na época foram inseridos para também assumir suas demandas, deixaram e passaram a incorporar a linguagem que foi construída pelo Estado.

Este fato pode ser observado na ausência de agentes do quilombo Filipa como membro participante ou ouvinte da Mesa Estadual de Diálogo Quilombola- 2017, encontro que acontece de dois em dois meses e no qual nenhum agente social da Filipa participa, tendo como representante apenas a UNIQUITA.

Com a inauguração da Fábrica de Beneficiamento de Farinha, observou-se um espaço social que foi construído no quilombo Filipa e serve para promoção política, alguns representantes públicos se fazendo presentes no momento da cerimônia. Importa destacar que os agentes de Filipa em sua organização interna apresentam uma autonomia financeira, no controle dos recursos usados para as festas tradicionais e manutenção da casa de farinha isso reflete a razão de dona Nielza questionar o embaixador de Portugal sobre o valor do investimento na reforma da casa de farinha.

Entendo que na Filipa a realidade imposta alcançou todo o domínio social, da educação às atividades econômica, entretanto do ponto de vista social e político, o impacto foi a tentativa de enfraquecer o grupo social, porém a coesão da comunidade não tem permitido esse fato.

No texto evidencia-se a forma de organização econômica do quilombo Filipa, na venda, na produção na relação com o mercado. A tentativa de construção de um modelo de comunidade pautada no planejamento estabelecido a partir da lógica da economia de mercado configurado na política desenvolvimentista aconteceu no domínio social do quilombo Filipa com base no interesse externo. A materialização das propostas foram acontecendo por meio de “*projetos econômicos*” que apresentava em sua estrutura várias categorias com classificações averbadas nas formas de atividades econômicas que viessem gerar renda e qualidade de vida para os agentes sociais da Filipa.

A existência de uma organização social presente nas relações sociais do quilombo Filipa, permitiu com que os agentes sociais passassem a dialogar com esses *projetos econômicos*, mas deixando as concepções da economia formalista sem rumos em sua plenitude.

Pensar a economia substantivista é pensamento que deriva da idéia de que o homem é relativamente dependente da natureza, buscando assim assegurar sua sobrevivência, então há uma troca com seu ambiente natural e social ou seja as regras vem da natureza (POLANYI, 2000). Aqui o objetivo não foi definir em que concepção o quilombo Filipa se encontra a partir do modelo de programas desenvolvimentistas, mas identificar o que foi indo de encontro com a forma de organização que remete a identidade do grupo.

Uma análise microeconômica baseada na teoria econômica moderna em que o comportamento da sociedade é calculista, fazendo uso das categorias da economia, como demanda, oferta, preço, não foi identificado nas relações de produção do quilombo. Entretanto o sistema de controle com que os agentes trabalham ou manipulam a circulação de bens na vida social do grupo ou mesmo o controle sobre os recursos da associação, do tambor de crioula, do

festejo todos tem um sistema próprio que vai acontecendo com base nas relações sociais de acordo com cada situação e com base nos seus saberes.

Na seqüência da análise foi possível revelar a relação constituída entre Estado e Filipa e vice-versa sendo estabelecida duas linguagens. A primeira o Estado que tenta resolver situações como “pobreza” a partir de implementação de atividades econômicas que visam gerar renda desconsiderando as características própria do grupo étnico. A segunda linguagem é o quilombo Filipa dialogando com o Estado e apresentando sua principal demanda que é o reconhecimento do território perante as instituições é ter seus direitos garantidos, pois só assim determinadas políticas assistencialistas poderiam ganhar significados, inclusive de recusa e crítica.

Ao sair da linguagem do Estado, foi possível observar que Filipa tem também uma forma de dialogar com o Estado, uma linguagem que foi sendo limitada pelo próprio Estado. Vista como uma “comunidade modelo” houve a tentativa de classificá-la nestes termos, na idéia de adaptação aos formatos dos projetos com uso de tecnologia, mudanças no tipo de maquinas usadas na Fábrica de beneficiamento de farinha, isso não foi problema para os agentes, pois todos se adaptaram à tecnologia, entretanto essa adaptação com base o conhecimento próprio do grupo.

A coesão entre o quilombo Filipa e outros grupos étnicos dá ideia da extensão das relações sociais que foram e são construídas com esses grupos. É o pertencimento que movimentam as fronteiras étnicas e que estão ligadas no tempo. O Sr. Libaneo e Sr. Custódio em suas narrativas memorizam o a ligação da ex-escrava Filipa ao Barão de Santa Rosa e as estratégias de separar os escravos para evitar motins.

No relativo à questão de titulação das terras do quilombo Filipa através de um relatório emitido pelo INCRA em abril de 2017 na reunião da Mesa Quilombo que apresenta um quadro da situação do processo de titulação das comunidades quilombolas no Maranhão, Filipa encontra-se em fase inicial do RTID, visto que falta as demais peças técnicas para completar o relatório. A situação não experimentou mudança até 2017 em relação ao andamento do relatório RTID. Quer dizer encontra-se sem movimentação, não existe nenhuma perspectiva para elaboração do relatório antropológico, as alegações estão centradas na falta de orçamento para a contratação de técnico para realização dos trabalhos junto às comunidades.

Este fato foi tema da 2ª Mesa Estadual Quilombola organizada pelo INCRA em 18/04/2017. Dentre os convidados para fazer parte da Mesa, estiveram presentes os Técnicos José Henrique e Isabelle Picelli, ambos lotados no INCRA de Brasília no setor que trata de

Orçamento para Reconhecimento de Territórios Quilombolas, apresentaram um quadro referente a disponibilidade de recursos destinados à regularização de territórios quilombolas no exercício de 2017, mostrando a situação orçamentária no período de 2010 a 2017 que apresenta severos corte de recursos financeiros.

O valor apresentado sofreu uma significativa redução, visto que em 2010 a dotação inicial era o que estava dentro da Lei Orçamentária Anual – LOA que disponibilizava certa de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), porém na prática este valor alcançou cerca R\$ 6.238.754,20 (seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos). Considerando o valor para o ano de 2017 a estimativa teve como base R\$ 568.935,00 (Quinhentos e sessenta e oito mil e novecentos e trinta e cinco reais) esse é o orçamento voltado para indenização de imóveis em territórios quilombolas. Cabe destacar que este valor é a nível nacional para ratear com as outras superintendências do INCRA relativas aos quilombolas.

Apresento esta situação por ser a grande contradição que inviabiliza o reconhecimento e titulação das terras quilombolas e cada vez aumenta a demanda, porém com diminuição do recurso, enquanto se produz um amplo apoio aos setores latifundiários e do agronegócio por parte do governo o que respalda a Frente Agropecuária no Congresso Nacional. O corte orçamentário é uma ameaça à política de regularização fundiária e principalmente de reconhecimento dos territórios quilombolas.

As propriedades das políticas intervencionistas na vida social do quilombo Filipa que se manifestou no formato de uma lógica econômica pautado na tentativa de contribuir com a redução da pobreza, tentou naturalizar um processo evolutivo de mudança social, entretanto a cristalização daquilo que realmente foi pautado pelos movimentos sociais como o direito real, ou seja, a intervenção do Estado através do artigo 68 que se configura como um caminho legal para regularização fundiária das comunidades quilombolas está na dependência das lutas políticas.

A minimização das demandas sociais com base no esquema dos programas assistencialista, conforme estrutura que foi sendo implementada no quilombo Filipa precisa ser reavaliada no sentido de que seja uma política amplamente voltada de fato a um grupo étnico, ou seja, que se faça valer o Decreto 4887/2003 na prática cotidiana do grupo social, pois a auto definição é um sentido de lutas e significados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionais Ocupadas: Processo de Territorialização e Movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Juiz de Fora, v. 6, n. 1, maio de 2004.

_____. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

_____. **Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais**. São Luís: Abong, 2002.

_____. “Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais”. **Boletim informativo do Nuer: Territórios quilombolas: reconhecimento e titulação das terras**. Florianópolis, v. 2-3, 2005.

_____. **Caderno de Debates Nova Cartografi a Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: PNCSA; UEA, 2010.

_____. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: casa 8, 2015.

_____.(Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: UEA Edições, 2010.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA Edições, 2013.

ARENI Brand. **O pensamento de Ferdinand Tönnies na tradição sociológica alemã: Um primeiro ensaio**. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, UNICAMP SP.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BIANCO, Bela Feldman (Org.). **Antropologia das Sociedades Complexas**. São Paulo: Global, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL.1989. (Coleção memória e sociedade).

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Compreender a miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção Estudo).

BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 3 set. 2008.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

CABRAL, João de Pina. Sem Palavras: etnografia, hegemonia e quantificação. **Mana**, v. 14, n.1, 2008.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Por uma concepção mais ampla de Estado. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 15, maio/ago. 2015.

DALTON, George. "Teoria Económica Y Sociedad Primitivo" In: GODOLIER, Maurice (Org.). **Antropologia y Economía**, 1974.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura". In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

_____. "Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico". In: _____. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOMES, José Menezes. **Uma retrospectiva dos Programas de Desenvolvimento Regional Integrados – PDRI'S**. Campina Grande: CME/DHF, 1991.

GLUCKMAN, Max. "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna" In: BIANCO, Bela Feldman (Org.). **Antropologia das Sociedades Complexas**. São Paulo: Global, 1986.

INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLÔR. Embaixador da EU no Brasil em visita ao projeto Ká-Amubá. Disponível em: <<http://www.imvf.org/index.php?noticia=1735&tag=Embaixador-da-UE-no-Brasil-em-visita-ao-projeto-Ka-Amuba>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

JORNAL PEQUENO. São Luís - Diário. Disponível em:<<http://edição.jornalpequeno/impreso/2007/04/28> O prodim ajudou a reduzir a pobreza no maranhão em 2006/>. Acesso em: 11 nov. 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidade insurgente: conflitos e criminalização dos Quilombos. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida (Org.). Manaus: UEA Edições, 2010.

MATTOS JUNIOR, José Sampaio. **O entroncamento das políticas agrárias no Maranhão: encontros e desencontros institucionais na microrregião Geográfica de Itapecuru-Mirim**. Presidente Prudente: EDUNESP, 2010.

NUNES, P., GONÇALVES, M.F. da C., VELHO, A.T.I. Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963): uma perspectiva analítica. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org). **Maranhão: produção intelectual e planos de governo**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas da UFMA, 1997. (Cadernos de Exercícios 1).

O'DWYER, Eliane Catarino. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. **Iberoamericano**, v. 42, n. 1, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. Situação do desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30 n. 119, jul./set. 2010.

SERVILHA, Mateus de Moraes; DOULA, Sheila Maria. O mercado como lugar social: as construções de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. **Revista Faz Ciência**, v.11, n.13, jan./jun. 2009.

SILVA, Jacira Brito. **Desenvolvimento Territorial: novas perspectivas para o desenvolvimento rural - O território rural do Vale do Itapecuru-Ma**. 2010.

SILVA, José Domingos Cantanhede. **Pobreza e Desenvolvimento: o PCPR nas Comunidades Quilombolas**. 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociedade compreensiva**. v. 2. Brasília: Editora da UnB, 1999.

WOLF, Eric. "El Campesinado y sus problemas" In. GODOLIER, Maurice (Org.). **Antropologia y Economía**, 1974.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: uma biografia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

VAINER, C. B. “Planejamento Territorial e Projeto Nacional”: desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e Regionais**. v. 9, n.1, maio 2007.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS NO
QUILOMBO FILIPA MUNICÍPIO DE ITAPECURU-MIRIM- MA**

Nome	Idade	Atividade envolvida
Ana Rosa dos Santos Alves	96 anos	Aposentada, participava do tambor de crioula e disse que sempre trabalhou na terra.
Bernadino Nascimento dos Santos	84 Anos	Lavrador aposentado, cantador do tambor de crioula.
Cecílio dos Santos	88 Anos	Aposentado, disse que ainda trabalha na roça, membro ativo na Associação.
Cleonice dos Santos	48 Anos	Participa do tambor de Crioula, dançando e disse que trabalha na roça
Domingos Santos Silva	43 Anos	Vice presidente da Associação.
Donata Vieira da Silva Santos	59 Anos	Lavradora, esposa do Sr. Bernadino e ex presidente da Associação
Francisco da Silva	47 Anos	Membro da Associação participa do projeto de piscicultura.
Francisco Xavier dos Santos	47 anos	Ex Presidente da Associação, disse que faz roça e também comercializa farinha no Mercado
Ilton dos Santos Nascimento	35anos	Trabalha de roça, Presidente da Associação
Luzinete Pinto Silva	25 Anos	Lavradora, atualmente participa projeto criação de galinha caipira.
Marinalva da Silva Belfort	27 Anos	Técnica de enfermagem (responsável pelo posto de saúde na comunidade),
Nielza Nascimento dos Santos	77 anos	Coordenadora do tambor de crioula, ex professora da Comunidade, membro ativa da Associação, conselheiro e liderança considerando pelos agentes social da Filipa.
Patrícios dos Santos Alves	69 Anos	Tambozeiro, Entoador.
Raimunda Pinto	64 Anos	Dança no tambor de Crioula, Trabalha na roça.
Raimundo Nonato Gomes Bezerra	45 Anos	Presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Itapecuru-Mirim. Ex presidente da Associação da Filipa e trabalha na roça.
Rildo dos Santos	47 Anos	Membro Ativo da Associação trabalha com roça.
Raimundo Santos	50 Anos	Dança no tambor de Crioula, faz roça e é membro ativo da Associação.
Sebastião dos Santos	53 Anos	faz roça e é membro ativo da Associação.

**APÊNDICE B - RELAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS
REPRESENTANTES DE ENTIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBO EM
ITAPECURU-MIRIM**

Nome	Idade	Atividade envolvida
Eliane Cardoso Santos	37 Anos	Membro da UNIQUITA e Secretaria Municipal da Igualdade racial em Itapecuru-Mirim
Joel Marques	28 Anos	Membro da UNIQUITA
Justo Evangelista da Conceição	82 Anos	Ex presidente da associação dos trabalhadores rurais de Itapecuru-Mirim

**APÊNDICE C - RELAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS DO
QUILOMBO SANTA ROSA DOS PRETOS EM ITAPECURU-MIRIM**

Nome	Idade	Atividade envolvida
Custódio Bispo Belfort	75 Anos	Aposentado e vigia da Escola “Barão de Santa Rosa”.
Libaneo Pires Belfort	86 Anos	Aposentado ex presidente da Associação em Santa Rosa dos Pretos, membro ativo da Associação e liderança.
Maria Dalva Pires Belfort	69 Anos	Dança no Tambor de Crioula, trabalha na terra e membro ativa da Associação.

**APÊNDICE D - RELAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS DO
QUILOMBO BRASILINA EM ITAPECURU-MIRIM**

Nome	Idade	Atividade envolvida
Maria Raimunda Moraes Correa	39 Anos	Trabalha na Terra.
Marinalva da Cruz	52 Anos	Trabalha na Terra e presidente da Associação.

**APÊNDICE E - INSTITUIÇÕES PÚBLICAS VISITAS E GERADORAS DE
INFORMAÇÃO**

Nome	Informações coletadas
ACONERUQ	Informação sobre Filipa e o projeto Ká Amubá, Não obtive informação sobre o projeto.
Biblioteca Benedito Leite	Análise em jornais de 1950: Jornal Tribuna do Povo Dirigido por Maria Aragão.
CCN	Não havia documentos que descrevesse situação do quilombo Filipa.
Instituto de Colonização e Reforma Agrária/INCRA	Informação referente a situação fundiária das terras do quilombo Filipa.
Secretaria de Agricultura de Itapecuru-Mirim	Informação referente projetos ou atividades desenvolvidas com as comunidades rurais.

UNIQUITA	Informação sobre situação da Filipa e Brasilina no PA entroncamento.
----------	--

APÊNDICE F – FOTOGRAFIAS REFERENTES À PESQUISA

Grupo descacando mandioca



Fonte: Teles, 2016

Máquina de ralar mandioca



Fonte: Teles, 2016

Estrada Vicinal Filipa



Fonte: Teles, 2016

Casa de Farinha



Fonte: Teles, 2016

APÊNDICE G - REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO QUILOMBOLA/2017

A Reunião da Mesa Estadual de Diálogo Quilombola é um encontro que acontece de dois em dois meses na sede do INCRA/MA e foi instalada no ano de 2013 e envolve as instituições públicas e os grupos que representam as comunidades quilombolas e movimentos. O principal objetivo é a discussão em torno do processo de regularização fundiária com entidades governamentais, da sociedade civil e comunidades quilombolas do Estado.

Dentre os membros participantes da primeira Mesa Quilombola de 2017, podemos destacar os técnicos do INCRA, representante da Fundação Cultural Palmares (FCP), da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - ACONERUQ, da União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim - UNIQUITA, do Movimento Quilombola da Baixada Ocidental Maranhense – Moquibom, CONAQ, Sindicatos dos trabalhadores rurais de Itapecuru-Mirim, Associação dos produtores rurais de Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim), Associação Comunitária Saco das Almas, Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos – SMDH, Associação Quilombola dos Moradores de Santa Maria dos Pinheiros (Itapecuru-Mirim), Centro de Cultura Negra – CCN e do Instituto de Terras do Maranhão-ITERMA.

No primeiro encontro do ano de 2017 realizado em 14.02.2017, na oportunidade, a equipe de serviço quilombola do INCRA apresentou aos movimentos e grupos, a situação e resultados de cada processo aberto no INCRA/MA. O espaço também abre o debate buscando a priorização de ações devido a necessidade de ajustar as atividades de regularização de territórios quilombolas no estado à disponibilidade orçamentária do INCRA para realização da ação.

Desse modo o diálogo é importante para fazer frente às reais ameaças sofridas pelas comunidades quilombolas, considerando que a discussão cria o debate sobre os grandes empreendimentos com questionamentos para a lentidão dos processos que estão parados no INCRA.

Na ocasião, os membros da mesa fazem o apontamento dos principais problemas apresentados que está concentrado na demora da regularização das áreas, isso conseqüentemente vem desmobilizando a população e leva muitas famílias a desistirem de suas

terras com implicações para a presença da especulação imobiliária que vem se expandindo sobre as terras quilombolas, esse fator acaba reduzindo o espaço que eles utilizam para produção de alimentos e atividades culturais. Essas demandas têm sido consideradas em todos os encontros, o que vai fomentando as ações que no decorrer de 2017 serão discutidas.

As discussões colocadas em pautas seguiram a metodologia em que o representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Ivo Fonseca, apresentou os encaminhamento da reunião da Mesa Estadual de Diálogo, apontando as pautas de situações apresentadas pelas entidades e abrindo dialogo para as demandas de outras comunidades que se fazem presente na reunião.

Em relação a discussão sobre o processo de Regularização, o debate seguiu a fala do chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA/MA, Rui Alcides dos Santos, que destacou pontos tratados na ata da reunião anterior da mesa, entre eles, a situação dos quilombolas Itamatatiua em Alcântara, Barro Vermelho em Chapadinha e Saco das Almas em Brejo.

A comunidade Filipa foi apenas referenciada como sendo uma das que já possui o RTID, na reunião Filipa ficaria de fora da elaboração do relatório antropológico, o argumento falta de recurso financeiro. Cabe ainda destacar que os agentes do quilombo Filipa não encaminharam representante para o encontro diferentemente de outras comunidades, como Santa Rosa dos Pretos e Moreira, que mesmo com a presença dos representantes da UNIQUITA, os agentes dessas com unidades participam e tem apresentando suas demandas. Como enfatiza a quilombola Maria Antônia Teixeira Dias, da comunidade Cariongo pertencente ao município de Santa Rita, destaca “ acho essas reuniões importantes porque passamos a ter conhecimento do andamento do processo da nossa comunidade e também de outras comunidades no estado. Discutimos, debatemos os assuntos”, afirmou.

No que se refere às demandas das comunidades em cada debate foi destacado a grande demora na regularização das áreas, que desmobiliza a população e leva muitas famílias a desistirem de suas terras e a especulação imobiliária, que vem se expandindo sobre as terras quilombolas e reduzindo o espaço que eles utilizam para produção de alimentos e atividades culturais. O que também implica em situação de conflitos e as diversas ameaças por parte de fazendeiros, assim como a presença de ocupantes não quilombolas.

No debate a equipe técnica do INCRA apresentou algumas situações em que se encontram os procedimentos quilombolas em tramites na superintendência, com discussão sobre situação de outras comunidades que possuem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID'S. Algumas situações de conflito interno foram discutidas como o caso de Barro Vermelho em que cinco moradores da localidade não se autodefiniram quilombolas. Com base nesta situação a representação do INCRA faria uma visita técnica na área. Lembrando que constantemente é cobrado nos encontros recursos para deslocamento e estadia de representantes da Mesa, o Sr. Nonato Masson, representante do CCN tem questionado essa situação.

Outro fator importante está nas situações de conflitos que são discutidas por meio das denúncias feitas pelos representantes das comunidades quilombolas e pelos próprios agentes sociais. Como no caso de assassinato de trabalhadores quilombolas na comunidade Mata de São Benedito, no município de Itapecuru-Mirim tendo como vítima o Sr. Agenor de Sousa Pereira. O representante do Centro de Cultura Negra informou que o inquérito que apurava a morte de Agenor foi arquivado por falta de provas. Situação como esta é muito presente nas discussões dos representantes das Comunidades Quilombolas.

Assim, na reunião da mesa quilombola as entidades representantes das comunidades quilombolas manifestaram diversas contestações referentes aos conflitos e violência presente em suas localidades, situação que tem abertura de inquéritos que apuram assassinatos de trabalhadores rurais, assim como a existência de diversos abusos por parte de proprietários, como, por exemplo, a distribuição da área destinada a preservação, até mesmo cobrança de foro pelo uso das terras.

Na oportunidade, a equipe do serviço quilombola/INCRA apresentou às entidades os levantamentos obtidos nos últimos anos e a situação atual de cada um dos processos abertos no INCRA/MA, descrevendo a fase em que estão os próximos passos a serem dados e as ações prioritárias. A entidade por meio do representante do Centro de Cultura Negra solicitou ao INCRA a realização de um levantamento dominial prévio em áreas com processos de regularização de territórios quilombolas que estão em curso na Superintendência Regional do INCRA – MA.

Na ata da primeira reunião da Mesa Estadual de diálogo quilombola de 2017, faz referências á questão orçamentária, que somente na segunda reunião entraria em debate. O encaminhamento segundo a Superintendência Regional do INCRA é através de contato com

parlamentares da bancada maranhense com o objetivo de obter recursos adicionais por meio das emendas parlamentares, entretanto esse esforço ainda não prosperou.

Assim diante das demandas e questionamento sobre a questão de recursos financeiros, o INCRA/ expediu convite para Coordenação de Regionalização de Territórios Quilombolas que disponibilizasse a presença de dois servidores ligados à área de orçamento para uma explanação na segunda mesa quilombola sobre a disponibilidade de recursos destinados à regularização fundiária de territórios quilombolas no exercício de 2017.

Dessa forma a segunda reunião da Mesa de diálogo quilombola realizado em 18.04.2017, teve a presença de dois servidores ligados à área de orçamento, que esclareceu a questão orçamentária. Com isso a temática tratada com maior ênfase foi sobre recursos destinados às ações de regularização de territórios quilombolas. Situação que tem sido discutida em todas as reuniões da mesa de diálogo quilombola.

De acordo com registro da ASCOM, os trabalhos da II Mesa de Diálogo contaram com a participação:

de técnicos do Incra/MA e componentes das secretarias estaduais do Meio Ambiente e Recursos Naturais; de Direitos Humanos e Participação Popular; de Segurança Pública e de Igualdade Racial, além da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Estadual e do Instituto de Terras do Maranhão (Iterma). Também estavam representados a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). (ASCOM, 217)

Então os representantes da Coordenação Nacional de Regularização de Territórios Quilombolas participaram da Mesa, momento oportuno que foi surgindo muitas discussões. Assim o coordenador geral substituto da área do INCRA/BRASILIA, José Henrique Pereira e Isabelli Piciani, que apresentaram a destinação do orçamento da autarquia para titular as áreas quilombolas,

Na ocasião os técnicos esclareceram sobre os recursos para despesas correntes, que compreendem gastos com diárias e suprimentos para acompanhamento das diversas etapas de elaboração do Relatórios Antropológicos, Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID's, além de resolução de outras demandas que necessitam da presença do INCRA nas localidades.

Na apresentação os técnicos fizeram a exposição de um quadro demonstrativo de um histórico que compreende o período de 2010 a 2017, mostrando a redução dos recursos orçamentários destinados às despesas correntes e com indenização de territórios quilombolas. Jose Henrique Pereira comentou sobre o contingenciamento orçamentário em virtude do ajuste fiscal que foi promovido pelo governo Federal, apresentou algumas sugestões para garantir o andamento das ações, o técnico propôs que “Como alternativa, a sugestão é buscar parcerias e suplementações orçamentárias para a execução dos trabalhos” (PEREIRA, 2017).

Considerando que as despesas correntes, a nível Brasil, passaram de 10 milhões de reais em 2010 para 560 mil reais em 2017 e que tais recursos podem sofrer crescimento de 820,00 mil reais, passando para pouco mais de um milhão e trezentos mil reais. Os técnicos destacam ainda que em relação às despesas com indenização, estas passaram de 56 milhões em 2010 para apenas 3 milhões em 2017.

Na oportunidade aconteceu algumas intervenções, Juliana Rosa, servidora do INCRA demonstrou preocupação com a publicação de RTID's “dos Territórios Estiva dos Cotós e Santana/São Patrício”. Com base nessa situação a representação de Brasília reforçou a escassez de recursos e não soube esclarecer se haverá recursos para essas publicações.

Na discussão outra intervenção foi do representante das promotorias de Justiça Sr. Bento Lima Silva, que em sua exposição referente a falta de recursos para a indenização de imóveis que compõem territórios quilombolas, propôs que a desapropriação seja judicializada e que as representações comunitárias solicitem aos juízes dos respectivos feitos que dispensem os depósitos prévios de modo a que os proprietários das áreas que serão desapropriados passem a ser credores da União e possam futuramente executá-la. Considerando ainda que tais débitos poderão ser pagos através de precatórios.

De acordo com o superintendente substituto do INCRA/MA, Luiz Alfredo Soares da Fonseca, destacou que existem, atualmente, 377 processos abertos, ao lembrar que a “questão orçamentária é essencial para o andamento das várias etapas até a titulação das áreas”.

O que se percebe é uma relação contraditória da finalidade do Estado, tomando como base no art. 68 do ADCT (ADCT) que determina que “aos remanescente das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. No entanto, com base nas discussões dos

técnicos do INCRA juntamente com as entidades representativas dos movimentos, o que é possível perceber é uma tentativa de supressão do artigo 68.

Na discussão no âmbito o Decreto nº 4887/2003 se tem a regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art.68 do ADCT. Diante do exposto a política orçamentária voltada para o andamento dos processos de titulação encontra-se totalmente reduzida o que impacta nas ações que estão em aberto no INCRA.

Então como se pode perceber a questão orçamentária vem comprimindo essa demanda, pois a redução de recurso inviabiliza o reconhecimento dessas áreas por meio do INCRA. Com base nesta situação é possível perceber que as mesmas forças que outrora escravizavam e oprimiam os negros no Brasil, com muita sutileza começa a se manifestar por meio de medidas que cortam gastos para uma demanda que é reconhecida constitucionalmente, essa formalidade gera direitos e legitima as entidades representativas dos grupos étnicos a se posicionarem em relação às políticas empreendidas para os mesmos.

Na discussão todos os questionamentos são construídos com base na situação real das comunidades quilombolas estando baseada nas diversas situações que vão surgindo com base nos discursos das entidades representativas e também de alguns agentes que com muita dificuldade se deslocam de suas comunidades para participarem da reunião.

Com efeito, a problemática financeira que atualmente impacta as atividades do INCRA é uma questão que merece atenção, pois a primeira parte do artigo 68, diz que é dever do Estado emitir-lhe os títulos respectivos, essa obrigatoriedade só acontece com a manutenção de um corpo técnico que tenha condições para atender as demandas e acionar os serviços necessários para que ocorra o andamento de todos os processos em questão.

Interessa destacar que pouco tem sido o efeito na constituição do processo de regularização fundiária no Maranhão. Na reunião foi entregue um demonstrativo contendo os processos de regularização de territórios quilombolas que tramitam na Superintendência, apresentando o estágio em que se encontram. O resultado mostra uma certa lentidão no processo de titulação, poucas comunidades estão com seus títulos.

Outros fatos vão surgindo como no caso de situações que vem se tornando complexa e que tem sido motivo de questionamento em todos os encontros da mesa, está a situação de Itamatatiua/Alcantara, em que a situação dominial foi levantados pelo Dr. Felipe Correia, advogado do CCN. Diante da situação o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA/MA informou que a Servidora Juliana Rosa juntamente com a Técnica Maria do Perpetuo Socorro estiveram na comunidade e foram informadas que a área estaria registrada em nome de uma Santa e, portanto, pertencente à igreja Católica. Informou, ainda, que o ITERMA foi consultado sobre a informação de que estaria expedindo título de domínio dentro do território. Entretanto os representantes do ITERMA presentes na Mesa informaram que o Instituto não expediu nenhum título na referida localidade.

Então, além da morosidade existente no processo de titulação, falta de recursos financeiros, na reunião situações deste nível vai tomando formato, se revelando em situações de conflitos que envolvem de certo modo uma certa omissão pelas instituições em resolver a questão em evidencia. O termo “Omissão” acaba sendo forte, mas participando da mesa é possível perceber que ao mesmo tempo em que se cria um ambiente de dialogo, troca de informação, se percebe uma naturalização das situações que vão surgindo, como sendo “mais uma entre tantas” muitos participantes questionam essa passividade do Estado em priorizar o que realmente as comunidades buscam, a titulação de suas terras.

Ainda em relação a situação de Itamatatiua, o Sr. José Ribamar J. Barbosa, representante da comunidade, tomando a palavra na Mesa teve oportunidade e informou que em 1993 foi realizado levantamento em cartório, a partir desse levantamento o que agente confirmou que área se encontra localizada nos municípios de Alcântara e Bequimão, com dimensão de 57 mil hectares. Na discussão informou que em 1998 o ITERMA fez convênio com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

O Sr. Jose Ribamar complementa que por força desse compromisso foi realizado o levantamento de duas áreas em Alcântara: São Raimundo, com área de 1.250,00 hectares, e Itamatatiua, com aproximadamente 57 mil hectares. Continuo informando que em 2006 foi realizado o levantamento de famílias, sendo que o ITERMA designou equipe técnica para fazer levantamento territorial, alegando que teria encontrado em campo uma área de apenas 5.200,00 hectares, levantamento esse que foi contestado. O agente na ocasião complementou que em 1974 e 1975, aconteceu uma tentativa de cerco do territorio de Itamatatiua, havendo reação da comunidade.

Não obstante toda essa questão que envolve esta comunidade se comprova a existência de uma lenta ação por parte dos agentes públicos. Segundo o Sr. Jose Ribamar por conta desse incidente foi deflagrada uma ação discriminatória judicial para regularização das terras, entretanto o Sr. Ribamar afirma que ninguém sabe como se encontra essa discriminatória, chamando atenção para a situação e questionando quem iria resolver o fato o ITERMA OU O INCRA?.

O que se observa é um conjunto de fatores e situações sociais que vão se tornando situação de conflito, pois o que se percebeu através da discussão foi uma certa incerteza por parte dos agentes da comunidade em ter essa situação resolvida.

Assim muitas outras comunidades têm contestado e denunciado o abuso por parte de proprietários em áreas que esta sob o processo de regularização, mas é de propriedade particular. O INCRA informa que a única saída é denunciar os abusos às autoridades competentes, visto que muitos proprietários devastam imensas as áreas. Então também é citadas situações como Saco das Almas, Barro Vermelho e outras comunidades que levam suas inquietações e contestações para a discussão na Mesa Quilombola.

Acompanhando os debates na mesa, importa destacar a relevância do momento, pois cria para os agentes sociais um espaço que favorece o dialogo, sendo possível perceber a posição de cada agente, tanto o Estado quanto das entidades representativas. As proposições apresentadas visam garantir o mínimo que é o direito à titulação das terras que estão sendo constantemente ameaçadas pelos grandes proprietários.

Nessa análise da Mesa Quilombola que acontece por meio do encontro dos representantes do Estado juntamente com as entidades representantes das Comunidades Quilombolas, conforme descrito anteriormente, percebi que como que Filipa tem se articulado junto aos movimentos, às entidades representativas e as instituições publicas.

A partir dessas reuniões a UNIQUITA por ser representante de todas as comunidades de Itapecuru-Mirim, tem reforçado a necessidade do INCRA rever a situação comunidade Brasilina e da Filipa no que se refere ao processo de loteamento de terras uma pratica que tem sido recorrente nestas duas localidades. Diante da situação e em conversa com dona Nielza a informação foi que a UNIQUITA estaria representando a Filipa, isto porque nas reuniões não a participação de nenhum agente social da Filipa.

Essa observação é apenas para destacar que existem outras comunidades de Itapecuru-Mirim que participam da reunião como exemplo os agentes sociais do Quilombo Moreira, São Patrício e Santa Rosa dos Pretos.